

Região  
Metropolitana de  
Natal

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
NÚCLEO AVANÇADO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Projeto: "O Mapa Social da Região Metropolitana de Natal  
(CNPq - Pronex / FAPERN - UFRN)

PRODUTO 3

ESTRUTURA PRODUTIVA E MERCADO DE TRABALHO



Natal, dezembro de 2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
NÚCLEO AVANÇADO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Projeto: “O Mapa Social da Região Metropolitana de Natal”  
(CNPq - Pronex / FAPERN – UFRN)

## **Produto 3**

**ESTRUTURA PRODUTIVA E MERCADO DE TRABALHO**

Natal, dezembro de 2007

## **Equipe**

### **Coordenadora:**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Livramento M. Clementino

### **Ciências Sociais/Núcleo Avançado de Políticas Públicas**

- Prof. Ms. Marconi Gomes da Silva – DEPEC/UFRN (Doutorando)
- Prof. Ms. William Eufrásio Nunes Pereira – DEPEC/UFRN (Doutorando)

### **Bolsistas:**

- Janaína Maria da C. Silveira – AT/CNPq – Mestranda em Geografia
- Larissa da Silva Ferreira – AT/CNPq/FAPERN – Mestranda em Geografia
- Rebeca Roseane Nascimento Brito – PIBIC/CNPq

---

Site: [www.cchla.ufrn/rmnatal](http://www.cchla.ufrn/rmnatal) E-mail - [rmnatal@cchla.ufrn.br](mailto:rmnatal@cchla.ufrn.br) Fone: (84) 3215-3836

## **SUMÁRIO**

1. TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL (1991/2000)
2. A ESTRUTURA DO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL (2000)
3. A COMPOSIÇÃO DA RENDA NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL (1991/2000)
4. TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA ECONOMIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL
5. DESEMPENHO FISCAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

# 1. TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL – 1991/2000

Maria do Livramento Miranda Clementino<sup>1</sup>  
Marconi Gomes da Silva<sup>2</sup>  
William Eufrásio Nunes Pereira<sup>3</sup>

## 1.0 Introdução

Tem-se como propósito neste capítulo mostrar as transformações do perfil do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Natal. Para tanto, baseia-se nos Censos Demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nos anos de 1991 e 2000, e nos dados sobre o emprego formal contidos na RAIS/MTE nos anos de 1988 e 2003. Esse perfil tem por referência alguns indicadores básicos sobre o mercado de trabalho, quais sejam: as taxas de atividade ou de participação, o número de empregos formais por sub-setor da atividade econômica e as taxas de ocupação e de desocupação, bem como suas partes constituintes.

## 2.0 Sucintas Constatações sobre a População Economicamente Ativa e o Nível de Ocupação

No ano de 1991, a população em idade ativa (PIA) - parcela da população com idade igual ou superior a dez anos - da Região Metropolitana de Natal (RMN) foi de 673.529 pessoas (o equivalente a 76,2% da sua população total). Por sua vez, a *população economicamente ativa*<sup>4</sup> (PEA) da Região Metropolitana, no mesmo ano, foi de 327.834 pessoas. Por conseguinte, a *taxa de atividade* –

---

<sup>1</sup> É economista e socióloga. Doutora em economia pela UNICAMP, SP, em 1990. Tem pós-doutoramento em Lyon<sup>2</sup>, França. Na UFRN, onde desenvolve suas atividades acadêmicas, coordena o Núcleo RMNatal da Rede Observatório das Metrôpoles. E-mail: [clement@ufrnet.br](mailto:clement@ufrnet.br).

<sup>2</sup> Mestre em economia, doutorando em Ciências Sociais. Professor do departamento de economia da UFRN e integrante do Observatório das Metrôpoles. E-mail: [marocni.br@ufrnet.br](mailto:marocni.br@ufrnet.br)

<sup>3</sup> Economista, especialista em gestão nos recursos humanos mestre em economia, doutorando em Ciências Sociais. Professor do departamento de economia da UFRN e integrante do Núcleo RMNatal da Rede Observatório das Metrôpoles. E-mail: [willa@ufrnet.br](mailto:willa@ufrnet.br)

<sup>4</sup> População ocupada mais a população à procura de ocupação.

relação entre a PEA e a PIA – foi de 48,7%, significando que menos da metade da parcela da população com idade para o exercício de ações laborativas constituiu-se em efetiva força de trabalho. No ano de 2000, a *população em idade ativa* da RMN foi de 895.722 pessoas (o equivalente a 80,2% da sua população total). Como neste ano a *população economicamente ativa* (PEA) foi de 468.993 pessoas, a *taxa de atividade* foi, por conseguinte, de 53,0%, denotando que apenas pouco mais da metade da população em idade de trabalhar foi considerada efetivamente ativa no mercado de força de trabalho. Então, constata-se que, nos respectivos anos, por motivos diversos, parcela considerável da força potencial de trabalho da Região Metropolitana permaneceu em situação de inatividade. Merece ser destacado que a taxa de atividade na respectiva Região Metropolitana situou-se, em ambos os anos, em nível muito inferior ao ocorrido no Brasil, onde em meados da mesma década a taxa de atividade foi de 58,5% (DEDECCA, 1998).

**Tabela 01: População em Idade Ativa (10+), segundo a condição de atividade - RMNatal, 1991 e 2000**

<b>População segundo condição de atividade</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>Δ Anual</b>
População em Idade Ativa (PIA)	673.529	895.722	3,2
População Economicamente Ativa (PEA)	327.834	474.539	4,2
População Não Economicamente Ativa	345.695	421.183	2,2
Taxa de Participação = PEA/PIA	48,7	53,0	

Fontes: IBGE, Censo Demográfico, 1991 e 2000 e IBGE, Sidra. Acesso em Abril de 2005.

O fato da população em idade ativa haver crescido a uma taxa média anual de 3,2% enquanto a população economicamente ativa cresceu a uma taxa de 4,2% constitui indício de elevação da taxa de atividade, conforme já apresentado no parágrafo anterior. A questão, então, é saber se esta elevação foi oriunda principalmente da ocupação ou da busca por ocupação ou emprego. Ora, como a taxa de crescimento da população ocupada no período foi da ordem de 2,8% ao ano em face de um incremento médio de 4,2% da população economicamente ativa, o resultado somente poderia ter sido decorrente do grande acréscimo do segmento da população à procura de ocupação ou emprego. Efetivamente, essa parcela da população foi incrementada a uma taxa média anual de 14,7% ao ano durante o período. Objetivamente, tais dinâmicas expansivas implicaram em mudanças consideráveis nos indicadores básicos que expressam a estrutura do

mercado de trabalho. Então, se, em 1991, a população ocupada foi de 302.884 em um universo de 327.834 pessoas, a taxa de ocupação no mesmo ano foi de 92,4%. De outra parte, no ano de 2000, os aludidos quantitativos foram de 388.555 e 474.539 pessoas implicando, por conseguinte, numa taxa de ocupação de 81,9%.

**Tabela 02: População Economicamente Ativa - Ocupada e Desocupada - RMNatal, 1991 e 2000**

<b>PEA e suas partes constituintes</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>Δ Anual</b>
População Economicamente Ativa (PO+PD)	327.834	474.539	4,2
População Desempregada (PD)	24.950	85.984	14,7
População Ocupada (PO)	302.884	388.555	2,8
Taxa de Ocupação = PO/PEA	92,4	81,9	
Taxa de Desemprego= PD/PEA	7,6	18,1	

Fontes: IBGE, Censo Demográfico, 1991 e 2000 e IBGE, Sidra. Acesso em Abril de 2005.

Logo, enquanto, em 1991, o quantitativo de pessoas em situação de desocupação foi formado por 24.884 pessoas, o congênere, no ano de 2000, foi composto por 85.984 pessoas, significando que a Região Metropolitana saiu de uma taxa de desemprego (desocupação) de 7,6%, em 1991 para uma taxa de 18,1%, no ano de 2000. Por tanto, a taxa de desemprego na Região Metropolitana de Natal foi negativa, pois, embora tenha apresentado no último ano taxa próxima de outras regiões metropolitanas do país, é inquestionável que, em termos da situação que vigorava na própria Região Metropolitana de Natal, houve uma sensível elevação no nível de desemprego: em cerca de uma década tal nível foi multiplicado por 3,4, significando um acréscimo de mais de 240% em todo o período.

Uma vez realizada a apresentação anterior sobre os indicadores básicos, procede-se, a seguir, a uma abordagem mínima sobre a estruturação do mercado de trabalho em termos de participação setorial, de participação segundo as distintas posições na ocupação e grau de formalização.

Dado que no período em foco a população ocupada no Rio Grande do Norte cresceu a uma taxa média de 1,7 ao ano, passando de 784.121 para 911.959 pessoas, enquanto a Região Metropolitana cresceu à média anual de

2,8%, passando de um quantitativo de 302.884 para 388.561 pessoas, houve elevação da participação da Região Metropolitana no total da ocupação estadual que passou de aproximadamente 39%, em 1991, para algo em torno de 43%, em 2000, significando que a metrópole potiguar intensificou a condição de concentradora de ocupações em âmbito estadual na década de 1990.

**Tabela 03: Pessoal Ocupado, segundo os setores de atividade - RMNatal, 1991 e 2000**

<b>Setores</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>% 1991</b>	<b>% 2000</b>	<b>Δ Anual</b>
Agropecuária	22.279	22.225	7,4	5,7	0
Indústria	70.542	76.374	23,3	19,7	0,9
Serviços	210.063	289.962	69,4	74,6	3,6
Total	302.884	388.561	100,0	100,0	2,8
RMNatal	784.121	911.959			1,7
RMN/RN	38,6	43			

Fontes: IBGE, Censo Demográfico, 1991 e 2000 e IBGE, Sidra. Acesso em Abril de 2005.

No que diz respeito à composição setorial, as quase 303 mil pessoas ocupadas na Região Metropolitana de Natal, em 1991, encontravam-se distribuídas do seguinte modo: 7% na agropecuária, 23% na indústria e, aproximadamente, 70% nos serviços, caracterizando-a, então, como área industrial e, sobretudo, como prestadora de serviços. Os dados relativos ao ano de 2000, de certo modo, ratificaram e intensificaram tal caracterização, pois, das quase 912 mil pessoas ocupadas, cerca de 6% ocuparam-se em atividades agropecuárias, 20% em atividades industriais e quase 75% em atividades denominadas de terciárias. Na verdade, as taxas médias anuais de crescimento dos quantitativos populacionais nas referidas atividades dão claras indicações do que aconteceria em termos de participação relativa em 2000. Enquanto, a ocupação na Região Metropolitana experimentou incremento de 2,8% ao ano, na agropecuária, o incremento foi nulo, na indústria foi de 0,9% e nos serviços foi de 3,6%. O resultado global foi, então, a ampliação da participação da Região Metropolitana no conjunto das ocupações estaduais de 1991 a 2000.

É importante destacar que a supracitada performance expansiva ocorreu em contexto de inserção do Brasil em uma “ordem” econômica marcada pela

mundialização do capital. A década de 1990 caracterizou-se por uma profunda mudança na forma de inserção da economia brasileira à economia mundial, num contexto em que esta já havia ingressado num novo momento do processo de internacionalização do capital, freqüentemente denominado como de globalização. Esse processo é decorrente, principalmente, da ampliação de fluxos – de pessoas, serviços, mercadorias e de capitais – entre os países. É necessário registrar que uma particularidade deste momento da internacionalização é a acentuada ampliação do movimento dos capitais com propósitos de valorização de curto e curtíssimo prazo, portanto, sem compromisso com a ampliação das estruturas produtivas dos países para os quais migram. Assim, uma das perspectivas analíticas é a de que passou a ser gestado, sobretudo a partir da década de 1990, um regime de acumulação com dominância financeira (CHESNAIS, 2005).

Esta década viria a ser considerada na literatura econômica, a exemplo da anterior, como uma segunda década perdida para a economia brasileira, também em decorrência da reduzida performance econômica em função da persistência das baixas taxas de investimento e da incapacidade da dinâmica da atividade econômica de fazer face aos incrementos da população que ingressavam no mercado de trabalho. Além disso, essa década foi caracterizada pela persistência e ampliação do contingente de pessoas vivendo em situação de pobreza e de indigência, ao lado de uma riqueza crescentemente concentrada.

A inserção brasileira à ordem mundial objetivou-se através de um amplo leque de mudanças – institucionais, econômicas e tecnológicas – que se constituíram em condicionantes à atividade produtiva e ao mercado de trabalho, com implicações nas distintas escalas espaciais - grandes regiões, unidades federativas, municípios etc. -, ao longo da década de 1990. Assim, tais mudanças institucionais constituíram-se em elementos correlacionados ao curso das atividades produtivas e de prestação de serviços, bem como ao movimento e às formas de utilização da força de trabalho.

Na realidade, a década de 1990, em decorrência do conjunto das ações estatais e dos agentes privados em face às vicissitudes do ambiente econômico, acentuou um processo que havia tido seus primeiros movimentos ainda nos anos 1980: o fenômeno da “fragmentação” da economia nacional. Tal fenômeno iniciou-se, principalmente, em decorrência da crise econômica interna, do

“abandono” da política de desenvolvimento nacional com base no mercado interno e da política de orientação exportadora, que gradativamente rompeu “os nexos de solidariedade inter-regionais” (PACHECO, 1996). Nesse contexto, a indústria sediada no Sudeste do país mostrou-se incapaz de assumir o histórico papel de ‘locomotiva’ do crescimento da economia nacional. Paralelamente, a situação de dificuldades nas contas externas do país “forçou” o governo a estimular a produção de commodities para possibilitar a geração de divisas. Esse cenário passou a configurar “o surgimento de ‘ilhas’ de produtividade em quase todas as regiões” vinculadas as atividades produtoras de bens de origem agrícola (PACHECO, 1996; ARAÚJO, 2000).

**Tabela 04: Rio Grande do Norte - participação setorial no valor real da produção e taxas médias de crescimento 1991/2000**

<b>Setores</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	$\Delta$ <b>Anual</b>
Agropecuária	8,4	2,6	9,3
Indústria	34,9	41,7	5,4
Serviços	56,7	55,7	3,1
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>3,3</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991/2000.

Foi neste contexto que a economia do Rio Grande do Norte, ao longo da década de 1990, vivenciou um processo de acentuado retrocesso produtivo no setor agropecuário, ao mesmo tempo em que a indústria e os serviços apresentaram razoável expansão. Ao longo do período, enquanto a taxa média anual de crescimento do produto global do Rio Grande do Norte foi de 3,3%, o produto no âmbito de cada um dos setores cresceu às seguintes taxas: agropecuária (9,3%), indústria (5,4%) e serviços (3,1%). Em decorrência desta dinâmica expansiva, nos anos de 1991, em 2000, as participações relativas dos setores na formação do produto foram as seguintes: a agropecuária teve a participação reduzida de 8,4% para 2,6%; a indústria experimentou considerável elevação de 34,9% para 41,7% e os serviços exibiram pequeno decréscimo de 56,7% para 55,7%.

No que concerne à ocupação, os citados setores experimentaram incrementos médios anuais de 0,5%, 0,3% e 3,1%, respectivamente, enquanto que, no que diz respeito à participação setorial das ocupações, as modificações nos dois anos em pauta ocorreram do seguinte modo: de 27,3% para 22,5% na agropecuária, de 19,3% para 17,1% na indústria e de 53,4% para 60,5% no setor de serviços.

**Tabela 05: Rio Grande do Norte - participação setorial na ocupação e taxas médias de crescimento 1991/2000**

<b>Setores</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	$\Delta$ <b>Anual</b>
Agropecuária	27,3	22,5	0,5
Indústria	19,3	17,1	0,3
Serviços	53,4	60,5	3,1
Total	100,0	100,0	1,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991/2000.

Ora, os dados apresentados acima sobre a década de 1990 são de caráter geral e preliminar e referem-se ao estado do Rio Grande do Norte no seu conjunto. Entretanto, há indícios de que as transformações sócio-econômicas experimentadas por esta unidade da federação ao longo da década de 1990, portanto no contexto da inserção subordinada da economia nacional à nova ordem internacional, guardam fortes vínculos com as alterações que se processaram na estrutura produtiva, bem como no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Natal no mesmo período. Então, a princípio, é razoável supor que parcela expressiva dos resultados econômicos e sociais apresentados pelo Rio Grande do Norte tenha sido fortemente condicionada pelos resultados verificados na Região Metropolitana de Natal, uma vez que a mesma é concentradora de parte expressiva da força produtiva do estado, tanto em termos técnico-materiais quanto humanos.

### 3.0 O Mercado de Trabalho da RMNatal no período 1991/2000

Após a breve digressão sobre o processo de inserção da economia brasileira à ordem construída sob a égide do capital, bem como a abordagem de aspectos gerais sobre as atividades econômicas e o mercado de trabalho no Rio Grande do Norte na década de 1990, retoma-se a discussão sobre o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Natal.

Do ponto de vista da geração de oportunidades de ocupação para a população em idade de trabalhar, no período de 1991 a 2000, a Região Metropolitana apresentou-se mais dinâmica do que o Rio Grande do Norte, pois apresentou taxa média de crescimento anual da população ocupada de 2,8%, enquanto a unidade federativa de apenas 1,7%. Certamente, por esse motivo, a Região Metropolitana teve a sua participação na ocupação elevada de 37% para 43% de 1991 para 2000. Portanto, ao menos no atinente ao quantitativo de pessoas ocupadas, em plena década marcada pela acentuação da inserção da economia brasileira à economia mundial, que assentou bases adversas para a geração de oportunidades de ocupações, pode-se dizer que na Região Metropolitana as ações foram, relativamente bem-sucedidas quanto à criação de ocupações em geral, isto é, independentemente da posição na ocupação.

Porém antes, de abordar as dinâmicas das distintas posições nas ocupações, apresenta-se a forma de estruturação das ocupações em 1991. Neste ano, as 302.880 pessoas ocupadas encontraram-se distribuídas segundo as posições ocupacionais do modo a seguir: os *empregados* representaram a ampla maioria do quantitativo de pessoas ocupadas, 75,5%, sendo que aproximadamente 58% dos ocupados com registro formal (celetistas do setor privado e estatutários civis e militares do setor público) e 17% de pessoas sem registro formalizado; os *conta-própria* ou auto-empregados corresponderam a 20,1%; os *empregadores* representaram 2,9% e as pessoas ocupadas *sem-remuneração* em ajuda a membros da família perfizeram 0,8% do total das pessoas com ocupação.

As médias de acréscimos anuais no período são claros indicadores de que as ocupações geradas na Região Metropolitana foram de qualidade precária. O fato do quantitativo de *empregados* ter crescido à taxa de 2,5% ao ano, portanto inferior à média do conjunto das ocupações, fez com que os empregados

passassem a representar pouco mais de 73% das ocupações em 2000. É fundamental destacar que os empregados com *registro formal* constituíram o contingente com a menor taxa média de crescimento no período, 0,9% a.a., enquanto os *sem registro formal* compuseram o segmento com o segundo maior crescimento médio anual, 6,9%. Por isso, o primeiro agrupamento de empregados perdeu importância relativa, passando de 58% para 49% nos anos em tela e o segundo agrupamento elevou sua participação de 17% para 24%. Os efetivos compostos pelas pessoas ocupadas na condição de *conta-próprias* ou de auto-empregados e de *empregadores* cresceram às taxas de 3,0% e 3,3%, respectivamente, ampliando suas participações de 2,8 para 2,9%, no caso do primeiro grupo, e de 20,9 para 21,2%, no caso do segundo. Os ocupados na condição de *não remunerados* constituíram o segmento ocupacional com o maior crescimento médio no período: 11,0% ao ano. Por fim, as *pessoas ocupadas com a produção para o próprio consumo*, que passaram a ter destaque no Censo de 2000, representaram 1,0% da quantum de pessoas ocupadas.

**Tabela 06: População Ocupada segundo a posição na ocupação - RMNatal, 1991 e 2000**

<b>Posição na ocupação</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>% * 1991</b>	<b>% * 2000</b>	<b>Δ Anual</b>
População ocupada (PO)	302.880	388.555	100.0	100.0	2.8
a) Empregados	228.711	285.195	75.5	73.4	2.5
Com Carteira Assinada(*)	176.980	191.264	58.4	49.2	0.9
Sem carteira assinada	51.731	93.931	17.1	24.2	6.9
b) Conta própria	63.411	82.383	20.9	21.2	3.0
c) Empregadores	8.460	11.378	2.8	2.9	3.3
d) Trabalhadores não remunerados	2.298	5.887	0.8	1.5	11.0
e) Trabalhadores produção próprio consumo		3.172		1.0	
<b>Grau de Formalização</b>			<b>58.4</b>	<b>49.2</b>	

Fontes: IBGE, Censo Demográfico, 1991 e 2000 e IBGE, Sidra.

Acesso em abril de 2005.

(\*) Fonte dos dados referentes a 1991: BRASIL/MTE. Rais, 1991.

Então, se de um lado é incontestável que a Região Metropolitana de Natal além de concentradora de parcela apreciável da riqueza produzida e das ocupações geradas no Rio Grande do Norte, mostrando uma macrocefalia produtiva no estado, por outro lado, também é rigorosamente correto que parcela considerável das ocupações no aludido espaço metropolitano foram de baixa qualidade. A presente assertiva pode ser aquilatada pela expansão mais rápida das ocupações em atividades não remuneradas, para o consumo próprio, de auto-emprego e de empregos sem registro formal. Pode-se ainda pressupor que, em tempos de loas ao “empreendedorismo”, parcela considerável das ocupações exercidas na condição de empregadores certamente ocorreria em micro e pequenos estabelecimentos que além de não garantirem elevadas taxas de lucro aos capitalistas atomizados costumam operar com péssimas condições de trabalho e normalmente efetuando pagamento de salários aviltados. Expressivo dessa questão é o fato de 91,5% dos estabelecimentos da RMNatal, segundo dados da RAIS/MTE, em 2003, empregavam menos de 20 trabalhadores e 63,7% empregavam menos de cinco trabalhadores.

A correção da asserção do parágrafo anterior encontra respaldo também na ampliação do *grau de formalização* – dado pela relação entre os empregados com carteira assinada mais os servidores públicos estatutários e militares e o total das pessoas ocupadas - do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Natal que foi de aproximadamente 58%, em 1991, e passou a algo próximo de 49%, no ano de 2000.

O mercado formal de trabalho na RMN trata-se de um mercado heterogêneo, caracterizado por situações diversas. De um lado, aparecem empresas globalizadas dos ramos têxtil e de confecções que incorporam tecnologia e capital, mas que ainda empregam considerável contingente de trabalhadores; a rede hoteleira de primeira linha (hotéis de 3, 4 e 5 estrelas); e a indústria da construção civil. Num outro extremo, há uma variedade de pequenos negócios ligados ao turismo e a outras atividades correlatas ou dele decorrentes e que garantem ocupação a uma parcela também significativa de mão de obra, e que são marcados pela baixa produtividade, baixos rendimentos e pelas relações informais de trabalho.

Nesse espaço da RMN, a importância de Natal é evidente (Tabela 06) e se expressa naqueles setores em que a capital consegue manter maiores percentuais da População Economicamente Ativa (PEA), no conjunto dos municípios que compõem a Região: são os de prestação de serviços, o referente às atividades administrativas e o do comércio de mercadorias. O segundo maior município da RMN, Parnamirim, também chama atenção por apresentar um percentual que pode ser considerado alto em se tratando de atividades administrativas, o que pode ser explicado pela forte presença das forças militares da Força Aérea Brasileira (FAB), lá sediadas. Chamam atenção, também, os dados de absorção da PEA referentes às atividades industriais: parte do distrito industrial de Natal encontra-se em Parnamirim e nos municípios de São Gonçalo do Amarante e Extremoz. Em Macaíba e em Ceará Mirim, tais atividades também aparecem com relativa representatividade. Em Macaíba, foi construído o Centro Industrial Avançado (CIA) e, em Ceará Mirim, estão instaladas unidades produtoras de açúcar e álcool. No setor agropecuário, continuam mantendo percentuais razoáveis de sua PEA os demais municípios da RMN.

A tabela 06 demonstra a insofismável importância de Natal na RMN. Sua liderança é rapidamente perceptível, embora o emprego em alguns sub-setores da atividade econômica esteja mais desconcentrado como é o caso da indústria extrativa mineral, do material de transporte e da indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool. Mas são poucos setores. Vale ressaltar que, embora Natal concentre o emprego formal, nem todos os empregados dessas atividades residem no município, um expressivo número de trabalhadores residem nos demais municípios e ocupam os postos de trabalho na capital.

Quando se observa os dados intra-municipais do emprego formal na RMN, constata-se que o setor público ainda é o grande responsável pela maior parte do emprego nos municípios. Na RMN, essa atividade emprega entre 17,6% (Parnamirim) e 58,2% (Extremoz) do emprego formal. Além do sub-setor da atividade de administração pública, alguns outros segmentos se destacam em seus respectivos municípios, indicando tanto uma função quanto uma “vocação” desses municípios para as atividades econômicas ali desenvolvidas, configurando o desenho da estrutura produtiva RMN.

A indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos apresenta elevada participação no emprego formal em São Gonçalo do Amarante (32,4%), Macaíba (28,7%), e Parnamirim (13,4%); a indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico em Macaíba (21,4%) e Ceará Mirim (16,5%); o segmento de comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos nos municípios de São José do Mipibu (22,9%) e em Monte Alegre (20,4%); o segmento de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redações etc, apresenta uma *sui generis*<sup>5</sup> participação no município de Monte Alegre (32,6%); e, no setor primário, destaca-se Nísia Floresta com 25,9% do emprego formal municipal no referido setor.

---

<sup>5</sup> Explicável pelo fato do município apresentar pequeno quantum de emprego formal e a maior parcela ser absorvida por duas empresas vinculadas ao seguimento de manutenção, limpeza e vigilância de propriedade de influentes políticos da localidade.

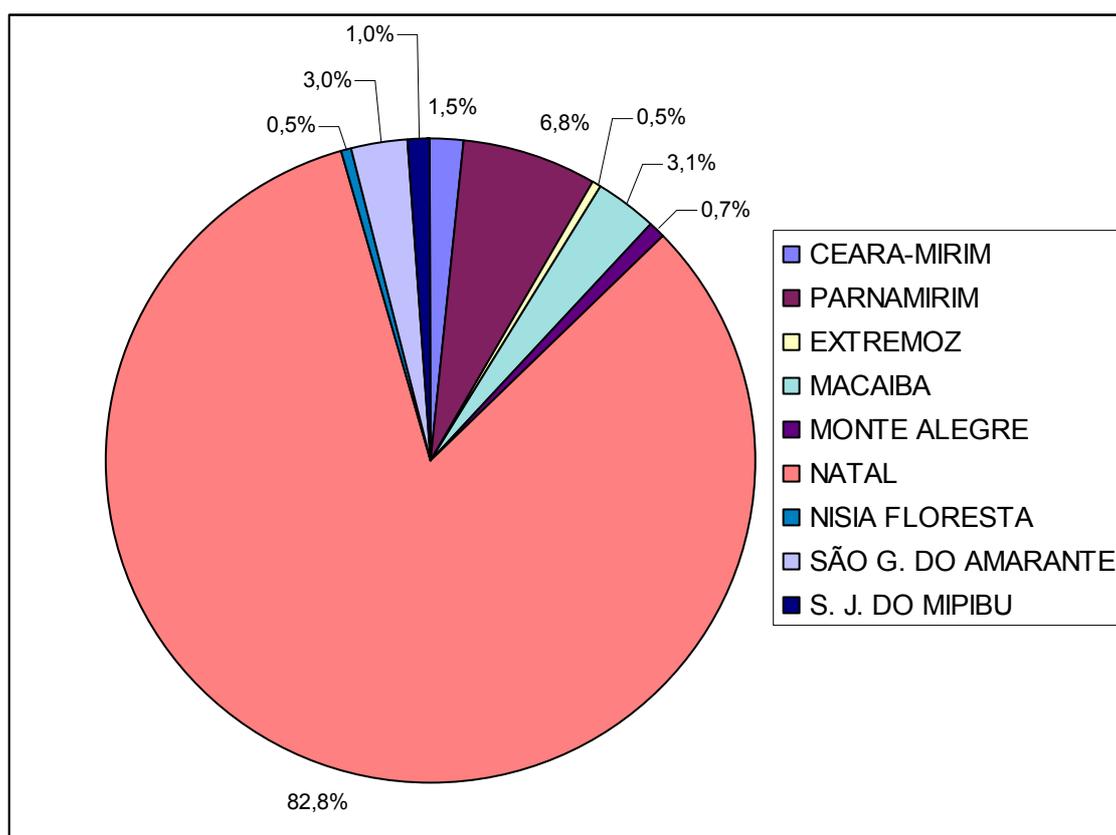
**Tabela 06: Participação Relativa dos Municípios Da RMNatal Nos Sub-Setores Da Atividade Econômica No Emprego Formal – 2003**

SUB-SETORES	CEARÁ-MIRIM	PARNAMIRIM	EXTREMOZ	MACAÍBA	MONTE ALEGRE	NATAL	NISIA FLORESTA	SÃO G. DO AMARANTE	S. J. DO MIPIBU
Extrativa mineral	14,5	23,9	0,0	17,4	0,0	33,2	0,0	11,0	0,0
Indústria de produtos minerais não metálicos	3,9	11,3	0,0	3,1	0,0	45,5	1,8	29,4	5,1
Indústria metalúrgica	0,3	14,2	0,0	0,8	0,0	71,9	0,5	12,3	0,0
Indústria mecânica	0,0	16,4	0,5	15,2	0,0	55,4	0,0	12,5	0,0
Indústria do material elétrico e de comunicações	0,0	4,1	0,0	28,4	0,0	67,6	0,0	0,0	0,0
Indústria do material de transporte	1,2	20,2	0,0	21,4	0,0	36,9	0,0	0,0	20,2
Indústria da madeira e do mobiliário	0,1	10,9	0,0	3,4	0,0	74,2	0,0	7,5	3,9
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	0,0	26,7	0,0	1,4	0,0	68,7	0,0	3,3	0,0
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, Indústrias diversas	0,0	12,8	5,8	1,8	0,0	66,7	0,0	13,0	0,0
Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	1,6	18,6	0,6	11,4	0,0	62,0	0,3	4,7	0,8
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	0,1	14,8	0,0	14,6	0,4	53,6	0,0	15,8	0,6
Indústria de calçados	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	99,8	0,0	0,0	0,0
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	10,1	18,7	0,0	26,4	0,1	38,7	0,1	4,9	1,0
Serviços industriais de utilidade pública	3,5	2,1	1,1	7,1	0,1	82,4	0,2	3,0	0,6
Construção civil	0,0	11,6	0,6	0,7	0,0	86,3	0,2	0,4	0,1
Comércio varejista	1,1	7,7	0,2	1,7	0,1	86,5	0,2	1,6	0,9
Comércio atacadista	3,4	11,6	0,0	6,2	0,0	76,3	0,1	1,6	0,6
Instituições de crédito, seguros e capitalização	1,1	2,3	0,0	0,6	0,3	94,8	0,0	0,4	0,4
Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos	0,0	5,5	0,3	0,8	2,3	87,3	0,2	0,1	3,5
Transportes e comunicações	1,1	11,9	0,1	0,3	0,0	85,4	0,4	0,6	0,3
Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação	0,5	7,7	0,8	0,8	2,7	85,7	0,7	0,8	0,2
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	0,1	1,4	0,0	0,1	0,0	97,2	0,0	0,5	0,6
Ensino	0,9	7,2	0,2	0,7	0,0	89,1	0,1	1,0	0,7
Administração pública direta e autárquica	1,7	3,0	0,8	1,8	0,7	87,9	0,6	2,7	0,8
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal	9,4	7,6	2,4	3,7	1,0	54,0	7,7	5,4	8,7
Total	1,5	6,8	0,5	3,1	0,7	82,8	0,5	3,0	1,0

Fonte: BRASIL/MTE. RAIS, 2003.

O gráfico 01 mostra bem a importância de Natal para RMN, como também a concentração no município do emprego formal. Natal concentra mais de 82% do emprego formal da RMN, e parcela significativa do emprego em todas as atividades econômicas. A tabela 07 mostra a participação de Natal no emprego formal segundo as atividades econômicas desenvolvidas na RMN. Constata-se que a menor participação incide na atividade extrativa mineral (33,2%), na de material de transporte (36,9%) e na produção de alimentos, bebidas e álcool (38,7%). Em todas as demais atividades, Natal apresenta participação acima dos 40%. Em setores como a indústria calçadista (99,8%) e em serviços médicos, odontológicos e veterinários (97,2%), Natal aproxima-se da totalidade do emprego da RMN.

**Gráfico 01: Participação no Emprego Formal Total dos Municípios da RMN – 2003**



Fonte: BRASIL/MTE. RAIS, 2003.

Quando comparado, ao Estado do RN, a capital detém mais de 50% em todas as atividades econômicas integrantes do setor secundário, alcançando mais

de 70% do emprego formal nos segmentos de Instituições de crédito, seguros e capitalização; comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos; transportes e comunicações; serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, etc; e no segmento de serviços médicos, odontológicos e veterinários. No setor industrial detém mais de 60% do emprego da indústria de calçados, e mais de 50% nas indústrias da borracha, fumo, couros, peles, similares e diversas; nas do papel, papelão, editorial e gráfica e nas de material elétrico e de comunicações.

Quanto a representatividade de Natal no Nordeste, porém, a expressividade ocorre apenas no segmento têxtil do vestuário e artefatos de tecidos com 6,98% do emprego regional na respectiva indústria, ficando atrás apenas da capital do Ceará, a maior produtora de do segmento do Nordeste com mais de 23% do emprego formal. Essa indústria permite a identificação da RMN como uma das principais áreas responsáveis pelo fornecimento do produto têxtil de vestuário para região.

A RMN perdeu considerável participação no emprego formal em relação ao interior do estado do RN. Caiu de uma participação de 76,2%, em 1988, para 63,7%, em 2003. No entanto, alguns segmentos apresentaram crescimento de sua participação no emprego formal, evidenciando uma tendência de concentração dessas atividades na RMN. A exceção do segmento de extração mineral, cuja participação aumentou de 3,4% para 5,9%, no período em estudo, os segmentos de material de transporte e de alimentos, bebidas e álcool ultrapassam a casa dos 40% no emprego e os segmentos de comércio atacadista e instituições de crédito, seguros e capitalização e o de transporte e comunicação apresentam-se acima de 70%. Evidentemente, vários outros setores apresentam ainda participação significativa, no entanto, perderam participação, indicando um crescimento mais rápido do emprego formal, nessas atividades, no interior do que na RMN.

Natal, o núcleo da RMN, apresentou performance similar ao conjunto da região. Cresceram as participações dos segmentos: de extração mineral; de produção de material de transporte; de alimentos, bebidas e álcool; comércio atacadista; instituições de crédito, seguros e capitalização; de transporte e comunicação; de borracha, fumo, couros, peles, similares; administração pública

direta e autárquica; e de química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria (tabela 07). Alguns desses segmentos que apresentaram crescimento no emprego chamam a atenção. É o caso das instituições de crédito, seguros e capitalização e dos transportes e comunicações que concentram quase três quartos de todo o emprego do segmento do estado na capital.

**Tabela 07: Participação do emprego formal de Natal no estado e na região Nordeste nos anos de 1988 e 2003**

SUBSETORES	1988		2003		1988		2003	
	NAT AL/R N	NAT AL/N E	NAT AL/R N	NAT AL/R N	RM N/R N	RM N/N E	RM N/R N	RM N/N E
Extrativa mineral	1,3	0,2	1,95	1,95	<b>3,4</b>	<b>0,4</b>	<b>5,9</b>	<b>1,4</b>
Indústria de produtos minerais não metálicos	18,3	1,6	15,14	15,14	45,7	3,9	33,3	3,0
Indústria metalúrgica	93,2	1,2	30,69	30,69	93,2	1,2	42,7	1,2
Indústria mecânica	43,9	2,5	20,70	20,70	80,2	4,5	37,4	3,7
Indústria do material elétrico e de comunicações	95,6	0,4	56,18	56,18	95,6	0,4	83,1	0,9
Indústria do material de transporte	9,6	0,7	15,98	15,98	<b>26,2</b>	<b>1,8</b>	<b>43,3</b>	<b>0,9</b>
Indústria da madeira e do mobiliário	55,0	2,0	45,70	45,70	76,9	2,8	61,6	3,3
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	70,5	2,5	54,80	54,80	89,7	3,1	79,8	4,5
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, Indústria diversas	43,0	1,9	55,88	55,88	84,7	3,7	83,8	2,0
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	13,5	0,4	32,55	32,55	84,0	2,6	52,5	2,4
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	58,3	9,0	46,43	46,43	93,4	14,4	86,6	13,0
Indústria de calçados	71,9	3,3	63,04	63,04	71,9	3,3	63,1	1,7
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico.	16,4	0,8	17,70	17,70	<b>39,6</b>	<b>1,9</b>	<b>45,8</b>	<b>2,5</b>
Serviços industriais de utilidade pública	95,8	7,4	57,11	57,11	97,5	7,5	69,3	3,4
Construção civil	87,1	4,3	59,48	59,48	92,6	4,6	68,9	5,2

Comércio varejista	71,9	3,8	60,41	60,41	75,4	4,0	69,9	5,0
Comércio atacadista	54,9	3,2	55,75	55,75	<b>59,6</b>	<b>3,5</b>	<b>73,0</b>	<b>5,5</b>
Instituições de crédito, seguros e capitalização.	61,0	3,6	73,82	73,82	<b>64,9</b>	<b>3,8</b>	<b>77,8</b>	<b>4,6</b>
Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos	76,3	3,4	58,88	58,88	79,6	3,5	67,5	4,2
Transportes e comunicações	67,8	3,7	72,97	72,97	<b>73,4</b>	<b>4,0</b>	<b>85,5</b>	<b>5,1</b>
Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação	84,4	6,0	70,15	70,15	85,7	6,1	81,8	5,6
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	79,2	3,4	73,16	73,16	80,1	3,4	75,3	4,1
Ensino	75,7	2,1	63,81	63,81	77,2	2,1	71,6	5,4
Administração pública direta e autárquica	75,3	6,3	54,64	54,64	78,8	6,6	62,2	5,3
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal	6,8	0,6	10,26	10,26	<b>15,7</b>	<b>1,3</b>	<b>19,0</b>	<b>1,9</b>
Total	68,4	4,7	52,73	52,73	76,2	5,2	63,7	4,8

Fonte: BRASIL/MTE. RAIS, 1988 e 2003.

A RMN perdeu posição na participação no emprego formal na região Nordeste. No todo caiu de 5,2% para 4,85% do emprego no Nordeste, entre 1988 e 2003. Alguns segmentos, porém, ampliaram sua participação, mas nenhum com crescimento significativo, a exceção se dá com o segmento do ensino que aumentou 3 pontos percentuais, os demais cresceram apenas 1 ponto percentual aproximadamente. Como suas participações são pequenas, o crescimento não implicou em mudanças significativas. A análise é idêntica para Natal.

**Tabela 08: Número de empresas na RMNatal segundo o tamanho da empresa**

Empregados	1988		2003	
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
Zero	448	8,64	1.706	11,27
Até 04	2.574	49,63	7.942	52,44
De 5 a 9	863	16,64	2.786	18,40
De 10 a 19	576	11,11	1.427	9,42
De 20 a 49	347	6,69	818	5,40
<b>Pequenas Empresas</b>	<b>4.808</b>	<b>92,71</b>	<b>14.679</b>	<b>96,93</b>
De 50 a 99	145	2,80	230	1,52
De 100 a 249	136	2,62	147	0,97
De 250 a 499	51	0,98	48	0,32
<b>Médias empresas</b>	<b>332</b>	<b>6,40</b>	<b>425</b>	<b>2,81</b>
De 500 a 999	23	0,44	19	0,13
Mais de 1000	23	0,44	21	0,14
<b>Grandes Empresas</b>	<b>46</b>	<b>0,89</b>	<b>40</b>	<b>0,26</b>
<b>Total</b>	<b>5.186</b>	<b>100,00</b>	<b>15.144</b>	<b>100,00</b>

Fonte: BRASIL/MTE. RAIS, 1988 e 2003.

O declínio da participação relativa da RMNatal e de Natal no emprego formal na região Nordeste é acompanhado da diminuição do tamanho dos estabelecimentos existentes na RMNatal. A tabela 08 nos mostra que, na década de 1990, as pequenas empresas (com até 49 empregados) ampliaram sua participação de 92% para 96%, enquanto as médias e grandes empresas diminuíram suas respectivas participações. Entre as pequenas, destacam-se as empresas com até 9 trabalhadores que ampliaram sua participação frente ao declínio das demais. Esse processo demonstra uma significativa transformação na economia RMNatal, que consiste em uma crescente tendência à atomização no tamanho dos estabelecimentos. Esse fato é importante porque repercute nos níveis de rendimentos da classe trabalhadora, pois, tendenciosamente, as pequenas empresas pagam salários menores e garantem menores proteções sociais. Na tabela 09, vê-se essa relação. Entre 1988 e 2003, praticamente todos os estabelecimentos, com exceção dos estabelecimentos com vínculos entre 500

e 999, ampliaram a participação dos trabalhadores com salários mais baixo, com menos de 5 salários, em detrimento dos mais altos salários. Essa exceção deve-se muito provavelmente ao processo de reestruturação produtiva por que passaram as empresas brasileiras nos anos 1990. Nesse processo, a principal transformação vincula-se ao uso mais intenso de tecnologia, com uso de mão de obra mais qualificada, e conseqüentemente, maior produtividade.

**Tabela 09: Distribuição relativa dos trabalhadores no emprego formal, segundo faixa de rendimento médios nos estabelecimentos da RMNatal nos anos de 1988 e 2003**

<b>Estabelecimentos</b>	<b>Até 5 salários</b>		<b>De 5 a 10 salários</b>		<b>Mais de 10 salários</b>	
	<b>1988</b>	<b>2003</b>	<b>1988</b>	<b>2003</b>	<b>1988</b>	<b>2003</b>
Até 4 vínculos ativos	93,73	98,70	1,43	0,96	1,31	0,29
De 5 a 9 vínculos ativos	90,02	97,83	2,78	1,44	2,07	0,63
De 10 a 19 vínculos ativos	87,07	95,69	4,45	2,81	3,93	1,36
De 20 a 49 vínculos ativos	79,71	90,50	9,05	5,37	6,14	3,91
De 50 a 99 vínculos ativos	81,19	88,23	8,46	7,46	5,98	4,10
De 100 a 249 vínculos ativos	79,97	82,57	8,16	8,99	7,82	8,16
De 250 a 499 vínculos ativos	77,45	79,54	10,82	10,79	9,26	9,55
De 500 a 999 vínculos ativos	79,87	66,92	12,69	11,92	6,40	20,99
1000 ou mais vínculos ativos	78,04	86,55	11,43	8,35	9,46	5,04
<b>Total</b>	<b>79,70</b>	<b>87,56</b>	<b>10,07</b>	<b>6,98</b>	<b>8,02</b>	<b>5,34</b>

Fonte: BRASIL, MTE. RAIS, 1988 e 2003.

Nota: Não fecha em 100% devido à existência de trabalhadores com salários ignorados. Mas o percentual é muito pequeno de ignorados.

#### **4.0 A Guisa de Conclusões**

Fonte: BRASIL/MTE. RAIS, 2003.

Buscando concluir minimamente esse ensaio, enfatiza-se, a partir da constatação dos dados apresentados, que, nos anos do estudo, por motivos diversos, parcela considerável da força potencial de trabalho da Região Metropolitana permaneceu em situação de inatividade. No entanto, ocorreu concomitantemente a elevação da participação da Região Metropolitana no total da ocupação estadual que passou de, aproximadamente, 39%, em 1991, para algo em torno de 43%, em 2000, significando que a metrópole potiguar intensificou a condição de concentradora de ocupações em âmbito estadual na década de noventa.

Do ponto de vista da geração de oportunidades de ocupação para a população em idade de trabalhar, no período de 1991 a 2000, a Região Metropolitana apresentou-se mais dinâmica do que o Rio Grande do Norte, pois apresentou taxa média de crescimento anual da população ocupada de 2,8%, enquanto a unidade federativa de apenas 1,7%. Certamente, por esse motivo, a Região Metropolitana teve a sua participação na ocupação elevada entre os anos de 1991 e 2000. Portanto, ao menos no atinente ao quantitativo de pessoas ocupadas, em plena década marcada pela acentuação da inserção da economia brasileira à economia mundial, que assentou bases adversas para a geração de oportunidades de ocupações, pode-se dizer que na Região Metropolitana as ações foram, a princípio, relativamente bem-sucedidas quanto à criação de ocupações em geral, isto é, independentemente da posição na ocupação.

Porém, essa ampliação da ocupação e do emprego formal se realizou conjuntamente com um processo de atomização do tamanho dos estabelecimentos, quando visto na dimensão do número de trabalhadores empregados. As empresas que empregam até 09 empregados ampliaram sua participação no número de estabelecimentos na RMNatal frente ao declínio das empresas com mais trabalhadores.

## 5.0 Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO (MTE). **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília: MTE, 1988, 1991 e 2003.

CHESNAIS, François. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências** (Org.). São Paulo: Boitempo, 2005.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. “Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho de trabalho”. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). **Economia & trabalho: textos básicos**. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censos Demográficos**, 1991 e 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)**. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em abril de 2005.

PACHECO, Carlos Américo. “Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional”. **Economia e Sociedade**, Campinas, (6): 113-40, jun., 1996.

## 2. A ESTRUTURA DO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL – 2000

Maria do Livramento Miranda Clementino<sup>6</sup>  
Marconi Gomes da Silva<sup>7</sup>  
William Eufrásio Nunes Pereira<sup>8</sup>

### 1.0 Introdução

O objetivo do presente capítulo é a elaboração do perfil do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Natal, tomando por base o Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano de 2000. Tal perfil será elaborado partindo da abordagem de indicadores básicos sobre o mercado de trabalho, quais sejam, as taxas de atividade ou de participação, de ocupação e de desocupação e suas partes constituintes, tratados sob diferentes perspectivas.

### 2.0 Breve Análise da Estrutura do Mercado de Trabalho da RMNatal

No ano de 2000, a *população em idade ativa* (PIA) - parcela da população com idade igual ou superior a dez anos - da Região Metropolitana de Natal (RMN) foi de 881.251 pessoas, o equivalente a 80,3% da sua população total. Por sua vez, a *população economicamente ativa*<sup>9</sup> (PEA) da Região Metropolitana, no mesmo ano, foi de 468.993 pessoas. Por conseguinte, a *taxa de atividade* – relação entre a PEA e a PIA – foi de 53,2%, significando que somente pouco mais da metade da parcela da população disponível para a produção constituiu-se em força efetiva de trabalho.

O município pólo (Natal) concentrou, em 2000, 66,2% (583.185 pessoas) da PIA e 68,0% (318.820 pessoas) da PEA, demonstrando que este município

---

<sup>6</sup> É economista e socióloga. Doutora em economia pela UNICAMP, SP, em 1990. Tem pós-doutoramento em Lyon2, França. Na UFRN, onde desenvolve suas atividades acadêmicas, coordena o Núcleo RMNatal da Rede Observatório das Metrôpoles. E-mail: [clement@ufrnet.br](mailto:clement@ufrnet.br).

<sup>7</sup> Mestre em economia, doutorando em Ciências Sociais. Professor do departamento de economia da UFRN e integrante do Observatório das Metrôpoles. E-mail: [marocni.br@ufrnet.br](mailto:marocni.br@ufrnet.br)

<sup>8</sup> Economista, especialista em gestão nos recursos humanos mestre em economia, doutorando em Ciências Sociais. Professor do departamento de economia da UFRN e integrante do Núcleo RMNatal da Rede Observatório das Metrôpoles. E-mail: [willa@ufrnet.br](mailto:willa@ufrnet.br)

<sup>9</sup> *População ocupada* mais a *população à procura de ocupação*.

exerceu papel decisivo para a estruturação ou perfilamento do mercado de trabalho da Região Metropolitana. Nos demais municípios, a PIA e a PEA apresentaram-se do modo a seguir: o município com nível de integração muito alto (Parnamirim) concentrou 11,1% e 11,8%; o município com nível alto (São Gonçalo do Amarante), 6,0% e 5,9%; os municípios com nível médio de integração tomados conjuntamente (Extremoz e Macaíba), 6,5% e 6,0% e aqueles com nível baixo, também tomados conjuntamente (Ceará-Mirim, Nísia Floresta e São José de Mipibu), 10,1 e 8,5%, das aludidas variáveis (Tabelas 1 e 2).

**Tabela 1: Nível de Integração Metropolitana dos Municípios da Região Metropolitana de Natal segundo a População em Idade Ativa, População Economicamente Ativa e Taxa de Atividade, por sexo - 2000**

Nível de integração metropolitana	População em idade ativa			População economicamente ativa			Taxa de atividade		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Município Pólo	583.185	268.706	314.479	318.820	176.133	142.687	54,7	65,5	45,4
Muito alto	98.239	47.044	51.195	54.572	32.267	22.305	55,6	68,6	43,6
Alto	53.267	26.004	27.263	27.601	16.901	10.700	51,8	65,0	39,2
Médio	57.708	28.625	29.083	28.034	18.294	9.740	48,6	63,9	33,5
Baixo	88.852	44.263	44.589	39.965	26.415	13.551	45,0	59,7	30,4
Muito baixo									
	881.251	414.642	466.609	468.993	270.010	198.983	53,2	65,1	42,6

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata).

**Tabela 2: Municípios da Região Metropolitana de Natal segundo a População em Idade Ativa, População Economicamente Ativa e Taxa de Atividade - 2000**

Nível de Integração	Município	População em idade ativa			População economicamente ativa			Taxa de atividade		
		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Baixo	Ceará-Mirim	47.758	23.676	24.082	21.083	13.934	7.149	44,1	58,9	29,7
Médio	Extremoz	14.959	7.457	7.502	6.727	4.498	2.229	45,0	60,3	29,7
Médio	Macaíba	42.749	21.168	21.581	21.307	13.796	7.511	49,8	65,2	34,8
Pólo	Natal	583.185	268.706	314.479	318.820	176.133	142.687	54,7	65,5	45,4
Baixo	Nísia Floresta	14.457	7.410	7.047	6.886	4.589	2.297	47,6	61,9	32,6
Muito Alto	Pamamirim	98.239	47.044	51.195	54.572	32.267	22.305	55,6	68,6	43,6
Alto	São G. do Amarante	53.267	26.004	27.263	27.601	16.901	10.700	51,8	65,0	39,2
Baixo	São José de Mipibu	26.637	13.177	13.460	11.996	7.891	4.105	45,0	59,9	30,5
	Total	881.251	414.642	466.609	468.993	270.010	198.983	53,2	65,1	42,6

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

Do ponto de vista da composição sexual, a população em idade ativa da RMN apresentou uma pequena predominância feminina, 52,9% (466.609 pessoas), comparativamente aos 47,1% (414.642 pessoas) do sexo masculino. Dentre todos os municípios da Região Metropolitana, a menor parcela de homens na PIA ocorreu no município pólo, 46,1%, enquanto a maior ocorreu no agregado de municípios com baixo grau de integração, 49,8%. Na realidade, constata-se que a regra foi o contingente masculino situar-se abaixo da metade da PIA em todos os municípios, à exceção de Nísia Floresta.

Não obstante a PIA tenha apresentado tal estruturação, quando se observa a composição da PEA, a situação mostrou-se bastante diversa. Tomados conjuntamente, os municípios da RMN apresentaram um contingente de 270.010 homens economicamente ativos (o equivalente a 57,6% da PEA), enquanto as mulheres, um efetivo de 198.983 pessoas economicamente ativas (perfazendo somente 42,4% da PEA).

No conjunto das pessoas economicamente ativas, foi no município pólo onde ocorreu a maior participação feminina (44,8% de um total de 318.820 pessoas), portanto, em nítido contraste com o ocorrido no caso da população em idade ativa. Constata-se que a frequência relativa das mulheres variou entre

44,8%, referente ao pólo, até 33,9% - o que correspondeu ao aglomerado de municípios com baixo nível de integração. Entretanto, quando considerados individualmente, verifica-se que foi o município de Extremoz, aquele em que ocorreu a menor frequência de mulheres na população economicamente ativa, 33,1%.

A taxa de atividade, conforme já mencionado, foi, para o conjunto da Região Metropolitana, da ordem de 53,2% em 2000. Entretanto, ao se focar isoladamente os municípios, constata-se um espectro variando de 55,6%, correspondente ao município de Parnamirim (de integração muito alta), até 44,1%, referente ao município de Ceará-Mirim (de integração baixa). Natal (município pólo) e São Gonçalo (de integração alta) foram municípios, além de Parnamirim, com taxa de participação superior aos 50%.

Ressalta-se que o nível da taxa de participação no mercado de trabalho da RMN é revelador de um grande potencial de “explosão” que pode manifestar-se sob a forma de uma maior desocupação, uma vez que parcela da população que se encontra em situação de inatividade aflua para o mercado de trabalho. Quanto à baixa participação feminina no mercado de trabalho comparativamente à masculina, certamente não deve se relacionar a fatores estritamente econômicos, mas a fatores de ordem mais geral, dentre os quais a “definição” de “papéis” atribuídos ao “homem” e à “mulher” na sociedade, embora estes se encontrem em profunda transformação na contemporaneidade.

Os dados das tabelas 3 e 4 permitem uma abordagem semelhante à proporcionada pelas tabelas 1 e 2, com a particularidade de que enfocam a população em idade ativa e a economicamente ativa sob a perspectiva etária.

Em 2000, os 881.251 integrantes da população em idade ativa da RMN foram compostos por 344.249 jovens (39,1%), 378.817 adultos (43,0%) e 158.185 idosos (18,0%), sendo que estes três contingentes populacionais concentraram-se fortemente no pólo da Região Metropolitana: aproximadamente 65% dos jovens, 67% dos adultos e 68% dos idosos.

**Tabela 3: Nível de Integração Metropolitana da Região Metropolitana de Natal segundo a População em Idade Ativa, População Economicamente Ativa e Taxa de Atividade por Grupos de Idade – 2000**

Nível de integração metropolitana	População em idade ativa				População economicamente ativa				Taxa de atividade			
	Total	10 a 24 anos	25 a 49 anos	50 e mais anos	Total	10 a 24 anos	25 a 49 anos	50 e mais anos	Total	10 a 24 anos	25 a 49 anos	50 e mais anos
Município Pólo	583.185	222.448	253.157	107.580	318.820	86.460	194.889	37.471	54,7	38,9	77,0	34,8
Muito alto	98.239	38.425	46.108	13.706	54.572	14.928	35.073	4.571	55,6	38,9	76,1	33,4
Alto	53.267	22.129	22.686	8.452	27.601	8.361	16.253	2.987	51,8	37,8	71,6	35,3
Médio	57.708	23.680	23.044	10.984	28.034	8.526	15.788	3.720	48,6	36,0	68,5	33,9
Baixo	88.852	37.567	33.821	17.464	39.965	12.214	22.033	5.718	45,0	32,5	65,1	32,7
Muito baixo												
	881.251	344.249	378.817	158.185	468.993	130.490	284.037	54.467	53,2	37,9	75,0	34,4

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata).

**Tabela 4: Municípios da Região Metropolitana de Natal segundo a População em Idade Ativa, População Economicamente Ativa e Taxa de Atividade por Grupos de Idade - 2000**

Nível de Integração	Município	População em idade ativa				População economicamente ativa				Taxa de atividade			
		Total	10 a 24 anos	25 a 49 anos	50 e mais anos	Total	10 a 24 anos	25 a 49 anos	50 e mais anos	Total	10 a 24 anos	25 a 49 anos	50 e mais anos
Baixo	Ceará-Mirim	47.758	20.676	17.724	9.358	21.083	6.528	11.641	2.914	44,1	31,6	65,7	31,1
Médio	Extremoz	14.959	6.252	6.062	2.645	6.727	2.053	3.925	750	45,0	32,8	64,7	28,4
Médio	Macaíba	42.749	17.428	16.982	8.339	21.307	6.473	11.864	2.970	49,8	37,1	69,9	35,6
Pólo	Natal	583.185	222.448	253.157	107.580	318.820	86.460	194.889	37.471	54,7	38,9	77,0	34,8
Baixo	Nisia Floresta	14.457	5.856	5.851	2.750	6.886	2.039	3.939	909	47,6	34,8	67,3	33,0
Muito Alto	Parnamirim	98.239	38.425	46.108	13.706	54.572	14.928	35.073	4.571	55,6	38,9	76,1	33,4
Alto	São G. do Amarante	53.267	22.129	22.686	8.452	27.601	8.361	16.253	2.987	51,8	37,8	71,6	35,3
Baixo	São José de Mipibu	26.637	11.035	10.246	5.356	11.996	3.647	6.454	1.895	45,0	33,0	63,0	35,4
	Total	881.251	344.249	378.817	158.185	468.993	130.490	284.037	54.467	53,2	37,9	75,0	34,4

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

Quando se destaca o segmento dos jovens no contingente municipal, constata-se que foi o município pólo o que exibiu a menor proporção deste quantitativo, 38,1%, enquanto os demais variaram entre 39,1%, caso de Parnamirim (município com alta integração), e 43,3%, caso de Ceará-Mirim (município com baixa integração). O universo dos adultos representou em Natal 43,4% da sua PIA, enquanto em Parnamirim alcançou a maior parcela (46,9%) e em Ceará-Mirim, a menor (37,1%). Por sua vez, o conjunto dos idosos exibiu em Natal a proporção de 18,4% da sua PIA, atingindo a menor parcela em Parnamirim (14,0%) e a maior em São José de Mipibu (20,1%).

A população economicamente ativa da Região Metropolitana de Natal foi integrada, em 2000, por um quantitativo de 468.993 pessoas, tendo Natal assumido mais uma vez um papel superlativo com 68% e Extremoz detido a menor parcela, 1,4%, daquele quantitativo. Ao se focar a PEA em âmbito municipal, verifica-se que a participação dos jovens oscilou entre 27,1%, em Natal, e 31,0%, em Ceará-Mirim; a dos adultos entre 53,8%, em São José de Mipibu, e 64,3%, em Parnamirim, e a dos idosos entre 8,4%, em Parnamirim, e 13,9%, em Macaíba. Por sua vez, a participação do município pólo foi de 27,1%, 61,1% e 11,8%, para os contingentes de jovens, adultos e idosos, respectivamente.

Quanto à taxa de atividade, destaca-se que, no ano em pauta, o seu comportamento, nos municípios da RMN, foi o que segue: 54,7%, em Natal (município pólo), 55,6%, em Parnamirim (município integração muito alta), 51,8%, em São Gonçalo do Amarante (município com integração alta), 45,0% e 49,8%, respectivamente, em Extremoz e Macaíba (municípios com integração média) e 44,1%, 47,6% e 45,0%, seqüencialmente, em Ceará-Mirim, Nísia Floresta e São José de Mipibu (municípios com integração baixa).

Ao se colocar em relevo as faixas etárias, constata-se que a correspondente aos adultos foi aquela que apresentou as maiores taxas de atividade em todos os municípios da RMN, sendo que a taxa mais baixa ocorreu em um dos municípios de baixa integração (São José de Mipibu), 63,0%, e a mais elevada no município pólo, 77,0%. De um modo geral, as taxas mais elevadas estiveram associadas aos mais elevados níveis de integração e as taxas mais baixas igualmente aos níveis mais baixos de integração. De outra parte, o

segmento correspondente aos jovens apresentou, em média, baixa participação no mercado de trabalho, sendo que, como regra geral, sua taxa de participação apresentou-se superior à dos idosos. Entretanto, deve ser destacado que, dentre os municípios em estudo, o município de São José de Mipibu constituiu-se em uma exceção, pois verificou-se uma taxa de participação dos idosos superior à dos jovens.

### **3.0 Os Níveis de Ocupação na RMNatal em 2000**

Um outro indicador básico sobre o mercado de trabalho é a *taxa de ocupação*. Tal indicador é dado pela relação entre a quantidade das pessoas que, no período da pesquisa, encontravam-se economicamente ativas na condição de ocupadas comparativamente ao total das pessoas economicamente ativas, ou seja, ao quantitativo que incorpora também as pessoas temporariamente desocupadas, porém à procura de ocupação. Por conseguinte, a *taxa de desocupação* ou de desemprego aberto é dada pela relação entre a quantidade de pessoas desocupadas à procura de ocupação e a população economicamente ativa.

Assim, no ano de 2000, das 468.993 que constituíram a população economicamente ativa (PEA) da Região Metropolitana de Natal, apenas 383.968 conseguiram ocupação, significando uma taxa de ocupação de 81,9%. Portanto, neste ano, a taxa de desocupação na RMN foi de 18,1% da sua força efetiva de trabalho (Tabelas 5 e 6).

No que diz respeito à ocupação total, percebe-se que não houve grande variação entre as taxas de ocupação entre os agregados de municípios da Região Metropolitana. A taxa de ocupação mais baixa ocorreu no município com alto grau de integração ao pólo (São Gonçalo), 79,3%. Em seguida, figuraram o conjunto com médio nível de integração (Extremoz e Macaíba), 81,1%, e o município pólo (Natal) com 81,9%. Assim, as taxas de ocupação mais elevadas ocorreram no agregado com baixo nível de integração (Ceará-Mirim, Nísia Floresta e São José de Mipibu) e no município com alto nível de integração (Parnamirim), sendo de 82,5% para o primeiro agregado e 82,8% para o segundo. Portanto, pode-se

depreender que não é possível estabelecer relação entre nível de integração ao pólo e nível da taxa de ocupação. Na verdade, uma posição consistente sobre os níveis de ocupação demandaria uma análise ao menos da desocupação de longo período e da composição da população em situação de inatividade. Todavia, um aspecto que deve ser reafirmado é que a taxa de ocupação, quanto focada sob a perspectiva da totalidade, apresentou-se reduzida em todos os municípios e, ademais, não apresentou dispersão muito grande, nem entre agregados de municípios nem entre municípios considerados isoladamente.

**Tabela 5: Níveis de integração da Região Metropolitana de Natal segundo a População Economicamente Ativa, População Ocupada e Taxa de Ocupação – 2000**

Nível de interação metropolitana	População economicamente ativa			População ocupada			Taxa de ocupação		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Pólo	318.820	176.133	142.687	261.171	148.275	112.896	81,9	84,2	79,1
Muito alto	54.572	32.267	22.305	45.203	27.879	17.324	82,8	86,4	77,7
Alto	27.601	16.901	10.700	21.898	13.986	7.912	79,3	82,7	73,9
Médio	28.034	18.294	9.740	22.737	15.542	7.195	81,1	85,0	73,9
Baixo	39.965	26.415	13.551	32.959	22.424	10.535	82,5	84,9	77,7
Muito baixo									
	468.993	270.010	198.983	383.968	228.105	155.863	81,9	84,5	78,3

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

**Tabela 6: Municípios da Região Metropolitana de Natal segundo a População Economicamente Ativa, População Ocupada e Taxa de Ocupação – 2000**

Nível de interação	Município	População economicamente ativa			População ocupada			Taxa de ocupação		
		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Baixo	Ceará-Mirim	21.083	13.934	7.149	16.712	11.508	5.204	79,3	82,6	72,8
Médio	Extremoz	6.727	4.498	2.229	5.561	3.853	1.709	82,7	85,6	76,7
Médio	Macaíba	21.307	13.796	7.511	17.175	11.689	5.486	80,6	84,7	73,0
Pólo	Natal	318.820	176.133	142.687	261.171	148.275	112.896	81,9	84,2	79,1
Baixo	Nísia Floresta	6.886	4.589	2.297	5.993	4.110	1.883	87,0	89,6	82,0
Muito alto	Panamirim	54.572	32.267	22.305	45.203	27.879	17.324	82,8	86,4	77,7
Alto	São G. do Amarante	27.601	16.901	10.700	21.898	13.986	7.912	79,3	82,7	73,9
Baixo	São José de Mipibú	11.996	7.891	4.105	10.254	6.806	3.448	85,5	86,3	84,0
Total	RMNatal	468.993	270.010	198.983	383.968	228.105	155.863	81,9	84,5	78,3

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

Quando se põe em relevo a taxa de ocupação sob a perspectiva de gênero, constatam-se taxas de ocupação da força de trabalho masculina bem mais elevadas do que as relativas à feminina. No conjunto da Região Metropolitana, a taxa masculina foi de 84,5% e a feminina de 78,3%, portanto com uma diferença de 6,2 pontos percentuais. Um aspecto a ser ressaltado é que o município pólo foi ao mesmo tempo aquele em que ocorreu a menor taxa de ocupação masculina, 84,2%, e a maior taxa de ocupação feminina, 79,1%, por isso sendo também aquele em que ocorreu a menor diferença percentual entre homens e mulheres com ocupação. A taxa de ocupação masculina mais elevada ocorreu no município com nível de integração muito alto, 86,4%, e a mais baixa no município com integração muito alta, 82,7%. Quanto à taxa de ocupação feminina mais reduzida, de 73,9%, ocorreu simultaneamente no município com alto nível de integração e no agregado com médio nível de integração. Quanto à maior diferença percentual entre a taxa de ocupação masculina e feminina, registra-se que ocorreu no agregado com nível médio de integração, sendo superior a 11%.

Por fim, quanto à menor participação feminina na ocupação o que se pode dizer é que se trata, efetivamente, na Região Metropolitana de Natal, de um dos grupos mais vulneráveis quanto à inserção no mercado de trabalho, possivelmente, em decorrência de um longo processo histórico no qual foi atribuído à mulher um papel mais restrito às atividades vinculadas ao lar e, portanto, mantendo-se relativamente distanciada do espaço público. Ao mesmo tempo, deve-se admitir que a ocupação feminina relativamente à masculina somente tende a aumentar tanto na Região Metropolitana de Natal como algures em decorrência da crescente conquista dos espaços públicos pelas mulheres.

Antes de colocar em destaque a taxa de ocupação segundo diferentes faixas etárias, destaca-se que o segmento dos jovens, de 10 a 24 anos, correspondeu, em 2000, a 23,1%, o grupo dos adultos, de 25 a 49 anos, a 64% e o dos idosos, de 50 e mais anos, a 12,9% da população ocupada na Região Metropolitana de Natal. Focando-se a taxa de ocupação por estrato de idade, verifica-se que, no conjunto da Região Metropolitana a taxa de ocupação mais baixa, 68,0%, foi a atinente aos jovens, sendo seguida da relativa aos adultos, 86,5%, e a mais elevada foi a correspondente aos idosos, 91,0%. À exceção do

município com alto nível de integração, a regra foi a vigência, nos vários agregados de municípios, de taxas de ocupação dos jovens menores relativamente ao segmento dos adultos, que, via de regra, apresentaram-se mais baixas relativamente ao segmento dos idosos (Tabelas 7 e 8).

Ao mesmo tempo, em todos os agregados de municípios, verificou-se também que os efetivos correspondentes aos adultos foi francamente superior aos dos jovens que, por sua vez, superou os referentes aos idosos. Assim, provavelmente, a maior taxa de participação dos idosos deveu-se ao fato de que estes representaram uma menor parcela da população em idade ativa, bem como ao fato de permanecerem em maior medida em situação de inatividade comparativamente aos outros segmentos. Entretanto, em que pesem tais considerações, o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Natal, em 2000, revelou um perfil fortemente marcado pela força de trabalho masculina e, ao mesmo tempo, com uma participação significativa de pessoas relativamente idosas.

**Tabela 7: Níveis de integração da Região Metropolitana de Natal segundo a População em Idade Ativa, População Economicamente Ativa e Taxa de Atividade por Grupos de Idade- 2000**

Nível de integração metropolitana	População economicamente ativa				População ocupada				Taxa de ocupação			
	Total	10 a 24 anos	25 a 49 anos	50 e mais anos	Total	10 a 24 anos	25 a 49 anos	50 e mais anos	Total	10 a 24 anos	25 a 49 anos	50 e mais anos
Pólo	318.820	86.460	194.889	37.471	261.171	57.753	169.242	34.175	81,9	66,8	86,8	91,2
Muito alto	54.572	14.928	35.073	4.571	45.203	10.559	30.671	3.973	82,8	70,7	87,5	86,9
Alto	27.601	8.361	16.253	2.987	21.898	5.813	13.459	2.626	79,3	69,5	82,8	87,9
Médio	28.034	8.526	15.788	3.720	22.737	5.955	13.283	3.499	81,1	69,8	84,1	94,1
Baixo	39.965	12.214	22.033	5.718	32.959	8.663	19.028	5.268	82,5	70,9	86,4	92,1
Muito baixo												
	468.993	130.490	284.037	54.467	383.968	88.743	245.684	49.541	81,9	68,0	86,5	91,0

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

**Tabela 8: Municípios da Região Metropolitana de Natal segundo a População em Idade Ativa, População Economicamente Ativa e Taxa de Atividade por**

Nível de integração	Município	População economicamente ativa				População ocupada				Taxa de ocupação			
		Total	10 a 24 anos	25 a 49 anos	50 e mais anos	Total	10 a 24 anos	25 a 49 anos	50 e mais anos	Total	10 a 24 anos	25 a 49 anos	50 e mais anos
Baixo	Ceará-Mirim	21.083	6.528	11.641	2.914	16.712	4.260	9.803	2.649	79,3	65,3	84,2	90,9
Médio	Extremoz	6.727	2.053	3.925	750	5.561	1.435	3.415	712	82,7	69,9	87,0	94,9
Médio	Macaíba	21.307	6.473	11.864	2.970	17.175	4.519	9.868	2.788	80,6	69,8	83,2	93,9
Pólo	Natal	318.820	86.460	194.889	37.471	261.171	57.753	169.242	34.175	81,9	66,8	86,8	91,2
Baixo	Nisia Floresta	6.886	2.039	3.939	909	5.993	1.525	3.588	879	87,0	74,8	91,1	96,8
Muito alto	Panamirim	54.572	14.928	35.073	4.571	45.203	10.559	30.671	3.973	82,8	70,7	87,5	86,9
Alto	São G. do Amarante	27.601	8.361	16.253	2.987	21.898	5.813	13.459	2.626	79,3	69,5	82,8	87,9
Baixo	São José de Mipibú	11.996	3.647	6.454	1.895	10.254	2.878	5.636	1.740	85,5	78,9	87,3	91,8
Total	RMNatal	468.993	130.490	284.037	54.467	383.968	88.743	245.684	49.541	81,9	68,0	86,5	91,0

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

### Grupos de Idade- 2000

#### 4.00 Grau de Formalidade na RMNatal em 2000

Apresentadas tais informações com caráter mais geral, enfoca-se, a seguir, um indicador do nível de estruturação do mercado de trabalho, qual seja, o *grau de formalidade*. É importante esclarecer que a presente pesquisa considera como trabalho formal aquele desempenhado com registro em carteira de trabalho e o exercido pelo pessoal militar e o funcionalismo civil estatutário. Assim, desconsidera os quantitativos referentes aos empregadores, aos trabalhadores que atuam por conta própria, aos trabalhadores que ajudam, sem remuneração, membros da família e às pessoas que trabalham para o auto consumo ou em atividade de autoconstrução.

Os dados das tabelas 9 e 10 permitem visualizar um grau de formalização do mercado de trabalho na Região Metropolitana, no ano de 2000, abrangendo 49,4% do total das pessoas ocupadas, o que implicou num total de 189.968 pessoas. Embora não se trate de uma comparação das mais edificantes, é importante destacar que tal grau de formalização do trabalho não difere muito do que se verificou no mercado de trabalho brasileiro no mesmo ano.

**Tabela 9: Nível de Integração Metropolitana da Região Metropolitana de Natal segundo População Ocupada e Grau de Formalização no Trabalho Principal - 2000**

Nível de integração metropolitana	Número de pessoas ocupadas			Grau de formalização do mercado de trabalho
	Total	No setor formal		
		Sim	Não	
Município Pólo	261.171	136.382	124.789	52,2
Muito alto	45.203	23.133	22.070	51,2
Alto	21.898	10.711	11.187	48,9
Médio	22.737	8.633	14.104	38,0
Baixo	32.959	10.992	21.967	33,3
Muito baixo				
Total	383.968	189.850	194.117	49,4

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata).

**Tabela 10: Municípios da Região Metropolitana de Natal segundo População Ocupada e Grau de Formalização no Trabalho Principal – 2000**

Nível de Integração	Município	Número de pessoas ocupadas			Grau de formalização do mercado de trabalho
		Total	No setor formal		
			Sim	Não	
Baixo	Ceará-Mirim	16.712	5.663	11.048	33,9
Médio	Extremoz	5.561	1.906	3.655	34,3
Médio	Macaíba	17.175	6.726	10.449	39,2
Pólo	Natal	261.171	136.382	124.789	52,2
Baixo	Nísia Floresta	5.993	1.961	4.032	32,7
Muito Alto	Parnamirim	45.203	23.133	22.070	51,2
Alto	São Gonçalo do Amarante	21.898	10.711	11.187	48,9
Baixo	São José de Mipibu	10.254	3.367	6.887	32,8
	Total	383.968	189.850	194.117	49,4

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

Embora, no conjunto, o grau de formalização do mercado de trabalho da RMN tenha sido de pouco mais de 49%, houve uma grande discrepância no grau de formalização quando se observa os agregados de municípios segundo o nível de integração ao pólo da metrópole. Constatase que, no ano em foco, conforme diminuiu o nível de integração dos agregados de municípios, diminuiu também o grau de formalização do mercado de trabalho. Assim, constata-se que, enquanto nos municípios pólo e nos de integração muito alta e alta, os referidos graus foram de aproximadamente 52%, 51% e 49%, nos agregados com níveis de

integração médio e baixo, os percentuais foram bem mais reduzidos, sendo de 38% e 33%, respectivamente.

Ao se considerar separadamente o total dos trabalhadores que exerceram suas atividades em regime de formalidade, verifica-se que apenas 10,3% foram referentes aos cinco municípios dos agregados com níveis médio e baixo de integração, enquanto os quase 90% restantes concentraram-se nos outros três municípios da região metropolitana. Na realidade, seria importante efetuar alguma desagregação das ocupações por atividades para que se pudesse relativizar minimamente as afirmações, ou seja, para que se pudesse comparar realidades marcadas pelo predomínio de atividades industriais e terciárias mais modernas, onde o setor público exerce papel fundamental, com realidades com predominância de atividades industriais e agropecuárias que podem ser cunhadas de tradicionais. Entretanto, dada a forma agregada em que se apresentam as informações nas tabelas 9 e 10, o que se pode extrair é que, na Região Metropolitana de Natal, em 2000, as ocupações de melhor qualidade, ou seja, as exercidas sob situação de formalidade e, portanto, com um mínimo de garantia de direitos sociais básicos, encontraram-se concentradas nos municípios com os mais elevados níveis de integração e no município pólo da Região Metropolitana.

**Tabela 11: Nível de Integração Metropolitana dos Municípios da Região Metropolitana de Natal segundo o número de Famílias por Classe de renda mensal do responsável em salário mínimo - 2000**

Nível de integração metropolitana	Classe de renda mensal do responsável em salário mínimo				
	Total	até 2	mais de 2 a 5	mais de 5 a 10	acima de 10
Município Pólo	200.920	103.856	46.149	24.678	26.236
Muito alto	34.556	17.660	7.997	5.413	3.485
Alto	18.617	13.568	3.852	821	376
Médio	19.592	15.141	2.967	1.086	398
Baixo	29.629	23.417	4.146	1.481	584
Muito baixo					
Total	303.314	173.642	65.112	33.480	31.079

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata).

Uma vez abordado o nível de estruturação do mercado de trabalho, enfocase, em seguida, a partir das tabelas 11 e 12, os dados sobre o número de responsáveis por domicílio, segundo as classes de rendimento médio mensal, que manifestam o perfil da distribuição pessoal (domiciliar) da renda. Os citados dados são reveladores de que, em 2000, houve uma intensa concentração da renda pessoal, pois, em 57,2% dos casos, os responsáveis domiciliares, num total de 330.114, receberam até 2 salários mínimos mensais em média, 21,5%, receberam mais de 2 a 5, 11,0%, de mais de 5 a 10, enquanto pouco mais de 10% auferiram rendimentos acima de 10 salários mínimos mensais, em média.

**Tabela 12: Municípios da Região Metropolitana de Natal segundo Classe de renda mensal do responsável em salário mínimo – 2000**

Nível de Integração	Município	Classe de renda mensal do responsável em salário mínimo				
		Total	até 2	mais de 2 a 5	mais de 5 a 10	acima de 10
Baixo	Ceará-Mirim	15.706	12.451	2.189	781	284
Médio	Extremoz	4.980	3.404	991	451	134
Médio	Macaíba	14.612	11.737	1.976	635	264
Pólo	Natal	200.920	103.856	46.149	24.678	26.236
Baixo	Nísia Floresta	4.948	3.831	758	235	124
Muito Alto	Parnamirim	34.556	17.660	7.997	5.413	3.485
Alto	São Gonçalo do Amarante	18.617	13.568	3.852	821	376
Baixo	São José de Mipibu	8.975	7.135	1.199	465	176
	Total	303.314	173.642	65.112	33.480	31.079

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

O nível da concentração pode ser aquilatado pela freqüência de responsáveis domiciliares superior a 50% em todos os municípios da Região Metropolitana na classe dos que receberam até 2 salários mínimos. No município pólo, a freqüência nessa classe de renda foi da ordem de 52%, de um total de 200.920 pessoas, no município com alto nível de concentração, de 51%, e no município com alto nível de integração, de aproximadamente 73%. Na dupla de municípios com nível de integração médio, a freqüência ficou em torno de 77%, sendo de quase 68%, no primeiro município, e de 80%, no segundo. No conjunto dos municípios com baixo nível de integração, apresentou uma freqüência de 79%, sendo as freqüências de cada de um dos municípios de aproximadamente 79%, 77% e 80%, respectivamente.

Considerando-se os municípios segundo os níveis de integração, constata-se que a frequência de responsáveis domiciliares, na faixa dos que receberam de mais de 2 a 5 salários médios mensais, situou-se de 14 a 15%, nos aglomerados com baixo e médio níveis de integração, em torno de 21%, no município com elevado nível de integração, e por volta de 23%, nos municípios com elevado nível de integração e no pólo metropolitano. Na classe dos que auferiram rendimento médio mensal no intervalo de superior a 5 até 10 salários mínimos, constata-se uma incidência de 4,4% dos responsáveis pelos domicílios no município com alta integração, 5,0% e 5,5%, nos conjuntos de municípios com baixa e média integração e, 23%, respectivamente no município com alta integração e no pólo da Região Metropolitana. Destacando, por fim, a classe dos responsáveis por domicílios que receberam renda média mensal superior a 10 salários mínimos, verifica-se que a frequência foi de apenas 2% nos grupos de municípios com baixo, médio e alto níveis de integração e que as mais elevadas frequências ocorreram nos municípios com alta integração, 10%, e pólo, 13%.

## **5.0 A Distribuição da Renda na RMNatal**

As tabelas 13 e 14 dão claras indicações também sobre a distribuição da renda obtida sob a perspectiva da distribuição domiciliar. Desta feita, apresentando novos estratos de renda mensal, os dados são reveladores, também, de uma distribuição profundamente desigual. Alerta-se que, em vez de destacar as informações constantes de todas as colunas, prefere-se, com vistas à abreviação da exposição, fundir as duas primeiras colunas em apenas uma, para destacar a frequência das famílias que receberam, em média, até 1 salário mínimo mensal. Assim, percebe-se que, em 2000, na RMN, 57% das 303.314 famílias, aproximadamente 173 mil famílias, receberam renda mensal de até 1 salário mínimo, sendo as frequências de, respectivamente, 26,2% e 16,9% daquele total, nas faixas dos que receberam de mais de 1 a 3 salários mínimos e acima de 3 salários mínimos.

Os dados alusivos à nova faixa que engloba o número de famílias que receberam até 1 salário mensal em média são bastante eloquentes quanto à concentração da renda familiar em todos os municípios e aglomerados segundo o

nível de integração. As informações estatísticas mostram que no pólo da Região Metropolitana e no município com elevado grau de integração ocorreram as menores freqüências de famílias, mas que foram de magnitude expressiva, 50,5% e 52,7%, respectivamente. Tais informações relativas significaram, no caso de Parnamirim, um contingente de 18.211 famílias e, no de Natal, de um universo de 101.465 famílias. Estes dados são, portanto, reveladores de um acentuado distanciamento social em decorrência do acesso diferenciado das famílias à renda. Na faixa que engloba as famílias que auferiram de mais de 1 a 3 salários mensais de renda, verifica-se, no município com alto grau de interação e nos aglomerados com níveis médio e baixo, que as participações relativas das famílias foram, seqüencialmente, de 19,2%, 17,3% e 15,8%, enquanto, no município com alto nível de integração e no pólo, as aludidas participações foram de 29,5% e 28,6%, respectivamente.

**Tabela 13: Nível de Integração Metropolitana da Região Metropolitana de Natal segundo População por Faixa de Renda Familiar per capita - 2000**

Nível de integração metropolitana	Número de famílias por faixas de renda familiar per capita				
	Total	até 1/2	mais de 1/2 a 1	mais de 1 a 3	acima de 3
Município Pólo	200.920	54.548	47.000	57.486	41.886
Muito alto	34.556	10.045	8.173	10.184	6.153
Alto	18.617	8.314	5.791	3.580	932
Médio	19.592	9.694	5.647	3.397	854
Baixo	29.629	16.330	7.313	4.694	1.293
Muito baixo					
Total	303.314	98.931	73.924	79.341	51.119

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata).

**Tabela 14: Municípios da Região Metropolitana de Natal Segundo as Famílias por Faixa de Renda Familiar per capita - 2000**

Nível de Integração	Município	Número de famílias por faixas de renda familiar per capita				
		Total	até 1/2	mais de 1/2 a 1	mais de 1 a 3	acima de 3
Baixo	Ceará-Mirim	15.706	8.844	3.775	2.421	665
Médio	Extremoz	4.980	2.193	1.342	1.111	334
Médio	Macaíba	14.612	7.501	4.305	2.287	520
Pólo	Natal	200.920	54.548	47.000	57.486	41.886
Baixo	Nísia Floresta	4.948	2.493	1.344	851	260
Muito Alto	Parnamirim	34.556	10.045	8.173	10.184	6.153
Alto	São Gonçalo do Amarante	18.617	8.314	5.791	3.580	932
Baixo	São José de Mipibu	8.975	4.994	2.193	1.421	368
	Total	303.314	98.931	73.924	79.341	51.119

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

No que concerne ao estrato das famílias que auferiram renda média mensal superior a 3 salários mínimos, destaca-se apenas que, nos municípios com alto, médio e baixo níveis de integração, as freqüências relativas apresentaram-se igual ou inferior a 5%, enquanto, de outra parte, o município com nível muito elevado de integração e o pólo apresentaram, aproximadamente, 18% e 21%, respectivamente, das famílias situadas no estrato de renda em destaque. Logo, a distribuição familiar da renda apresentou-se bastante concentrada, sendo que a renda familiar, além da concentração, atingiu patamares extremamente baixos, principalmente nos municípios com menores níveis de integração. Entretanto, ressalta-se que não se pode estabelecer nenhuma associação mecânica entre o nível da renda familiar, e os graus de concentração de estruturas de distribuição com os níveis de integração ao pólo da Região Metropolitana.

As tabelas 15 e 16 sistematizam informações sobre a população ocupada distribuída por classes de rendimento médio mensal no trabalho principal e, por isso, permitem, também, uma visão geral sobre a distribuição pessoal da renda na Região Metropolitana de Natal em 2000.

Em 2000, a população ocupada na Região Metropolitana de Natal com rendimento mensal no trabalho principal foi composta por um total de 383.968 pessoas, que se distribuíram por classes de rendimentos mensais conforme

segue: 31% na classe dos que receberam até 1 salário mínimo; 42% na faixa dos que auferiam rendimentos de 1 a 3 salários mínimos; 11% entre os que obtiveram renda de mais de 3 a 5 salários mínimos; e 16% situaram-se na classe dos que conseguiram rendimentos superiores a 5 salários mínimos. Na primeira classe de rendimentos, a freqüência relativa ocorrida foi aproximadamente de 68%, em Natal (pólo da Região Metropolitana); 29%, em Parnamirim (integração muito alta); 5,7%, em São Gonçalo do Amarante (integração alta); 5,9% no conjunto dos municípios com médio integração (Extremoz e Macaíba); e 8,6% no conjunto dos municípios com baixa integração (Ceará-Mirim, Nísia Floresta e São José de Mipibu). Na segunda classe de rendimentos, as freqüências relativas variaram entre aproximadamente 36% (agregado de municípios com baixa integração) e 46% (município com alta integração), sendo que, no pólo da metrópole, a proporção foi de aproximadamente 43%. Na terceira faixa, os percentuais para municípios ou agregados de municípios variaram entre aproximadamente 5,6% e 12%, sendo o primeiro dado referente ao aglomerado de baixo nível de integração e o segundo ao município com integração muito alta. Por fim, aborda-se a última das classes de rendimentos. Nessa faixa de rendimentos, as mais elevadas freqüências relativas ocorreram no pólo, 19%, e no município com nível de integração muito alto, 18%, enquanto as freqüências ocorridas nos municípios com alto, médio e baixos níveis de integração situaram-se por volta dos 5%.

**Tabela 15: Nível de Integração Metropolitana da Região Metropolitana de Natal segundo Classes de rendimento mensal do trabalho principal em salário mínimo - 2000**

Nível de integração metropolitana	Classes de rendimento mensal do trabalho principal em salário				
	Total	até 1	mais de 1 a 3	mais de 3 a 5	mais de 5
Município Pólo	261.171	69.104	113.392	29.899	48.776
Muito alto	45.203	12.884	18.892	5.401	8.026
Alto	21.898	9.034	10.101	1.697	1.065
Médio	22.737	11.279	8.594	1.721	1.143
Baixo	32.959	17.558	11.991	1.801	1.609
Muito baixo					
Total	383.968	119.860	162.969	40.519	60.620

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata).

**Tabela 16: Municípios da Região Metropolitana de Natal segundo Classes de rendimento mensal do trabalho principal da população ocupada em salários**

Nível de Integração	Município	Classes de rendimento mensal do trabalho principal em salário				
		Total	até 1	mais de 1 a 3	mais de 3 a 5	mais de 5
Baixo	Ceará-Mirim	16.712	8.931	5.944	907	930
Médio	Extremoz	5.561	2.514	2.064	625	359
Médio	Macaíba	17.175	8.765	6.530	1.096	784
Pólo	Natal	261.171	69.104	113.392	29.899	48.776
Baixo	Nísia Floresta	5.993	3.277	2.169	312	235
Muito Alto	Parnamirim	45.203	12.884	18.892	5.401	8.026
Alto	São Gonçalo do Amarante	21.898	9.034	10.101	1.697	1.065
Baixo	São José de Mipibu	10.254	5.350	3.878	581	444
	Total	383.968	119.860	162.969	40.519	60.619

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

### **mínimos - 2000**

As tabelas 17 e 18 possibilitam o estudo da estrutura da população ocupada com rendimento no trabalho principal segundo sexo, cor e escolaridade na Região Metropolitana de Natal, no ano de 2000. Conforme indicado em nota, os dados relativos a cor e escolaridade, em decorrência de não declaração, impedem que o somatório não coincida com a totalização dos dados.

Em 2000, o conjunto das pessoas ocupadas com rendimento no trabalho principal totalizou, na RMN, 372.722 pessoas, sendo que distribuídas da seguinte forma: quanto ao sexo, composto por 60% de homens e 40% de mulheres; quanto à cor, por 44% de brancos e 55% não brancos e no que concerne à escolaridade, por 45% de pessoas com menos de 8 anos de estudos e por 54% de pessoas com oito anos ou mais de estudo. Assim, a RMN teve a sua população ocupada com rendimento no trabalho principal estruturada com predominância masculina, de pessoas “mestiças” e com expressiva participação de pessoas com baixa escolaridade.

**Tabela 17: Nível de Integração Metropolitana da Região Metropolitana de Natal segundo Número de Ocupados com Rendimento no Trabalho Principal – 2000**

Nível de integração metropolitana	Número de ocupados com rendimento no trabalho principal						
	Total	Sexo		Cor1		Escolaridade1	
		Homens	Mulheres	Branco	Não Branco	Menos de 8 anos de estudo	8 e mais anos de estudo
Município Pólo	256.289	146.298	109.991	120.117	134.564	101.757	152.588
Muito alto	44.041	27.364	16.677	22.730	21.161	18.838	24.932
Alto	21.001	13.443	7.558	5.522	15.395	13.190	7.487
Médio	20.742	14.050	6.692	7.661	12.966	13.200	7.175
Baixo	30.649	20.646	10.003	8.836	21.624	21.114	9.070
Muito baixo							
Total	372.722	221.801	150.921	164.866	205.709	168.100	201.252

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata).

Nota: ( <sup>1</sup> ) o número de ocupados pode não coincidir com o total de ocupados devido a casos de não declaração do referido atributo.

**Tabela 18: Municípios da Região Metropolitana de Natal segundo Número de Ocupados com Rendimento no Trabalho Principal e Diferencial por Atributo Pessoal - 2000**

Nível de Integração	Município	Número de ocupados com rendimento no trabalho principal						
		Total	Sexo		Cor1		Escolaridade1	
			Homens	Mulheres	Branco	Não Branco	Menos de 8 anos de estudo	8 e mais anos de estudo
Baixo	Ceará-Mirim	15.670	10.625	5.045	4.371	11.109	10.940	4.546
Médio	Extremoz	5.368	3.725	1.643	2.098	3.215	3.385	1.909
Médio	Macaíba	15.374	10.325	5.049	5.564	9.751	9.815	5.266
Pólo	Natal	256.289	146.298	109.991	120.117	134.564	101.757	152.588
Baixo	Nísia Floresta	5.470	3.758	1.712	1.500	3.971	3.823	1.560
Muito Alto	Parnamirim	44.041	27.364	16.677	22.730	21.161	18.838	24.932
Alto	São Gonçalo do Amarante	21.001	13.443	7.558	5.522	15.395	13.190	7.487
Baixo	São José de Mipibu	9.509	6.263	3.246	2.965	6.544	6.351	2.964
	Total	372.722	221.801	150.921	164.866	205.709	168.100	201.252

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

Nota: ( <sup>1</sup> ) o número de ocupados pode não coincidir com o total de ocupados devido a casos de não declaração do referido atributo.

## 6.0 À Guisa de Conclusão

A partir do que foi discutido até o momento, algumas considerações podem ser apresentadas. Inicialmente, no que diz respeito ao sexo, quando se enfoca os municípios segundo o nível de integração, constata-se que foi no pólo onde ocorreu a menor participação masculina, mesmo assim em percentual bastante elevado, cerca de 57%. Nos demais municípios ou aglomerados a participação das pessoas ocupadas com rendimento no trabalho principal, ocorreu da seguinte forma: no município com integração muito alta (Parnamirim), 62%; no município com alta integração (São Gonçalo do Amarante), 64%; no aglomerado com integração média (Extremoz e Macaíba), 68%; e no aglomerado com baixa integração (Ceará-Mirim, Nísia Floresta e São José de Mipibu), 67%. Destaca-se que o foco na participação masculina deve-se ao fato da mesma haver predominado relativamente à feminina e, ademais, que igual procedimento, ou seja, ênfase no atributo dominante será adotada no enfoque dos demais atributos.

No que concerne ao atributo cor, verifica-se que apenas o município com integração muito alta apresentou frequência de não brancos inferior a 50%. No caso do pólo metropolitano, a participação dos integrantes deste atributo foi da ordem de 53%. Nos demais casos, constatou-se frequência de não brancos com ocupação no trabalho principal muito superior: no aglomerado com média integração, de aproximadamente 63%, no conjunto dos que apresentaram integração baixa, da ordem de 71% e, no município com alta integração de aproximadamente 73%.

Quanto ao atributo escolaridade, observa-se que foi no pólo e no município com integração muito alta onde ocorreram as mais elevadas frequências relativas de pessoas com mais de oito anos de escolaridade, sendo de aproximadamente 60%, no primeiro, e 57%, no segundo. Nos demais municípios/aglomerados, tal participação ocorreu em níveis bastante reduzidos, sendo as participações relativas as que seguem: no município com alto nível de integração, cerca de 36%, no conjunto que apresentam integração de nível médio, da ordem de 35% e o conjunto dos que mantêm nível baixo de integração, aproximadamente 30%.

Finalizando, é importante registrar, mais uma vez, que à luz dos dados disponíveis, a inserção no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Natal

mostrou-se bem mais adversa às mulheres, às pessoas não brancas e aos detentores de baixa escolaridade. Ademais, quanto à ampla dominância de pessoas com baixa escolaridade, não parece deixar dúvidas de que a fragilidade do sistema educacional do país manifesta-se fortemente nos municípios integrantes da RMN, principalmente naqueles que se encontram com menor integração ao pólo metropolitano. Além disso, indica a possibilidade de amplo predomínio de ocupações com elevado grau de precariedade e que, por isso, “não exigem” elevado nível educacional.

## 7.0 Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro:** heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

CHESNAIS, François. **A finança mundializada:** raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências (Org.). São Paulo: Boitempo, 2005.

CLEMENTINO, Maria do Livramento M. **Economia e Urbanização:** o Rio Grande do Norte nos anos 70. Natal, UFRN, 1995. 371 p. Coleção Humanas Letras.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. “Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho de trabalho”. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). **Economia & trabalho:** textos básicos. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

[http://cabugi.globo.com/rnonline/economia15\\_int.html](http://cabugi.globo.com/rnonline/economia15_int.html).

NATAL, NATRONTEC. **Natal 3º Milênio.** Plano Estratégico. Natal, 2000. (Meio digital)

PACHECO, Carlos Américo. “Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional”. **Economia e Sociedade**, Campinas, (6): 113-40, jun., 1996.

TINOCO & QUEIROZ. **Os Aparatos Institucionais de Governo dos Municípios da Região Metropolitana de Natal Face ao Processo de Descentralização.** Natal, UFRN, 1998. Relatório de Pesquisa.

### **3. A COMPOSIÇÃO DA RENDA NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL – 1991/2000**

**Maria do Livramento de M. Clementino<sup>10</sup>  
Marconi Gomes da Silva<sup>11</sup>  
William Eufrásio Nunes Pereira<sup>12</sup>**

#### **1.0 Introdução**

O objetivo central deste capítulo é realizar um estudo sobre a composição da renda na Região Metropolitana de Natal. Assim, enfoca-se a renda dos municípios da RMN a partir das participações dos rendimentos oriundos do trabalho e das transferências governamentais para a formação da renda nos municípios da Região Metropolitana de Natal, que, no caso, constituíram-se nos principais itens constitutivos da renda desses municípios.

#### **2.0 A composição da renda na Região Metropolitana de Natal**

Ao se analisar a participação dos salários, percebe-se pela tabela 01 que, em 1991, ocorreu uma gravitação em torno de 81% na formação da renda dos municípios da RMN. As maiores variações foram as apresentadas, para menos, pelo município de São Gonçalo do Amarante (79%) e, para mais, pelos municípios de Nísia Floresta (84%) e Parnamirim (83%). Merece destaque o fato de que, no ano de 2000, todos os municípios apresentaram recuo na participação dos salários na renda municipal. Tais participações foram mais elevadas em Parnamirim (73,8%), Natal (67,3%) e São Gonçalo do Amarante (67,1%). Destaca-se, ainda, a mais baixa participação dos salários na renda no município de Ceará-Mirim (53,7%). Deve ser mencionado, também, que as maiores

---

<sup>10</sup> É economista e socióloga. Doutora em economia pela UNICAMP, SP, em 1990. Tem pós-doutoramento em Lyon2, França. Na UFRN, onde desenvolve suas atividades acadêmicas, coordena o Núcleo RMNatal da Rede Observatório das Metrôpoles. E-mail: [clement@ufnet.br](mailto:clement@ufnet.br).

<sup>11</sup> Mestre em economia, doutorando em Ciências Sociais. Professor do departamento de economia da UFRN e integrante do Observatório das Metrôpoles. E-mail: [marocni.br@ufnet.br](mailto:marocni.br@ufnet.br)

<sup>12</sup> Economista, especialista em gestão nos recursos humanos mestre em economia, doutorando em Ciências Sociais. Professor do departamento de economia da UFRN e integrante do Núcleo RMNatal da Rede Observatório das Metrôpoles. E-mail: [willa@ufnet.br](mailto:willa@ufnet.br)

reduções ocorridas na participação dos salários na renda ocorreram nos municípios de Ceará-Mirim e Extremoz.

**Tabela 01: Percentual da renda proveniente de rendimentos do trabalho - RM de Natal, 1991 e 2000**

Nível de Integração	Município	1991	2000
Baixo	Ceará-Mirim	80,32	53,69
Médio	Extremoz	79,82	62,73
Médio	Macaíba	78,98	66,63
Pólo	Natal	80,27	67,29
Baixo	Nísia Floresta	84,08	62,13
Muito Alto	Parnamirim	83,08	73,81
Alto	São Gonçalo do Amarante	82,82	67,06
Baixo	São José de Mipibu	79,11	63,43

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Certamente em decorrência do processo de redução da participação dos salários na formação da renda e do quadro institucional vigente no país, na década de 1990, a participação das transferências governamentais, que oscilaram na composição da renda entre, aproximadamente, 12%, no município de Parnamirim, e 17%, no município de Extremoz, elevou-se em todos os municípios da Região Metropolitana. O município de Parnamirim continuou com a menor participação das transferências na composição da renda, ainda assim, tal participação elevou-se para cerca de 15%. De outra parte, foram os municípios de São José de Mipibu e Macaíba aqueles em que tal participação apresentou-se mais elevada em 2000, sendo de aproximadamente 20%, no primeiro, e 19%, no segundo município. O pólo metropolitano, por sua vez, deve ser destacado como um município que, em ambos os anos, as transferências constituíram parcela expressiva da renda do município comparativamente ao conjunto dos demais municípios da Região Metropolitana de Natal, sendo próximo a 15%, no primeiro, e a 18%, no segundo ano (Tabela 2).

**Tabela 02: Percentual da renda proveniente de transferências governamentais - RM de Natal, 1991 e 2000**

Nível de Integração	Município	1991	2000
Baixo	Ceará-Mirim	14,12	18,57
Médio	Extremoz	17,02	17,47
Médio	Macaíba	15,72	19,01
Pólo	Natal	14,89	17,7
Baixo	Nísia Floresta	13,15	17,26
Muito Alto	Parnamirim	11,96	14,99
Alto	São Gonçalo do Amarante	12,76	15,55
Baixo	São José de Mipibu	16,08	19,9

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Relacionado aos processos de redução da renda do trabalho e da elevação das transferências como proporção da renda nos municípios ocorreu a elevação do percentual de pessoas em que as transferências governamentais representaram mais da metade da renda. Em 1991, foi em São Gonçalo do Amarante, município com alto nível de integração ao pólo, que ocorreu a menor proporção de pessoas cujas rendas provenientes de transferências governamentais representaram mais de 50% da renda total, sendo tal parcela de aproximadamente 9,3%. Entre os municípios em que as participações daquele componente foram as mais elevadas, destacaram-se os municípios de São José de Mipibu (14%), Macaíba (14,1%) e Extremoz (14,6%). De 1991 a 2000, todos os municípios da Região Metropolitana de Natal apresentaram elevação no percentual de pessoas em que as transferências constituíram-se no principal componente da renda. Novamente figuraram os mesmos municípios em que as proporções de famílias foram as menores – Parnamirim e São Gonçalo do Amarante – e as maiores - São José de Mipibu, Macaíba e Extremoz, com Ceará-Mirim agregando-se a este grupo (Tabela 03).

**Tabela 03: Percentual de pessoas com mais de 50% da sua renda proveniente de transferências governamentais - RM de Natal, 1991 e 2000**

Nível de Integração	Município	1991	2000
Baixo	Ceará-Mirim	11,10	16,19
Médio	Extremoz	14,57	16,15
Médio	Macaíba	14,09	16,71
Pólo	Natal	12,37	15,42
Baixo	Nísia Floresta	10,41	15,78
Muito Alto	Parnamirim	10,13	13,00
Alto	São Gonçalo do Amarante	9,33	13,28
Baixo	São José de Mipibu	13,99	18,96

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

### **3.0 A apropriação da renda na Região Metropolitana de Natal**

A todo processo de geração de renda relaciona-se um processo de distribuição ou apropriação da renda social. Este é o processo que se constitui em objeto de análise na seqüência. Adota-se, como ponto de partida, o estudo de um dos indicadores clássicos nos estudos sobre renda: a renda per capita. Este indicador permite uma avaliação bastante razoável sobre o potencial distributivo da renda entre todos os membros da localidade em análise, bem como uma aferição das desigualdades de renda existentes entre diferentes segmentos dessa população.

Os dados da tabela 04 podem ser interpretados como representativos de uma distribuição de tipo-ideal, isto é, aquela que ocorreria na hipótese de uma distribuição igualitária da renda. Ademais, é indicativa da dinâmica da renda tomada globalmente, bem como do potencial de melhoria das condições de vida a partir da variável renda.

No caso específico da RMN, constatou-se grande dispersão dos níveis de renda per capita entre os municípios tanto em 1991 quanto em 2000. Constata-se que, em 1991, os níveis de renda per capita mais próximos ao prevaente em Natal (R\$ 256,35) foram os dos municípios de Parnamirim e de Nísia Floresta, mesmo assim em proporções bastante inferiores, sendo de aproximadamente 58% (R\$ 147,50), no caso do primeiro, e 40% (R\$ 102,69), no caso do segundo município. Os demais municípios apresentaram rendas por pessoa bem inferiores à correspondente ao pólo metropolitano. Os piores resultados foram registrados pelos municípios de Macaíba, correspondente a 32% (R\$ 78,16), e Ceará-Mirim, correspondente a 29% (R\$ 73,22) da renda per capita relativa a Natal.

Do ano de 1991 a 2000, todos os municípios da RMN, indistintamente, experimentaram incrementos na renda per capita. Não obstante tal ocorrência, destaca-se que os menores acréscimos ocorreram nos municípios de São José de Mipibu, 30,6%, e Nísia Floresta, 19,2%. Provavelmente, em decorrência dos baixos incrementos experimentados, estes foram os únicos municípios cujas rendas per capita declinaram como proporção da congênere verificada no pólo metropolitano. É importante destacar que Natal experimentou o sexto incremento dentre os municípios e, ademais, que as melhores performances foram as

ocorridas em Macaíba, 48,1%, Extremoz, 65,4%, e Parnamirim, 78,1%. Ainda assim, em 2000, apenas o último município registrou renda per capita pouco superior a  $\frac{3}{4}$ , enquanto no caso dos demais foi inferior ou igual a  $\frac{2}{5}$  da natalense (R\$ 339,92), embora, conforme já foi destacado, tenha ocorrido, no período, acréscimo na renda per capita em todos os municípios.

**Tabela 04: Renda per capita - RM de Natal, 1991 e 2000**

Nível de Integração	Município	1991	2000
Baixo	Ceará-Mirim	73,22	101,55
Médio	Extremoz	82,51	136,50
Médio	Macaíba	78,16	115,75
Pólo	Natal	256,35	339,92
Baixo	Nísia Floresta	102,69	122,37
Muito Alto	Parnamirim	147,66	263,01
Alto	São Gonçalo do Amarante	85,17	116,40
Baixo	São José de Mipibu	79,97	104,42

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

A análise da renda per capita adquire maior significado ao ser empreendida, não do ponto de vista global, mas segundo diferentes estratos populacionais. Nesse caso, a renda per capita deixa de ser mera indicadora do potencial de melhora ou piora na distribuição para indicadora da distribuição efetivamente ocorrida, o que inclui a possibilidade de combinação de melhora/piora dos níveis de renda recebidos por determinados estratos, associada ao aumento/redução da desigualdade de renda entre os distintos estratos.

**Tabela 05: Renda per Capita - RM de Natal, 1991**

Nível de Integração	Município	Renda per capita média do 1º quinto mais pobre, 1991	Renda per capita média do 2º quinto mais pobre, 1991	Renda per capita média do 3º quinto mais pobre, 1991	Renda per capita média do 4º quinto mais pobre, 1991	Renda per capita média do quinto mais rico, 1991	Renda per capita média do décimo mais rico, 1991
Baixo	Ceará-Mirim	15,54	30,97	48,57	73,72	197,32	282,95
Médio	Extremoz	20,01	36,32	54,57	87,03	214,64	298,91
Médio	Macaíba	14,32	30,75	50,66	82,57	212,5	294,96
Pólo	Natal	33,09	70,45	119,11	225,66	833,43	1223,52
Baixo	Nísia Floresta	16,72	29,53	45,64	71,81	349,77	584,81
Muito Alto	Parnamirim	23,54	55,59	88,31	147,53	423,35	594,82
Alto	São G. do Amarante	19,73	40,44	62,09	94,21	209,36	278,22
Baixo	São José de Mipibu	15,45	33,18	50,53	78,46	222,23	321,03

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

O cruzamento das informações constantes das tabelas 05 e 06 permite constatar que apenas no estrato do 1º quinto mais pobre da distribuição ocorreu declínio na renda per capita de 1991 a 2000. Esta ocorrência verificou-se em seis dos oito municípios da RMN, dentre os quais podem ser destacados Natal com o menor decréscimo, 0,7%, e Ceará-Mirim, com o maior declínio, 49,4%. Nesse estrato, os únicos acréscimos de renda ocorreram em Macaíba, que registrou aumento de 2%, e Parnamirim, com uma elevação da renda per capita da ordem de 30%. Nos demais estratos - segundo, terceiro e quarto quintos mais pobres e quinto quinto e décimo mais ricos – ocorreram incrementos nos níveis de renda per capita.

Constata-se que em todos os estratos foi no município de Parnamirim onde ocorreram os mais elevados acréscimos na renda per capita e, ademais, que os piores resultados foram registrados em Ceará-Mirim, no primeiro, segundo e terceiro quintos mais pobres, Natal, no quarto quinto mais pobre, e Nísia Floresta, no quinto quinto e no décimo mais rico. Outra informação que deve ser destacada é que, em todos os municípios, sem exceção, foi nos estratos mais ricos onde ocorreram as maiores elevações na renda per capita. Assim, cabe destacar que o município que apresentou o maior acréscimo de renda per capita – Parnamirim - foi também aquele em que o estrato mais rico da população conseguiu, em uma década, mais que dobrar a sua renda média.

**Tabela 06: Renda per Capita - RM de Natal, 2000**

Nível de Integração	Município	Renda per capita média do 1º quinto mais pobre, 2000	Renda per capita média do 2º quinto mais pobre, 2000	Renda per capita média do 3º quinto mais pobre, 2000	Renda per capita média do 4º quinto mais pobre, 2000	Renda per capita média do quinto mais rico, 2000	Renda per capita média do décimo mais rico, 2000
Baixo	Ceará-Mirim	7,86	33,29	57,81	99,28	309,52	448,34
Médio	Extremoz	16,68	47,7	79,2	136,53	402,37	569,65
Médio	Macaíba	14,59	40,71	65,81	109,09	348,53	530,86
Pólo	Natal	32,87	82,07	143,04	276,2	1165,44	1753,52
Baixo	Nísia Floresta	14,28	39,68	65,99	104,33	387,54	598,85
Muito Alto	Parnamirim	30,67	74,78	128,16	249,96	831,48	1204,47
Alto	São G. do Amarante	16,38	48,39	79,59	120,86	316,8	451,37
Baixo	São José de Mipibu	13,65	38,94	60,49	102,08	306,92	439,07

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Uma outra informação que pode ser derivada das tabelas 05 e 06 refere-se às desigualdades de renda entre os diferentes estratos populacionais. Aqui, serão realizadas comparações apenas entre o quinto mais pobre e o décimo mais rico da população, com vistas a facilitar a visualização do processo.

No ano de 1991, foram os municípios de Extremoz e São Gonçalo do Amarante os que registraram as menores distâncias entre as rendas per capita nos supracitados estratos populacionais. Ainda assim, deve-se pôr em relevo que o estrato mais elevado foi superior 15 e 14 vezes superior ao mais baixo, respectivamente, nos aludidos municípios. Deve-se, também, destacar que foi no pólo metropolitano onde se verificou a maior desigualdade – da ordem de 37 vezes. Já no ano de 2000, sem exceção, ocorrem aumentos nas distâncias entre as rendas dos citados estratos, sendo que as menores diferenças ocorreram em São José de Mipibu (32 vezes) e São Gonçalo do Amarante (27 vezes) e as maiores em Natal (53 vezes) e Ceará-Mirim (57 vezes).

Por fim, destaca-se que, quando se considera o período 1991/2000, as menores dinâmicas entre os mencionados estratos, ou seja, a variação da relação entre o último e o primeiro anos, ocorreram em Nísia Floresta e Natal e as maiores em Ceará-Mirim e Extremoz. Portanto, conclui-se que a situação prevalente na Região Metropolitana de Natal, tomada globalmente, e nos seus municípios constituintes, considerados isoladamente, foi de ampliação das diferenças de renda entre “os mais de baixo” e “os de cima”, conformando uma estrutura distributiva extremamente concentrada.

**Tabela 07: Percentual de renda apropriada pelos 10% e 20% mais ricos e pelos 40%,60% e 80% mais pobres - RM de Natal, 1991**

Nível de Integração	Município	% da renda apropriada pelos 10% mais ricos, 1991	% da renda apropriada pelos 20% mais ricos, 1991	% da renda apropriada pelos 40% mais pobres, 1991	% da renda apropriada pelos 60% mais pobres, 1991	% da renda apropriada pelos 80% mais pobres, 1991
Baixo	Ceará-Mirim	38,64	53,90	12,70	25,97	46,11
Médio	Extremoz	36,23	52,03	13,65	26,88	47,97
Médio	Macaíba	37,74	54,38	11,53	24,5	45,62
Pólo	Natal	47,73	65,02	8,08	17,37	34,98
Baixo	Nísia Floresta	56,95	68,12	9,01	17,90	31,88
Muito Alto	Parnamirim	40,28	57,34	10,72	22,68	42,66
Alto	São G. do Amarante	32,67	49,16	14,13	28,71	50,84
Baixo	São José de Mipibu	40,14	55,58	12,16	24,80	44,42

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Aprofundando a análise em curso, procede-se, a seguir, com base nas tabelas 07 e 08, a uma análise sobre a distribuição pessoal da renda nos municípios constituintes da Região Metropolitana de Natal nos anos de 1991 e 2000. É necessário esclarecer que a abordagem destacará, em princípio, os 80% (4/5) mais pobres e os 20% (1/5) mais ricos e, em seguida, os 10% (1/10) mais ricos e os 90% (9/10) mais pobres.

Uma primeira observação a ser feita, com base em tais dados, é que, tanto em 1991 quanto em 2000, a renda mostrou-se fortemente concentrada em todos os municípios da Região Metropolitana de Natal. Entretanto, merece ser destacado que, no primeiro ano, apenas no município de Ceará-Mirim os 80% apropriaram-se de pouco mais da metade da renda municipal e que, nos demais municípios, a regra foi aquele contingente populacional, ou seja 4/5 da população, apropriar-se de menos da metade da renda municipal.

Na verdade, pode-se mudar o foco do estrato mais pobre para o mais rico e os dados revelam-se tão ou mais eloqüentes sobre a concentração da renda. Portanto, ao se focar o segmento dos 20% mais ricos nos citados municípios percebe-se, em 1991, que, se a tônica da distribuição da renda foi uma profunda concentração, esta apresentou-se muito mais acentuada nos municípios de Natal, onde houve uma apropriação de 65% da renda, e Nísia Floresta, onde aquele estrato da população apropriou-se de mais de 68% da renda municipal. Ao se colocar em relevo os 10% mais ricos, o que permite deduzir o que ocorreu com os 90% mais pobres, têm-se maiores evidências sobre a magnitude da concentração de renda municipal.

**Tabela 08: Percentual de renda apropriada pelos 10% e 20% mais ricos e pelos 40%,60% e 80% mais pobres - RM de Natal, 2000**

Nível de Integração	Município	% da renda apropriada pelos 10% mais ricos, 2000	% da renda apropriada pelos 20% mais ricos, 2000	% da renda apropriada pelos 40% mais pobres, 2000	% da renda apropriada pelos 60% mais pobres, 2000	% da renda apropriada pelos 80% mais pobres, 2000
Baixo	Ceará-Mirim	44,15	60,96	8,10	19,49	39,04
Médio	Extremoz	41,73	58,96	9,43	21,04	41,04
Médio	Macaíba	45,86	60,22	9,56	20,93	39,78
Pólo	Natal	51,59	68,57	6,76	15,18	31,43
Baixo	Nísia Floresta	48,94	63,34	8,82	19,61	36,66
Muito Alto	Parnamirim	45,8	63,23	8,02	17,76	36,77
Alto	São G. do Amarante	38,78	54,43	11,13	24,80	45,57
Baixo	São José de Mipibu	42,05	58,79	10,07	21,66	41,21

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Destacando-se ainda o ano de 1991, tem-se um reforço da evidência da concentração no processo de apropriação de renda municipal nos municípios da Região Metropolitana de Natal. A princípio, é importante nominar os municípios nos quais houve uma apropriação menos intensa por parte dos 10% mais ricos da população. Em ordem decrescente, foram os municípios de Ceará-Mirim (39%), Macaíba (38%), Extremoz (36%) e São Gonçalo do Amarante (33%) aqueles em que o décimo mais rico da população apropriou-se das parcelas mais baixas da renda no município, embora a afirmação tenha um caráter eufemístico. É importante ressaltar que foi nos municípios de Natal e Nísia Floresta onde ocorreram as maiores apropriações de renda pelo estrato da população em destaque, sendo de aproximadamente 48%, no primeiro, e de 57%, no segundo município. Um outro aspecto a ser ressaltado é que não parece existir relação, ao menos aparente, entre apropriação da renda entre os distintos estratos da população e os níveis de integração dos municípios ao pólo metropolitano.

A tabela 08 permite constatar que, ao longo da década de noventa, de um modo geral, ocorreu uma acentuação da concentração de renda nos municípios que constituem a Região Metropolitana de Natal. Constata-se que apenas no município de Nísia Floresta ocorreu decréscimo na parcela da renda apropriada pelos 20% mais ricos e, portanto, acréscimo na renda apropriada pelos 80% mais pobres. É importante ressaltar que, não obstante tal redução ao longo da década, em 2000, foi no município em destaque em que ocorreu a segunda maior apropriação de renda pelo quinto mais rico da população: aproximadamente 63% da renda municipal, situação semelhante a do município de Parnamirim, atrás

apenas do município pólo, onde o mesmo estrato da população apropriou-se de quase 69% da renda municipal.

Processo semelhante ao acima descrito ocorre ao se focar o estrato dos 10% mais ricos da população. Novamente, foi no município de Nísia Floresta em que ocorreu redução da parcela da renda apropriada pelo estrato populacional em pauta. A ressalva anterior mais uma vez precisa ser feita: foi nesse município em que o décimo mais rico apropriou-se da segunda mais elevada parcela da renda dentre os municípios da Região Metropolitana. A parcela apropriada foi de aproximadamente 49%, ou seja, a parcela somente foi inferior à ocorrida em Natal, onde a parcela apropriada pelos 10% mais ricos foi de aproximadamente 52% da renda municipal. Assim, constata-se que a renda foi apropriada de forma bastante desigual, mas que houve acentuação das desigualdades de renda entre os segmentos mais ricos e os mais pobres nos municípios integrantes da Região Metropolitana de Natal ao longo da década de 1990.

A análise pode ainda ser aprofundada com base nas tabelas 09 e 10, que estão organizadas com dados que mostram a distribuição da renda entre os distintos estratos populacionais nos municípios da Região Metropolitana de Natal. O foco das referidas tabelas é a razão entre os estratos mais ricos e os mais pobres da população, sendo que, na tabela 09, são focados os 10% mais ricos e os 40% mais pobres e, na tabela 10, os 20% mais ricos e os 40% mais pobres. A citada razão constitui-se num importante indicador da distância entre o “integrante médio” de cada um dos estratos.

Observando a tabela 09, percebe-se que, em 1991, foi no município de São Gonçalo do Amarante em que ocorreu a menor distância entre a renda média dos integrantes do estrato mais rico e o mais pobre. Esta razão foi de 9,25 vezes, o que significa que a renda média do estrato mais rico foi 825% superior a do estrato mais pobre. O município com a segunda razão na escala ascendente foi Extremoz, 10,61 vezes, significando uma renda média superior a 960% do estrato mais rico (10%) relativamente ao mais pobre (40%). Adotando igual procedimento, destaca-se, também, os dois municípios nos quais ocorreram as maiores distâncias entre as rendas médias dos dois estratos populacionais em destaque. O município de Natal (pólo) apresentou a segunda maior razão, 23,63, enquanto Nísia Floresta (baixa integração) apresentou a mais elevada razão,

25,29, significando que estes foram os municípios em que as diferenças de renda apresentaram-se mais intensas entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população.

**Tabela 09: Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres, RM de Natal - 1991 e 2000**

Nível de Integração	Município	1991	2000
Baixo	Ceará-Mirim	12,17	21,79
Médio	Extremoz	10,61	17,70
Médio	Macaíba	13,09	19,20
Pólo	Natal	23,63	30,51
Baixo	Nísia Floresta	25,29	22,20
Muito Alto	Parnamirim	15,03	22,85
Alto	São Gonçalo do Amarante	9,25	13,94
Baixo	São José de Mipibu	13,20	16,70

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

No ano de 2000, à exceção do município de Nísia Floresta, todos os municípios apresentaram aumento da razão entre as rendas médias dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres das suas respectivas populações. Destaca-se, entretanto, que, neste município, foi registrada a terceira maior distância entre as rendas médias dos referidos estratos populacionais, 22,20, enquanto que, em Parnamirim, a citada razão foi 22,58 e, em Natal, 30,51. Destaca-se, novamente, que as razões entre as rendas médias dos estratos mais ricos e dos mais pobres da população não parecem guardar nenhuma relação aparente com os níveis de integração dos municípios ao pólo da metrópole, pois observa-se que as relações mais elevadas ocorreram, respectivamente, no pólo e no município com nível de integração muito alto e, em seguida, em municípios com baixos níveis de integração como foram os casos de Nísia Floresta e Ceará-Mirim. A respeito da tabela 10 deve salientado que difere da anterior apenas por apresentar resultados mais baixos no que diz respeito à distância entre os rendimentos dos estratos mais ricos e os mais pobres, pois o estrato mais elevado, entre os analisados nesta tabela, leva em consideração o rendimento médio dos 20% mais ricos comparativamente aos 40% mais pobres. No que concerne à essência da análise, continua válido, rigorosamente, tudo o que foi dito com base na tabela 09.

**Tabela 10: Razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a dos 40% mais pobres, RM de Natal - 1991 e 2000**

Nível de Integração	Município	1991	2000
Baixo	Ceará-Mirim	8,49	15,04
Médio	Extremoz	7,62	12,5
Médio	Macaíba	9,43	12,61
Pólo	Natal	16,1	20,28
Baixo	Nísia Floresta	15,12	14,36
Muito Alto	Parnamirim	10,7	15,77
Alto	São Gonçalo do Amarante	6,96	9,78
Baixo	São José de Mipibu	9,14	11,67

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

A tabela 11 apresenta um indicador de síntese do processo de apropriação da renda: o índice de Gini. Este índice é revelador do grau de desigualdade existente numa dada distribuição e, no caso específico, da distribuição de renda nos municípios que formam a Região Metropolitana de Natal. Verifica-se que os dados ratificam as afirmações precedentes sobre a apropriação da renda nos municípios analisados. Assim, constata-se que, em 1991, foram os municípios de Nísia Floresta e de Natal que apresentaram os mais elevados índices de concentração da renda, sendo 0,62, no primeiro, e 0,60, no segundo município. De outra parte, destaca-se que foram os municípios de Extremoz e São Gonçalo do Amarante os que apresentaram os menores índices de desigualdade da renda, sendo de 0,46, naquele e 0,44, neste.

**Tabela 11: Índice de Gini para renda - RM de Natal, 1991 e 2000**

Nível de Integração	Município	1991	2000
Baixo	Ceará-Mirim	0,49	0,58
Médio	Extremoz	0,46	0,55
Médio	Macaíba	0,50	0,57
Pólo	Natal	0,60	0,64
Baixo	Nísia Floresta	0,62	0,59
Muito Alto	Parnamirim	0,53	0,60
Alto	São Gonçalo do Amarante	0,44	0,51
Baixo	São José de Mipibu	0,51	0,55

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Quando se coloca sob foco o ano de 2000 percebe-se uma mudança na hierarquização entre os municípios com os mais elevados índices de desigualdade. Natal continuou na condição de município com o maior índice de desigualdade da renda, sendo seguido pelo município de Parnamirim, que, por sua vez, foi seguido pelo município de Nísia Floresta. Vale ressaltar que, apesar de apresentar a terceira distribuição mais desigual, foi este o único município em que o índice de desigualdade apresentou diminuição.

Na situação de município com o menor índice de desigualdade de renda permaneceu o município de São Gonçalo do Amarante, seguido dos municípios de São José de Mipibu e Extremoz. Entretanto, é necessário fazer o registro de que, ao longo da década de noventa, com exceção de Nísia Floresta, todos os municípios da Região Metropolitana de Natal apresentaram incremento no índice que sintetiza a concentração de renda. Ademais, destaca-se, ainda, que embora não se encontrem entre os municípios com maior desigualdade no ano de 2000, ao se considerar o movimento ao longo da década, constata-se que em Extremoz e Ceará-Mirim verificaram-se os maiores incrementos nos índices de concentração da renda. Natal, no entanto, mesmo sendo município com o mais elevado índice de concentração, foi aquele em que o aludido índice apresentou a menor variação ao longo a década.

#### 4.0 Rendimentos do Trabalho na Região Metropolitana de Natal em 2000.

Nos pontos a seguir, são destacados os *rendimentos do trabalho* por tipos sócio-espaciais segundo diferentes atributos – faixa etária, sexo, cor/raça e escolaridade. O indicador selecionado foi o salário médio proveniente de todos os trabalhos.

**Tabela 12: Região Metropolitana de Natal - Rendimento Médio da população Ocupada por grupos de idade- 2000**

Tipologia Sócio-Espacial	Rendimento médio (salários mínimos)			
	Total	14 a 24 anos	25 a 45 anos	46 a 65 anos
Superior	11,2	3,1	11,7	16,1
Médio Superior	7,8	2,4	7,9	12,3
Médio	5,3	2	5,9	6,6
Médio Inferior	2,9	1,6	2,9	4,1
Popular Operário	3,3	1,4	3,4	5,5
Popular	2,3	1,4	2,6	2,5
Popular Agrícola	1,7	1,1	1,9	1,9
Agrícola	1,1	0,9	1,2	1,1
Total	3,8	1,6	1,4	5,7
<b>População Ocupada</b>	<b>381.157</b>	<b>87.898</b>	<b>224.175</b>	<b>69.084</b>

Fonte: IBGE, Censo demográfico, 2000 (Metrodata).

As 381 mil pessoas ocupadas encontraram-se distribuídas por faixa etária do modo a seguir: na faixa de 14 a 24 anos, 23%, de 25 a 45 anos, 59%, e de 46 a 65 anos, 18%. O rendimento médio do trabalho foi de 3,8 salários mínimos mensais. O rendimento médio das pessoas ocupadas apresentou-se positivamente relacionado com os tipos sócio-espaciais. Os dois tipos que assumem posição intermediária na estrutura de status, *médio inferior* e *popular*, apresentaram rendimentos médios de 2,9 e 3,3 salários mínimos. Os níveis mais baixos da estrutura, *popular agrícola* e *agrícola*, obtiveram rendimentos médios de 1,7 e 1,1 salários mínimos, enquanto os níveis mais elevados, *médio superior* e *superior*, ostentaram os mais elevados níveis de rendimentos médios: 7,8, no primeiro caso, e 11,2 salários mínimos, no segundo caso. Portanto, pode-se depreender que os tipos sócio-espaciais, no que concerne aos níveis de rendimentos apropriados, encontram-se fortemente marcados pelo distanciamento. Constata-se, por exemplo, que os estratos *médio superior* e

superior apropriaram-se de rendimento médios comparativamente aos estratos agrícola e popular agrícola à razão de aproximadamente 10:1.

O perfil dos rendimentos médios segundo as faixas etárias por tipos sócio-espaciais foi semelhante ao verificado no caso do total de pessoas. Entretanto, é necessário destacar que, quando se compara os rendimentos médios de cada faixa etária, o comportamento geral foi marcado pela presença de rendimentos médios mais elevados na faixa dos 46 aos 65 anos, sendo a média do estrato de 5,7 salários mínimos, de rendimentos intermediários na faixa de 25 a 45 anos, com média de 4,1 salários mínimos, e os rendimentos mais baixos na faixa dos 14 aos 24 anos, com média de 1,6 salários mínimos. Pode-se, ainda, ressaltar que, nas três faixas etárias, os rendimentos médios mais elevados foram os referentes ao tipo *superior* e os mais baixos ao tipo *agrícola*. Os rendimentos médios relativos ao tipo *superior* e *agrícola* foram de 0,9 e 3,1 salários mínimos na faixa dos 14 aos 24 anos, de 1,2 e 11,7, na faixa dos 25 aos 45 anos, e de 1,1 e 16,1 salários mínimos, na faixa dos 46 aos 65 anos. Então, observa-se que apenas na primeira faixa etária, a dos jovens, não houve distância muito acentuada entre os rendimentos médios dos tipos superior e agrícola. O rendimento médio no primeiro tipo foi de 3,4 vezes o do segundo. Porém, nas outras duas faixas etárias as distâncias foram muito grandes. Na faixa dos 25 aos 45 anos, o rendimento médio do tipo superior foi aproximadamente 10 vezes o rendimento do tipo agrícola, enquanto na faixa dos 46 aos 65 anos o rendimento do estrato mais elevado foi 14,4 vezes o rendimento do estrato mais baixo. Então, um dos aspectos de diferenciação dos “de cima” em relação aos “de baixo” é o quanto ganham os participantes do distintos estratos sociais.

Coloca-se, a seguir, em destaque os rendimentos médios segundo o sexo por tipo sócio-espacial. Nesse caso, o quantitativo de pessoas é o conjunto dos ocupados, ou seja, 388, 6 mil pessoas das quais, aproximadamente, 60%, são do sexo masculino e 40% do sexo feminino.

Quando se evidencia os rendimentos segundo o sexo, o primeiro aspecto que sobressai é o fato de que o rendimento médio dos homens foi superior ao das mulheres. O rendimento médio do conjunto dos homens foi 50% superior ao rendimento médio do total das mulheres. Na verdade, diferenças de rendimentos entre homens e mulheres ocorreram em todos os tipos sócio-espaciais, sendo

que a menor diferença ocorreu no tipo agrícola, onde o salário médio feminino foi de 1,0 salário mínimo e o masculino de 1,10 salário mínimo, portanto, apenas 10% superior. No estrato popular agrícola, o diferencial foi de 30%, no popular, 60%, e, no popular operário e médio inferior, 50%. Os maiores diferenciais ocorreram exatamente nos tipos superiores: em cada um deles a diferença foi de 90%. Um outro aspecto que deve também ser ressaltado é o fato de que a diferença salarial entre os homens entre o tipo superior e o que se encontra na base da hierarquia, o agrícola, foi muito superior em relação às mulheres. No caso dos homens, o salário médio do tipo superior foi 13,4 o salário médio do tipo inferior (agrícola), enquanto no caso das mulheres foi 8,2 vezes. Então, se comparativamente às mulheres, os homens constituem um grupo seletivo no que concerne aos ganhos, entre eles alguns participam de grupos mais seletivos ainda, de modo que os diferenciais os tornam muito mais distantes do que as mulheres entre si. Certamente, essas diferenças de rendimentos são explicadas por fatores que transcendem em muito a lógica puramente econômica, de competência ou de qualificação para o exercício das respectivas atividades.

**Tabela 13: Região Metropolitana de Natal - Rendimento Médio da População Ocupada por Sexo - 2000**

Tipologia Sócio-Espacial	Rendimento médio (salários mínimos)		
	Total	Masculino	Feminino
Superior	11,2	14,7	7,9
Médio Superior	7,8	10,1	5,3
Médio	5,3	6,8	3,7
Médio Inferior	2,9	3,4	2,2
Popular Operário	3,3	3,8	2,5
Popular	2,3	2,6	1,6
Popular Agrícola	1,6	1,8	1,4
Agrícola	1,1	1,1	1,0
Total	3,8	4,3	2,9
<b>População Ocupada</b>	<b>388.553</b>	<b>231.295</b>	<b>157.258</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 (Metrodata).

O destaque, a seguir, é dado para o rendimento médio segundo a cor/raça declarada pelos integrantes da população ocupada por tipos sócio-espaciais.

Neste caso, também, o total é de aproximadamente 388,6 mil pessoas, sendo que os que se declararam pardos corresponderam a 50,3%, os brancos a 44,1% e os pretos a 4,7% do total de pessoas. Então, os demais - amarelos, indígenas e os de cor ignorada - corresponderam a apenas 0,9%, porém constituíram um número absoluto distante de ser insignificante: 3.684 pessoas.

Nesse caso, serão destacados apenas dois aspectos. O primeiro será a comparação entre o tipo com o maior salário médio e aquele em que o salário médio foi o mais baixo. Em seguida, serão comparados, para cada tipo, os diferenciais de salários das pessoas que se declararam brancas e as que se declararam pardas, por representarem os segmentos com maior expressão numérica (os dois representaram 94,4% do total de pessoas).

**Tabela 14: Região Metropolitana de Natal - Rendimento Médio da População Ocupada por Cor- 2000**

Tipologia Sócio-Espacial	Rendimento Médio (salários mínimos)						
	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Ignorado
Superior	11,2	12,6	5,7	14,1	8,6	5,3	7,5
Médio Superior	7,8	9,7	4,4	27,2	5,0	1,8	15,2
Médio	5,3	6,1	4,1	16,6	4,3	2,0	3,5
Médio Inferior	2,9	3,2	2,2	4,5	2,6	1,9	4,3
Popular Operário	3,3	4,4	2,4		2,5	1,8	5,9
Popular	2,3	2,7	2,0	1,4	2,0	2,8	2,1
Popular Agrícola	1,6	2,1	1,3	1,2	1,5	1,2	1,2
Agrícola	1,1	1,1	0,8	1,1	1,1	1,0	1,3
Total	3,8	5,1	2,3	7,7	2,7	2,2	3,4
<b>População Ocupada</b>	<b>388.552</b>	<b>171.224</b>	<b>18.380</b>	<b>527</b>	<b>195.264</b>	<b>923</b>	<b>2.234</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 (Metrodata).

Nos casos das pessoas brancas, pretas, pardas e indígenas, os maiores salários médios ocorreram no tipo *superior* e os menores no tipo *agrícola*. O número de vezes que o salário do tipo superior representou do inferior (agrícola) foi 11,2 no caso da cor branca, 6,8 da preta, 8,1 no da parda e 5,3 no da ignorada. Nos casos das cores amarela e ignorada, o rendimento médio mais elevado aconteceu no tipo *médio superior* e o mais baixo continuou no *agrícola*. Foi também nesses casos em que aconteceram as maiores diferenças entre o mais elevado e o mais baixo dos salários médios. No caso da cor amarela, o

salário do tipo médio superior foi de aproximadamente 27 vezes o do agrícola, enquanto no caso das pessoas que ignoraram a cor, o salário médio foi cerca de 12 vezes.

‘Quando se destaca o salário médio das pessoas brancas comparativamente ao das pessoas pardas em um mesmo tipo, percebe-se que: a maior diferença aconteceu no tipo médio superior (92%); a segunda maior, no tipo popular operário (75%); a terceira maior, no tipo superior (46%); na primeira quarta maior, apareceram três tipos - médio, popular e popular agrícola – com diferença de aproximadamente 40%; na quinta, o médio inferior (22%), e, por último, o tipo agrícola (5%).

**Tabela 15: Região Metropolitana de Natal- Rendimento Médio da População Ocupada por Escolaridade - 2000**

Tipologia Sócio-Espacial	Rendimento Médio (salários mínimos)									
	Total	Alfabet de Adultos	Antigo primário	Antigo ginásio	Científico etc	Ensino Fundamental	Ensi no Médio	Graduação	Mestrado e Doutorado	Nenh um
Superior	12,6		4,9	9,0	9,2	2,9	6,8	17,6	24,1	1,5
Médio Superior	8,6	2,5	2,6	4,8	7,3	3,7	6,6	14,3	22,6	2,7
Médio	5,7	1,9	3,4	4,2	6,1	2,3	4,8	10,4	16,0	2,0
Médio Inferior	3,0	3,0	2,5	2,7	5,8	2,2	3,1	7,8	7,2	1,6
Popular Operário	3,6	1,4	2,0	2,2	8,1	1,7	3,5	11,5	33,4	1,4
Popular	2,4	1,8	2,0	2,7	4,0	2,1	2,7	6,8	8,8	1,3
Popular Agrícola	1,8	1,5	1,4	2,7	4,9	1,4	2,4	7,0	5,1	1,0
Agrícola	1,2	1,5	1,1	1,2	2,7	1,1	1,6	3,8		1,0
Total	4,1	1,8	2,1	3,3	6,2	2,0	3,7	12,8	21,7	1,3
Pop. Ocupada	311.582	382	39.569	8.624	4714	112093	101379	37654	2214	4953

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 (Metrodata).

Por fim, destaca-se o salário médio segundo os níveis de escolaridade. À princípio, deve ser esclarecido que o total é de apenas 311,6 mil pessoas porque estão consideradas apenas as pessoas que concluíram as etapas dos estudos

especificadas. Então, é importante esclarecer que as quase 77 mil pessoas restantes da população ocupada são aquelas que ou não freqüentaram a escola ou que ainda estavam freqüentando. O quantitativo de pessoas que haviam concluído fases específicas dos estudos encontrou-se distribuído do modo a seguir: ensino fundamental (36%), ensino médio (32,5%), antigo primário (12,7%), graduação (12,1%), antigo ginásio (2,8%), científico (1,5%), mestrado ou doutorado (0,7%), alfabetização de adultos (0,1%) e nenhum dos anteriores (1,6%).

De um modo geral, os dados indicam a existência de relação direta entre nível de escolaridade e de rendimento médio, ou seja, que os, detentores dos maiores níveis de escolaridade são os que recebem os maiores níveis médios de rendimentos. Além disso, indicam, também, que os que recebem os maiores salários, quando se considera o conjunto dos portadores de cada curso específico, são residentes em áreas associadas aos tipos sócio-espaciais com status mais elevados. Na verdade, trata-se de um movimento de caráter muito geral e, portanto, significa que aspectos pontuais podem escapar ao movimento com caráter geral e dominante.

Os 2.214 portadores de cursos de mestrado ou doutorado, que representaram 0,7% das pessoas com cursos concluídos na Região Metropolitana, foram os que receberam o maior salário médio: aproximadamente 22 salários mínimos. Com relação a esse nível de escolaridade, vale destacar: 1) o tipo agrícola não registrou a presença de sequer uma pessoa; 2) o tipo popular operário foi aquele em que ocorreu o maior salário médio (aproximadamente 33 salários mínimos); 3) os tipos superior e médio superior apresentaram, também, elevados níveis de salário médio, sendo de aproximadamente 24 e 23 salários, respectivamente. Os detentores de cursos de graduação constituíram o segmento com o segundo maior salário médio – aproximadamente 13 salários mínimos no total. Os portadores de cursos de graduação estiveram presentes nas áreas correspondentes a todos os tipos sócio-espaciais. O menor salário médio foi de 3,8 salários mínimos e correspondeu ao tipo agrícola, o mais elevado foi de 17,6 salários mínimos e ocorreu no tipo superior. Porém, o tipo popular operário apresentou o terceiro maior salário: 11,5 mínimos.

Os 382 detentores de cursos de alfabetização de adultos compreenderam o segmento com os mais baixos rendimentos. Sobre este segmento, destaca-se: 1) o rendimento médio foi de cerca de 1,8 salário mínimo; 2) o rendimento médio teve o seguinte espectro de variação: 1,4 salário mínimo, no tipo popular operário, a 3,0 salários mínimos, no tipo médio inferior; 3) não houve presença de portadores do curso de alfabetização no tipo superior.

Os possuidores do antigo curso primário representaram 12,7% do total de pessoas que concluíram os já referidos cursos. O salário médio total foi de 2,1 salários mínimos e somente foi superior ao dos que cursaram a alfabetização de adultos. O nível médio de salário por tipo ocorreu no tipo agrícola, 1,1 salários mínimos, e o mais elevado no tipo superior, 4,9 salários mínimos. Os detentores do antigo ginásio auferiram rendimento médio de 3,3 salários mínimos e os possuidores de curso científico ou afim, de 6,2 salários mínimos. Em cada um dos casos, o salário médio mais baixo ocorreu no tipo agrícola e o mais elevado no tipo superior.

Por fim, destacam-se os concluintes do ensino fundamental e os do ensino médio que, conjuntamente, representaram 68,5% do quantitativo de pessoas. Em primeiro lugar, tem-se uma clara indicação do baixo nível de escolaridade da força de trabalho da Região Metropolitana de Natal, embora a escolaridade não esteja necessariamente associada à qualificação para o exercício de uma dada função. Os dados apontam também a evidência de que os contingentes mais expressivos em termos de escolaridade na Região Metropolitana receberam salários muito baixos e, portanto, indicam uma concentração desfavorável ao contingente detentor dos níveis de escolaridade em foco.

Com relação aos concluintes do ensino fundamental, destaca-se: 1) o salário médio total foi de 2,0 salários mínimos; 2) o salário médio mais elevado foi 3,4 vezes o mais baixo; 3) o salário médio mais elevado ocorreu no tipo médio superior, 3,7 salários mínimos, e o mais baixo no tipo agrícola, 1,1 salário mínimo. Com relação aos concluintes do ensino médio, destaca-se: 1) o salário médio total foi de 3,7 salários mínimos; 2) o salário médio mais elevado foi 4,2 vezes o mais baixo; 3) o salário médio mais elevado ocorreu no tipo superior, 6,8 salários mínimos, e o mais baixo no tipo agrícola, 1,6 salários mínimos. Quando são comparados os salários médios dos concluintes do curso médio com os salários

médios dos que cursaram o ensino fundamental segundo os tipos, contata-se a seguinte situação de superioridade do primeiro em relação ao segundo: 1) o salário médio do total de concluintes do ensino médio foi 80% superior ao dos que cursaram o ensino médio; 2) diferenças de 30 a 60% ocorreram nos três tipos sócio-espaciais que participam das posições hierárquicas mais baixas, bem como no tipo médio inferior; 3) no tipo médio superior a diferença foi de 80%, nos tipos popular operário e médio de 110% e, finalmente, no tipo superior, a diferença foi de 130%.

## 5.0 À Guisa de Conclusão

Algumas breves considerações podem se realizadas a partir das constatações apresentadas nos itens anteriores. À princípio, deve-se ressaltar que o município de Parnamirim apresentou significativos acréscimos na renda per capita, bem superiores aos demais municípios, refletindo a expansão urbana que o mesmo apresentou nos últimos anos. Os piores resultados foram registrados em Ceará-Mirim, demonstrando que a expansão das atividades econômicas, em especial, as de geração de maior poder aquisitivo ainda não ocorreu por todo o espaço da RMNatal.

Outra informação que deve ser destacada é que em todos os municípios, sem exceção, foi nos estratos mais ricos onde ocorreram as maiores elevações na renda per capita. Assim, cabe destacar que o município que apresentou o maior acréscimo de renda per capita – Parnamirim - foi também aquele em que o estrato mais rico da população conseguiu, em uma década, mais que dobrar a sua renda média.

Constata-se, por exemplo, que o segmento de maior rendimento apropriou-se de rendimentos médios comparativamente ao de mais baixo poder aquisitivo à razão de aproximadamente 10:1.

Quanto às evidências sobre os rendimentos segundo o sexo, sobressai o fato de que o rendimento médio dos homens foi superior ao das mulheres. O rendimento médio do conjunto dos homens foi 50% superior ao rendimento médio do total das mulheres. Essa evidência não é nova e se constitui como permanência da discriminação entre os gêneros.

Quando se observou os rendimentos a partir da declaração de cor/etnia da população, percebeu-se que os casos das pessoas brancas, pretas, pardas e indígenas com maiores salários médios ocorreram no tipo *superior* e os menores no tipo *agrícola*. O número de vezes que o salário do tipo superior representou do inferior (*agrícola*) foi 11,2 no caso da cor branca, 6,8 da preta, 8,1 no da parda e 5,3 no da ignorada. Nos casos das cores amarela e ignorada, o rendimento médio mais elevado aconteceu no tipo *médio superior* e o mais baixo continuou no *agrícola*. Foi também nesses casos em que aconteceram as maiores diferenças entre o mais elevado e o mais baixo dos salários médios. No caso da cor amarela, o salário do tipo médio superior foi de aproximadamente 27 vezes o do agrícola,

enquanto no caso das pessoas que ignoraram a cor, o salário médio foi cerca de 12 vezes.

Quando se destaca o salário médio das pessoas brancas comparativamente ao das pessoas pardas em um mesmo tipo, percebe-se que: a maior diferença aconteceu no tipo médio superior (92%); a segunda, no tipo popular operário (75%); a terceira, no tipo superior (46%); em quarto, apareceram três tipos - médio, popular e popular agrícola – com diferença de aproximadamente 40%; em quinto, o médio inferior (22%) e, por último, o tipo agrícola (5%).

## **6.0 Referências Bibliográficas**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. 2000 (Metrodata).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA)/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. IPEA, FJP, 2002.

## 4. TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA ECONOMIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

**Maria do Livramento Miranda Clementino<sup>13</sup>**  
**Marconi Gomes da Silva<sup>14</sup>**  
**William Eufrásio Nunes Pereira<sup>15</sup>**

### 1.0 Introdução

A Região Metropolitana de Natal tem pouco mais de um milhão de habitantes e 2,5 mil Km<sup>2</sup>. Foi criada, formalmente, em 1997, e é formada por nove municípios: Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Extremoz, Ceará Mirim, Nísia Floresta, São José do Mipibu e o mais novo integrante, Monte Alegre. Sua densidade demográfica é de 408,26 habitantes por Km<sup>2</sup>. O pólo, município de Natal, cresceu a uma taxa de 1,81 % ao ano, no período 1991/2000, enquanto que o município de Parnamirim, que tem alto nível integração com Natal, cresceu a 7,9% a.a, no mesmo período, seguido de São Gonçalo do Amarante com taxa de 4,86%. Entre os demais municípios, somente Extremoz e Nísia Floresta apresentam taxas superiores a 3%.

Em Natal, a população é 100% urbana desde 1980. A concentração populacional cresceu de 24,28 hab/há, em 1980, para 35,26 hab/há, em 1991. Em 1991, a capital apresentava uma densidade demográfica de 3.572hab/km<sup>2</sup> e, em 2000, 4.192,6km<sup>2</sup>. Depois de Natal, a maior densidade é a de Parnamirim, que, atualmente, se constitui no terceiro município em população no Rio Grande do Norte (984,9hab/km<sup>2</sup>) e o que tem menor densidade na RMN é Nísia Floresta (60,7hab/km<sup>2</sup>)<sup>16</sup>.

---

<sup>13</sup> É economista e socióloga. Doutora em economia pela UNICAMP, SP, em 1990. Tem pós-doutoramento em Lyon2, França. Na UFRN, onde desenvolve suas atividades acadêmicas e coordena o Núcleo RMNatal da Rede Observatório das Metrôpoles. E-mail: [clement@ufnet.br](mailto:clement@ufnet.br).

<sup>14</sup> Mestre em economia, doutorando em Ciências Sociais. Professor do departamento de economia da UFRN e integrante do Observatório das Metrôpoles. E-mail: [marconi.br@ufnet.br](mailto:marconi.br@ufnet.br)

<sup>15</sup> Economista, especialista em gestão nos recursos humanos mestre em economia, doutorando em Ciências Sociais. Professor do departamento de economia da UFRN e integrante do Núcleo RMNatal da Rede Observatório das Metrôpoles. E-mail: [willa@ufnet.br](mailto:willa@ufnet.br)

<sup>16</sup> Para mais informações, ver tabela A no Anexo.

As relações econômicas e funcionais entre o núcleo e a periferia metropolitana se dão sob forte liderança de Natal, devido à sua importância econômica e concentração de serviços públicos, cuja posição é marcante no tecido sócio-econômico da capital. Além de sediar a “*parafernália*” militar herdada do período da Segunda Guerra, Natal abriga as repartições públicas federais que usualmente devem, pela estrutura da administração pública federal, estar sediadas em uma capital de estado, acrescidas das instituições federais que existem especificamente para cuidar do “Nordeste Seco” (CLEMENTINO, 1995).

A RMN se destaca pelo seu segmento de prestação de serviços educacionais e de produção de ciência e tecnologia tanto públicos como privados, abrigando uma Universidade Federal e uma Estadual, um Centro Federal de Educação Tecnológica (nível médio e superior), o Centro de Tecnologia do Gás, uma Universidade Particular e diversas Faculdades Particulares, sendo uma, em Parnamirim, os laboratórios do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Centro de Lançamento de Foguetes da Barreira do Inferno, laboratórios da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN) e os Colégios Agrícola de Jundiá e de Ceará-Mirim. Assim, Natal consolida-se como importante centro estadual de produção de conhecimento e de formação de recursos humanos qualificados no estado.

A Região, apesar de quase uma década de existência, ainda está, “na primeira infância”, no que concerne ao grau de articulação das ações. A iniciativa do Governo estadual de criação de um suporte técnico, no âmbito da Secretaria Estadual de Planejamento, coordenado pelo ex-vereador George Câmara, veio no sentido de articular as diferentes iniciativas engendradas. Podemos citar a resistência do Parlamento Comum, do Consórcio Natal – Ceará-Mirim, para o aterro sanitário, os primeiros arranjos para o Consórcio da Bacia do Pitimbú.

O objetivo desse capítulo é traçar um rápido panorama evolutivo das transformações econômicas na RMNatal. Nesse sentido, divide-se em três partes, além desse breve introdução e uma sucinta conclusão. Na segunda parte, apresentam-se as transformações recentes na economia da RMNatal, observando a atual base econômica e reconstituindo-se, em caráter informativo,

uma periodização histórico-econômica da RMNatal e analisando a atual estrutura produtiva da região em estudo.

Na terceira parte, busca-se mostrar que, mesmo existindo um processo de desconcentração produtiva, devido ao crescimento das atividades produtivas no interior do estado, leia-se petróleo, sal e frutas, permanece a elevada concentração das atividades produtivas, e, principalmente dos serviços, na RMNatal, constituindo-se ainda em uma macrocefalia produtiva no Rio Grande do Norte.

## **2.0 Transformações Recentes na Economia da RMNatal**

### **2.1 A base Econômica da RMNatal**

No processo histórico de formação da rede urbana do Rio Grande do Norte, Natal começou a se constituir como centro polarizador e receptor dos contingentes populacionais vindos do campo, a partir do início do século XX. A produção do algodão na região do Seridó repercutiu na dinamização da infraestrutura de serviços. Na década de 1940, a cidade teve um crescimento populacional expressivo, em função da sua condição geográfica estratégica no contexto da Segunda Grande Guerra.

A Região Metropolitana de Natal iniciou seu dinamismo na década de 1970, refletindo de forma significativa o desempenho dos segmentos mais modernos da economia estadual naquela década. São estes segmentos (extrativo-mineral inclusive o petróleo, têxtil e agricultura de exportação) que, juntamente com iniciativas de políticas governamentais (estadual e federal), comandam as transformações verificadas em Natal e no seu entorno naquele momento. Juntamente a isto, na década de 1970 expandiram-se em Natal: o setor da construção civil, as atividades administrativas da Petrobrás e a presença de instituições militares com a instalação do CATRE (Formação de Pilotos) e do Centro de Lançamento de Foguetes da Barreira do Inferno, pela Aeronáutica. Acrescenta-se, também, a transferência do Comando do III Distrito Naval do Recife para Natal (em 1975) e a instalação dos laboratórios do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Faz necessária também a menção acerca da representatividade da indústria tradicional (têxtil e confecções) na RMN, principalmente do ponto de vista de sua capacidade de oferta de empregos. Os dados relativos a 1980 apontam que a indústria de confecção de roupas e agasalhos do vestuário masculino detinha, no Rio Grande do Norte, 8,03% da produção brasileira e a de fiação, tecelagem e fiação e tecelagem 11,09%, estando fortemente concentradas na RMN. Esse parque industrial passou por um processo de modernização, alterando substancialmente sua estrutura nos anos 1970 (CLEMENTINO, 1995).

Nos anos 1980, essa indústria foi acentuadamente influenciada pelo processo recessivo e inflacionário que desestabilizou a economia do país. A indústria de transformação apresentou grande inflexão na participação do PIB setorial, após o extraordinário desempenho da década de 1970. Seu maior suporte, a indústria têxtil e de confecções, teve suas indústrias “sucateadas” pela crise econômica dos anos 1980. Em 1988, a indústria empregava formalmente na RMN 42.095 pessoas, o que correspondia a 21,4% da mão-de-obra ocupada na RMN. Em 2003, esse percentual caía para 16,6% (MTE/RAIS).

Nos anos mais recentes (1988-2003), tem crescido na RMN a participação da indústria extrativa mineral, do material de transporte e de produtos alimentares, bebidas e álcool etílico, principalmente no que se refere à ocupação de mão de obra. Em 1988, o ramo de alimentos e bebidas correspondia a 39,6% do emprego formal da atividade industrial e, em 2003, esse percentual elevava-se para 45,76%. O incremento mais elevado se deu na indústria do material de transporte, que de 26,2% passou para 43,3% no mesmo período (MTE/RAIS).

**Tabela 01: Participação Relativa do Emprego Formal da RMNatal, segundo os sub-setores da Atividade Econômica, no Estado do RN e na Região Nordeste – 1988/2003.**

Sub-setores da Atividade Econômica	1988		2003	
	RMN/RN	RMN/N E	RMN/RN	RMN/N E
<b>Extrativa mineral</b>	<b>3,4</b>	<b>0,4</b>	<b>5,86</b>	<b>1,43</b>
Indústria de produtos minerais não metálicos	45,7	3,9	33,29	2,97
Indústria metalúrgica	93,2	1,2	42,71	1,20
Indústria mecânica	80,2	4,5	37,36	3,68
Indústria do material elétrico e de comunicações	95,6	0,4	83,15	0,94
<b>Indústria do material de transporte</b>	<b>26,2</b>	<b>1,8</b>	<b>43,30</b>	<b>0,91</b>
Indústria da madeira e do mobiliário	76,9	2,8	61,62	3,34
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	89,7	3,1	79,82	4,52
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, indústrias diversas	84,7	3,7	83,82	2,05
Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários e de perfumaria	84,0	2,6	52,55	2,45
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	93,4	14,4	86,58	13,02
Indústria de calçados	71,9	3,3	63,15	1,69
<b>Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico</b>	<b>39,6</b>	<b>1,9</b>	<b>45,76</b>	<b>2,47</b>
Serviços industriais de utilidade pública	97,5	7,5	69,31	3,45

Construção civil	92,6	4,6	68,93	5,20
Comércio varejista	75,4	4,0	69,86	5,00
<b>Comércio atacadista</b>	<b>59,6</b>	<b>3,5</b>	<b>73,03</b>	<b>5,52</b>
<b>Instituições de crédito, seguros e capitalização</b>	<b>64,9</b>	<b>3,8</b>	<b>77,85</b>	<b>4,58</b>
Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos	79,6	3,5	67,46	4,17
<b>Transportes e comunicações</b>	<b>73,4</b>	<b>4,0</b>	<b>85,47</b>	<b>5,15</b>
Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, etc.	85,7	6,1	81,81	5,63
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	80,1	3,4	75,28	4,09
Ensino	77,2	2,1	71,61	5,45
Administração pública direta e autárquica	78,8	6,6	62,16	5,34
<b>Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal</b>	<b>15,7</b>	<b>1,3</b>	<b>18,99</b>	<b>1,90</b>
Total	76,2	5,2	63,69	4,85

Fonte: BRASIL/MTE, RAIS, 1988 e 2003.

\* Não estão incluídos os 8.174 empregos considerados como ignorados e outros, no ano de 1988.

No terciário três segmentos apresentaram incremento positivo na participação do emprego formal. O comércio atacadista, as instituições de crédito, seguros e capitalização e os transportes e comunicações ampliaram suas respectivas participações frente ao estado do RN, como também da região Nordeste (ver tabela 01)

O setor terciário – comércio e serviços – vem se evidenciando como uma grande potencialidade para a RMN, particularmente para Natal e para os municípios litorâneos que vêm demonstrando a sua vocação para abrigar atividades turísticas e a vasta rede de serviços desencadeados pelo turismo. A atividade turística teve seus alicerces colocados nos anos 1970, quando o Rio Grande do Norte passou a integrar a Política Nacional de Turismo através do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Entretanto, foi nos anos 1980, com a construção da Via Costeira (estrada que liga as praias do perímetro urbano de Natal ao bairro Ponta Negra e que concentra importante infra-estrutura hoteleira), que se tornou possível recepcionar um significativo fluxo de turistas em Natal. Um verdadeiro “boom” turístico é iniciado em 1985, com desdobramentos significativos para a modernização dos setores de comércio e serviços.

É bem verdade que a modernização do comércio fora iniciada em Natal, nos anos 1940, quando da presença Norte-Americana durante a Segunda Guerra. No entanto, nos anos 1970, esse segmento sofre grande impacto das

transformações ocorridas na atividade industrial fortemente concentrada em Natal. O segmento “comércio de artigos pessoais e domiciliares” alocava metade do emprego nos serviços distributivos nas datas censitárias de 1970 e 1980. Nesta mesma época, emergem na praça de Natal as redes nacionais de supermercados. O comércio de artigos passa a viver uma fase de descentralização comercial, com a especialização dos bairros comerciais de Natal (Ribeira, Cidade Alta e Alecrim) em determinados artigos, e ocorre uma acirrada avalanche de empresas regionais nos ramos de eletrodomésticos, calçados, automóveis, máquinas e implementos agrícolas. No segmento “comércio de matérias primas e atividades auxiliares do comércio”, expandiram-se as atividades de corretagem de mercadorias e produtos agropecuários na década de 1970, sendo que o ramo comercial que mais cresceu foi o de veículos, máquinas e lubrificantes. Setores tradicionais, como o de transporte e armazenagem, tiveram desempenho pífio na década de 1970, ao contrário, por exemplo, dos transportes rodoviários e urbanos (CLEMENTINO, 1995).

O desempenho dos serviços produtivos corrobora a situação antes explicitada para o setor industrial, com destaque para o emprego nos serviços tecno-profissionais. Completando esse quadro, expandiram-se as atividades financeiras e o setor imobiliário, entretanto, os segmentos do terciário ligados aos serviços pessoais – hotelaria e alojamento, higiene pessoal, alimentação, conservação de edifícios, esporte, cultura, diversão e lazer – só serão dinamizados a partir de 1980, quando tem início o já citado “boom” turístico.

Quanto às atividades agrícolas, a base econômica da RMN é acentuadamente diversificada. O município que mais se destaca é Ceará Mirim, que concentra 28,72% da produção de cana-de-açúcar do estado. Outros municípios que apresentam alguma importância em relação à produção estadual são Macaíba, com a produção de laranja, mandioca, castanha de caju e manga; São Gonçalo do Amarante com manga e abacaxi; Parnamirim com a cultura do abacate; Extremoz como abacate e a banana; e São José de Mipibu com a batata e o mamão.

Na pecuária, em relação à produção de leite, os municípios de São Gonçalo do Amarante e Macaíba apresentam produção significativa em relação ao estado. Na produção de ovos, o município de Natal é responsável por quase

metade da produção do Rio Grande do Norte (48,60%) (TINÔCO & QUEIROZ, 1998).

Uma das atividades econômicas mais recentes e de crescimento acelerado nos últimos anos no RN é a *carcinicultura*. A atividade consolidou-se há pouco mais de dez anos, mas já alcança números expressivos na economia da Região Nordeste. São nada mais nada menos que 97% de todo camarão que é produzido em cativeiro, por todo o País. Desse total, o Rio Grande Norte é responsável por cerca de 29%, algo em torno de sete mil toneladas, o que rende ao Estado o título de líder nacional em produção e na área cultivada de quatro mil hectares<sup>17</sup>. Segundo dados da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Pesca do Rio Grande do Norte, a criação de camarão em cativeiro constitui hoje em um dos principais produtos de exportação do Estado, mesmo que, atualmente, as exportações se encontrem prejudicadas pelo desvalorização do dólar, e pelas restrições criadas pelos Estados Unidos a entrada desse produto em seu mercado. Ainda segundo o órgão, a carcinicultura é o segmento que gera o maior número de empregos no setor primário: cada hectare cultivado é responsável por 3,75 empregos diretos.

## 2.2 Um Periodização Histórica da RMNatal

Do início da colonização ao século XVIII, a pecuária extensiva realizada entre o litoral e o interior respondeu pela formação da rede urbana do estado. Entre os séculos XVIII e XX, a produção de algodão na região do Seridó teve papel central na economia do Rio Grande do Norte, ao lado da produção de sal. No século XX, durante a década de 1940, a exploração de scheelita foi relevante na região do Seridó. Somente na década de 1970, com a política de industrialização implementada pela SUDENE, foi que a RMN abrigou atividades centrais da economia do estado. A implantação das primeiras indústrias em Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, nos anos 1970, bem como do Distrito Industrial nos municípios de Natal e Extremoz, são exemplos principais. Contudo, na mesma década, a produção de Petróleo na região mossoroense teve grande expressão, influenciando sobremaneira toda a rede urbana do estado. Na fase contemporânea, dentre os principais vetores de crescimento do

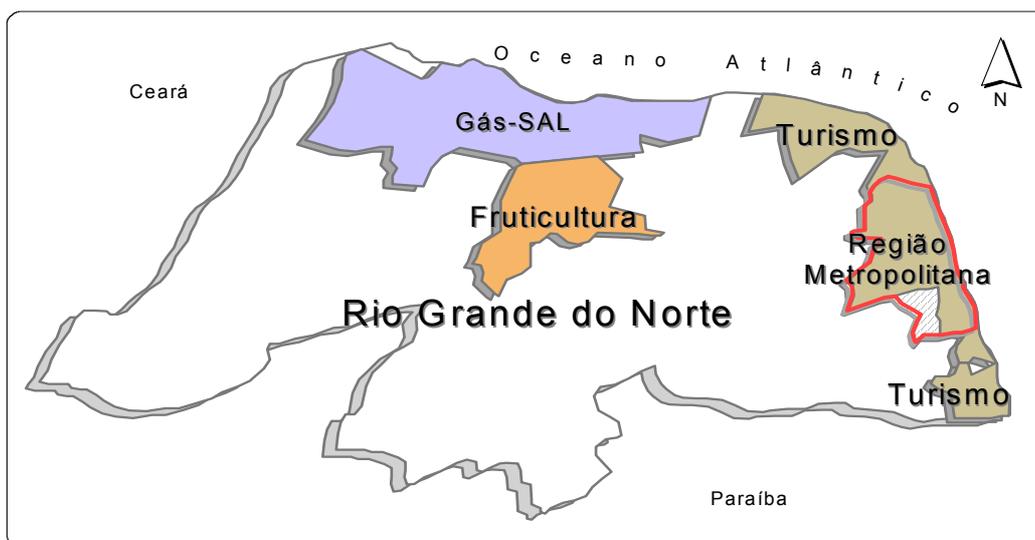
---

<sup>17</sup> Dados retirados de texto contido no *site* [http://cabugi.globo.com/rnonline/economia15\\_int.html](http://cabugi.globo.com/rnonline/economia15_int.html).

Rio Grande do Norte, destacam-se: pólo gás-sal, fruticultura e turismo<sup>18</sup> (figura 01).

Identifica-se, assim, que o processo de crescimento populacional da RMN e a expansão da sua estrutura física foi condicionada por estruturas econômicas localizadas fora da Região. Em que pese a existência de um pólo industrial na RMN, constata-se a presença significativa do setor de serviços e do setor agrícola. A cultura canvieira no vale do Ceará-Mirim, por exemplo, confere especificidades ao crescimento regional, quer seja pela atração expressiva do contingente populacional para o campo, quer seja pela definição de eixos viários necessários ao escoamento dessa produção.

**Figura 01: Rio Grande do Norte - Vetores de Crescimento Econômico**



Fonte: Núcleo RMNatal – Observatório das Metrôpoles, 2005.

A partir da década de 1980, a atividade turística conferiu uma dinâmica diferenciada ao crescimento da RMN. Na primeira metade da década de 1970, o Rio Grande do Norte passou a integrar a agenda dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, com ênfase nas oportunidades turísticas. A implantação do projeto Parque das Dunas Via Costeira é exemplar principal dessas ações. Na década de 1990, através do Programa de Desenvolvimento Turístico do

<sup>18</sup> NATRONTEC 2000.

Nordeste - PRODETUR I, houve investimentos na modernização do Aeroporto Augusto Severo, que está instalado no Município de Parnamirim, além de melhorias nas estradas e rodovias intermunicipais e alocação de subsídios para o setor hoteleiro, com concentração dos investimentos em Natal e municípios do entorno.

A partir dos anos de 1990, intensificou-se a integração metropolitana através da infra-estrutura turística, verificando-se: a) A integração metropolitana via orla marítima, com o crescimento de distritos e localidades periféricas à sede municipal; b) A transformação de terra rural em urbanizada (parcelamento privado do solo) e integração via empreendimentos imobiliários; c) Uma nova dinâmica de trabalho e renda nestas localidades (mão-de-obra não qualificada, concentração de emprego em alguns municípios e setores e baixos salários); d) A emergência de novas tipologias de turismo e lazer: pousadas, hotéis, resorts, condomínios fechados, flats, casas de veraneio, entre outros (Figura 02).

**Figura 02: Atividades econômicas predominantes e ocupação territorial do RN nos séculos XVI a XX**



Fonte: Bentes Sobrinha (2001).

### 2.3 A atual Estrutura Produtiva da RMNatal

A estrutura produtiva da RMNatal está diretamente vinculada ao setor de serviços. Não se descarta a contribuição do setor secundário, mas há uma clara hegemonia no número de estabelecimentos, emprego e produção no setor serviços em relação a segmento industrial. Segundo o Censo de 2000, o setor de serviços empregava, em 2000, 74,6% do pessoal ocupado na RMNatal, contra 19,7% do setor industrial.

O setor primário apresenta-se com participação insignificante no número de estabelecimentos apenas em Natal (1,2%), pois os demais municípios apresentam participação acima de 10%, chegando ao máximo 28,4% em Nísia Floresta, tendo uma média para a RMNatal de 2,7%.

**Tabela 02: Participação Relativa do Número de Estabelecimentos e de Emprego no Total da RMNatal – 2003**

<b>SUB SETORES</b>	<b>ESTAB.</b>	<b>EMPREGO</b>
Extrativa mineral	0,2	0,1
Indústria de produtos minerais não metálicos	0,5	0,5
Indústria metalúrgica	0,5	0,1
Indústria mecânica	0,2	0,2
Indústria do material elétrico e de comunicações	0,1	0,0
Indústria do material de transporte	0,1	0,0
Indústria da madeira e do mobiliário	0,7	0,3
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	0,7	0,5
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	0,4	0,2
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	0,4	0,5
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	1,7	6,1
Indústria de calçados	0,0	0,5
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	2,4	2,5
Serviços industriais de utilidade pública	0,2	0,9
Construção civil	6,6	4,1
<b>SUB-TOTAL INDÚSTRIA</b>	<b>14,6</b>	<b>16,6</b>
Comércio varejista	38,9	13,1
Comércio atacadista	4,2	2,5
Instituições de crédito, seguros e capitalização	1,2	1,1
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos	11,6	6,8
Transportes e comunicações	3,7	3,9
Serviços de alojamento, alimentação, reparação,	13,8	9,0

manutenção, redação		
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	5,7	2,7
Ensino	3,1	3,5
Administração pública direta e autárquica	0,5	39,1
<b>SUB TOTAL SERVIÇOS</b>	<b>82,7</b>	<b>81,7</b>
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal	2,7	1,7
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BRASIL/MTE, RAIS, 2003.

Do ponto de vista do emprego formal, os dados apenas confirmam o que vem-se afirmando sobre o setor terciário. No ano em estudo, 81,7% dos trabalhadores com emprego formal encontram-se trabalhando no terciário na RMNatal. Entre os municípios da RMNatal, destaca-se Monte Alegre, cuja participação dos empregos formais no terciário alcança os 93,7% e Macaíba com 39,9%, representando os municípios com maior e menor participação do emprego no terciário respectivamente. A RMNatal apresenta 16,6% do emprego formal na indústria, e os municípios de Macaíba e Monte Alegre apresentam a maior (58,0%) e a menor (4,0%) participação, respectivamente. É interessante notar que o município de Macaíba é o único da RMNatal que apresenta uma participação do emprego industrial superior ao dos serviços. Esse fato, sem dúvida, deve-se a nova área industrial do estado, ou o Centro Industrial Avançado (CIA). A maior diferença relativa entre os dois setores (terciário e industrial) é encontrada em Monte Alegre.

Utilizando-se os dados da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e do Emprego (RAIS-MTE), para o ano de 2003, ratifica-se a assertiva acima de que, na estrutura produtiva da RMNatal, o setor de serviços ocupa espaço de destaque. No que se refere ao número de estabelecimentos formais, os serviços respondem por 82,7 % do total de estabelecimentos da RMNatal (Tabela 02). Natal apresenta-se como o município que possui maior participação relativa dos estabelecimentos no setor terciário (86%), enquanto Nísia Floresta apresenta a menor participação (56,8%). Quanto à indústria, esta participa com 14,6% no número de estabelecimentos da RMNatal, tendo São Gonçalo do Amarante como o município com maior participação relativa dos estabelecimentos industriais em sua estrutura produtiva (30,8%), enquanto Ceará-Mirim apresenta a menor participação (10,2%).

Os dados sobre o número de estabelecimento e de empregos mostram bem a importância que os serviços detêm na RMNatal. O terciário da RMNatal destaca-se devido a sua grande importância para o estado. A tabela 01 mostra que todos os serviços apresentam participação no emprego superior a 60%. Em alguns casos, participa com mais de três quartos de todo o emprego da atividade econômica. Algumas indústrias também apresentam participação elevada em relação ao estado. O que difere é o fato dos serviços empregarem 81,7% de todos os empregados da RMN, como também ser responsável por 82,7% do número de estabelecimentos.

### **3.0 A RMNatal e a Permanência da Macrocefalia no Estado**

As assertivas seguintes baseiam-se nos dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre o valor agregado da produção (produto interno bruto ao custo dos fatores) segundo os setores produtivos na Região Metropolitana de Natal referente ao período 1999/2002.

A princípio, a série revela que, pela magnitude do incremento do valor real da produção global, houve menor dinamismo da atividade produtiva na Região Metropolitana do que no estado do Rio Grande do Norte tomado conjuntamente. Enquanto a taxa média anual de crescimento na Região Metropolitana foi de 3,0%, no caso do Rio Grande do Norte foi de 5,8%. Ora, esta é uma clara indicação de que, neste curto período de tempo, houve perda de importância relativa da Região Metropolitana no que concerne à composição do valor da produção estadual ou, em outras palavras, revela a existência de desconcentração da atividade econômica na Região Metropolitana e, por conseguinte, de uma expansão mais acelerada desta atividade na interlândia estadual.

Embora o foco aqui seja a Região Metropolitana, é necessário fazer referência a princípio, ainda que brevemente, ao Rio Grande do Norte. A questão que se coloca é, pois, a necessidade de descobrir a fonte desse maior dinamismo externo à Região Metropolitana. Uma taxa de crescimento médio anual de 30% ao ano na agropecuária, a princípio, sugeriria que esta fora a atividade que mais influenciou o incremento do produto global. Entretanto, esta possibilidade é aceita apenas parcialmente ao se constatar que, nos quatro anos da série, a participação da agropecuária na produção estadual variou de 2,3%, em 2001, e 6,7%, em 2002, ou seja, foi uma atividade com pequena participação na composição do valor agregado estadual. A expansão do setor de serviços a uma taxa de 2,6% ao ano, embora este setor tenha apresentado participação superior a 50% da produção estadual, também sugere que não fora este o setor promotor, por excelência, do incremento do produto global no Rio Grande do Norte. Então, o setor cuja expansão com papel decisivo para a expansão da produção estadual somente poderia ser o industrial. Este setor apresentou taxa de expansão de 7,5% ao ano no período em estudo.

**Tabela 03: Rio Grande do Norte - participação (%) dos setores no valor da produção e taxas de crescimento 1999/2002**

Rio Grande do Norte - participação (%) dos setores no valor da produção e taxas de crescimento 1999/2002

Setores	1999	2000	2001	2002	1999-2002
Agropecuária	3,7	2,6	2,3	6,7	29,5
Indústria	40,0	41,7	43,4	41,9	7,5
Serviços	56,3	55,7	54,3	51,4	2,6
<b>Rio Grande do Norte</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	5,8

Fonte (dos dados básicos): IBGE, produto interno bruto municipal, maio/2005

Ora, como a indústria do Rio Grande do Norte tem os setores da indústria de transformação, da indústria de serviços industriais e de construção civil sediados em municípios da Região Metropolitana de Natal, a explicação para a desconcentração da atividade industrial deveria encontrar-se, principalmente, na indústria extrativa. Por esse motivo, foram sistematizadas as informações sobre o valor agregado para o conjunto dos municípios produtores de petróleo no estado do Rio Grande do Norte<sup>19</sup>. Estes municípios tomados conjuntamente experimentam uma taxa média de crescimento do valor da produção de aproximadamente 11% ao ano, fazendo com que passassem de uma participação de 23%, em 1999, para 27% da produção estadual, em 2002.

---

<sup>19</sup> Os municípios produtores de petróleo do Rio Grande do Norte são os seguintes: Açu, Alto do Rodrigues, Apodi, Areia Branca, Carnaubais, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Guamaré, Macau, Mossoró, Pendências, Porto do Mangue, Serra do Mel e Upanema.

**Tabela 04: MPPetróleo- participação na produção setorial do RN e taxas de crescimento do valor setorial da produção (1999/2002)**

MPPetróleo - participação na produção setorial do RN e taxas de crescimento do valor setorial da produção (1999/2002)

Setores	1999	2000	2001	2002	1999-2002
Agropecuária	23,0	21,1	31,7	25,4	33,9
Indústria	32,8	38,7	37,1	40,0	14,9
Serviços	16,2	15,8	15,9	15,7	1,6
MPP/Rio G. Norte	23,1	25,5	25,5	26,6	10,9

Fonte (dos dados básicos): IBGE, produto interno bruto municipal, maio/2005.

Os setores produtivos nos mesmos municípios apresentaram as seguintes taxas de incremento anual: a agropecuária, 34%, a indústria, 15%, e os serviços, 1,6%. Apesar da aludida performance produtiva, a agropecuária nesses municípios iniciou o período detendo 23% da produção estadual, atingiu um pico de participação de 32%, em 2001, e passou a participar com 25% do valor produzido no respectivo setor no Rio Grande do Norte. A dinâmica expansiva do terciário fez com ocorresse pequeno recuo na formação do valor da produção do terciário, mas manteve participação próxima a 16% desse valor. Porém, a performance produtiva da atividade industrial dos municípios produtores de petróleo, à razão de 15% ao ano, fez com que os mesmos passassem de uma participação de 33%, em 1999, para aproximadamente 40% da produção industrial potiguar no ano de 2000. Então, o período 1999/2002, no que concerne à atividade produtiva, foi marcado pela desconcentração na Região Metropolitana de Natal em favor, principalmente, dos municípios que concentram a indústria extrativa estadual, particularmente o extrativismo petrolífero.

O fato da Região Metropolitana ter perdido participação na composição da produção estadual não significou que tenha se tornado pouco expressiva, muito ao contrário. A participação da Região Metropolitana fora de 49,3%, em 1999, oscilou nos dois anos seguintes e chegou a representar uma participação de 45,5% do valor da produção no Rio Grande do Norte – cifra muito significativa considerando-se que a Região Metropolitana é composta por apenas 9 (nove) num universo de 167 (cento e sessenta e sete) municípios do estado.

**Tabela 04: RMNatal - participação na produção setorial do RN e taxas de crescimento do valor setorial da produção(1999/2002)**

RMNatal - participação na produção setorial do RN e taxas de crescimento do valor setorial da produção (1999/2002)

Setores	1999	2000	2001	2002	1999-2002
Agropecuária	19,1	20,9	21,7	14,1	17,0
Indústria	47,7	41,7	45,1	43,3	4,0
Serviços	52,4	51,5	50,8	51,3	1,9
RMN/Rio G. Norte	49,3	46,6	47,7	45,5	3,0

Fonte (dos dados básicos): IBGE, produto interno bruto municipal, maio/2005.

As dinâmicas dos setores produtivos da Região Metropolitana foram bastante diferenciadas. O terciário, do qual a Região Metropolitana concentra parcela substancial do valor da produção no Rio Grande do Norte, cresceu a uma taxa média de 1,9%; a indústria de 4,0% e a agropecuária de 17,0% ao ano. É interessante destacar que, embora o terciário tenha apresentado a menor dinâmica de crescimento no período, a participação da Região Metropolitana no valor da produção passou de 49,3%, em 1999, para 45,5% em 2002. Quanto à agropecuária, a dinâmica produtiva apresentada propiciou que o setor ganhasse importância relativa no valor da produção na Região Metropolitana e, nesse processo, provavelmente, o setor carcinícola tenha sido responsável por importante parcela desse resultado. Entretanto, tal performance não foi suficiente para que o setor ganhasse importância relativa em âmbito estadual, passou de uma participação de 19%, em 1999, para 14%, em 2000. Com relação à atividade industrial, constata-se que, embora tenha crescido a uma média anual de 4,0%, houve perda de importância relativa do setor no contexto estadual: a participação metropolitana fora de aproximadamente 48%, em 1999, e atingiu cerca de 43% em 2000. Tal processo obviamente foi decorrente do “boom” produtivo experimentado pela indústria extrativa estadual, principalmente a petrolífera.

Em se tratando de concentração produtiva, é necessário considerar a participação conjunta da Região Metropolitana e dos municípios concentradores da indústria extrativa. Constata-se que, nos quatro anos da série, a participação conjunta gravitou em torno de 72% do valor da produção estadual. Do ponto de

vista setorial, os dados revelam que: a participação na formação do valor da produção apresentou-se oscilante, porém, em nível sempre expressivo – de no mínimo 40% do valor da agropecuária potiguar; os serviços também em todos os anos apresentaram participação superior a 2/3 do valor do congênere estadual e, por fim, sem dúvida o setor de destaque é o industrial, pois em todos os anos do período apresentou-se superior a 80% do similar estadual, com clara tendência de elevação.

**Tabela 5: participação conjunta RMN e MPP na produção setorial e total do RN (1999-2002)**

Participação conjunta RMN e MPP na produção setorial e total do RN (1999-2002)

Setores	1999	2000	2001	2002
Agropecuária	42,1	42,0	53,5	39,5
Indústria	80,4	80,4	82,2	83,3
Serviços	68,6	67,3	66,8	67,1
(RMN+MPP)/Rio G. Norte	72,4	72,1	73,2	72,0

Fonte (dos dados básicos): IBGE, produto interno bruto municipal, maio/2005.

No interior da Região Metropolitana, é importante proceder a um destaque para o município de Natal, por ser o pólo metropolitano. A comparação com a performance expansiva do valor da produção global de 3,2% ao ano por ser superior à média da Região Metropolitana, embora levemente, é indicativa de que o pólo metropolitano ampliou a sua participação na produção da Região Metropolitana, o que no caso específico pode ser traduzido como permanência da posição concentradora do município pólo na faixa do sete décimos do valor da produção da metropolitana.

Quanto às dinâmicas dos setores produtivos no município de Natal, ocorreram as seguintes taxas médias anuais: agropecuária, 19,5%, indústria, 6,9%, e os serviços, 1,1%. Essa taxas fizeram com que o pólo metropolitano ganhasse posição na produção da agropecuária (de 11,6% para 12,3%), que igual processo ocorresse na indústria (de 59,9% para 65,1%) e que houvesse uma pequena perda de participação nos serviços (de 78% para 76%). Portanto, embora a Região Metropolitana de Natal tenha vivenciado um período de

desconcentração da atividade econômica, sobretudo em decorrência da performance produtiva dos municípios que concentram a indústria extrativa mineral, no plano interno à Região Metropolitana, o município de Natal manteve a posição incontestada de município concentrador das atividades econômicas.

**Tabela 06: Natal - participação (%) no valor setorial e global da produção da RMNatal**

Natal - participação (%) no valor setorial e global da produção da RMNatal

Setores	1999	2000	2001	2002
Agropecuária	11,6	14,8	15,3	12,3
Indústria	59,9	49,7	62,6	65,1
Serviços	77,9	74,8	73,4	76,0
<b>Natal/RMNatal</b>	<b>70,0</b>	<b>64,7</b>	<b>68,4</b>	<b>70,4</b>

Fonte (dos dados básicos): IBGE, produto interno bruto municipal, maio/2005.

Uma vez explorados os dados sobre o valor agregado, faz-se a seguir uma breve discussão sobre os municípios da Região Metropolitana de Natal com base nos dados sobre o produto interno bruto. Os resultados apresentam algumas alterações quantitativas, porém, não chegam a promover alterações relativas substanciais. Na verdade, os dados sobre o produto interno bruto, no que diz respeito à situação interna à própria Região Metropolitana, têm muito mais o caráter de ratificação do que propriamente de agregação de novas informações. As modificações devem-se ao fato do produto interno bruto ser resultado do acréscimo dos impostos e da dedução do dummy financeiro ao valor da produção – que rigorosamente consiste no produto interno bruto ao custo dos fatores que participam do processo produtivo.

Assim, embora a participação conjunta da Região Metropolitana de Natal no produto interno bruto estadual tenha se apresentado superior à participação na formação do valor agregado, no concernente à participação dos municípios integrantes na formação do produto interno bruto, o comportamento foi semelhante ao ocorrido com a formação do valor agregado. Então, a constatação mais patente continua sendo a acentuada concentração do produto interno bruto no município pólo, Natal, apresentando participação em torno de 70% em todos

os anos do período em foco, a exemplo do ocorrido no caso da participação na composição do valor agregado.

O município com a segunda maior participação no produto, em torno de 10%, foi Parnamirim. Em seguida, aparecem São Gonçalo do Amarante, embora com perda de participação no período de 8,8% para 6,1%. Os demais municípios apresentaram no ano de 2002, participações no produto interno bruto metropolitano inferior aos 5%. Para maior precisão, apresenta-se a seguir a participação dos municípios no produto da Região Metropolitana no citado ano: Macaíba (4,3%), Ceará-Mirim (2,3%), Extremoz (1,8%), São José de Mipibu (1,4%), Nísia Floresta (1,0%) e Monte Alegre (0,5%).

**Tabela 07: RMNatal- Produto interno bruto (1999-2002), em R\$ de 2002**

RMNatal - Produto interno bruto (1999-2002), em R\$ de 2002

Nome do Município	1999		2000		2001		2002		1999-2002
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	
Ceará-Mirim	115.151	2,3	136.688	2,5	115.887	2,1	128.472	2,3	3,7
Extremoz	78.646	1,5	86.888	1,6	101.791	1,9	101.533	1,8	8,9
Macaíba	197.808	3,9	279.229	5,1	280.969	5,1	240.296	4,3	6,7
Monte Alegre	25.155	0,5	31.708	0,6	29.521	0,5	30.590	0,5	6,7
Natal	3.600.656	70,8	3.676.529	67,3	3.873.657	70,5	4.016.320	71,7	3,7
Nísia Floresta	44.440	0,9	51.437	0,9	48.224	0,9	55.330	1,0	7,6
Parnamirim	509.464	10,0	626.037	11,5	559.996	10,2	611.434	10,9	6,3
São Gonçalo do Amarante	449.583	8,8	491.909	9,0	412.208	7,5	340.356	6,1	(8,9)
São José de Mipibu	63.645	1,3	82.565	1,5	72.205	1,3	79.575	1,4	7,7
<b>RMNatal</b>	<b>5.084.547</b>	<b>100,0</b>	<b>5.462.989</b>	<b>100,0</b>	<b>5.494.460</b>	<b>100,0</b>	<b>5.603.905</b>	<b>100,0</b>	3,3
<b>Rio Grande do Norte</b>	<b>9.808.677</b>	<b>51,8</b>	<b>10.970.843</b>	<b>49,8</b>	<b>10.806.584</b>	<b>50,8</b>	<b>11.604.005</b>	<b>48,3</b>	5,8

Fonte (dos dados básicos): IBGE. Produto Interno Bruto municipal. Maio de 2005.

Quanto ao crescimento médio anual, merecem ser destacados pelos elevados incrementos: Extremoz (8,9%), São José de Mipibu (7,7%) e Nísia Floresta (7,6%) e por ser o único município com taxa negativa de crescimento, o município de São Gonçalo do Amarante (8,9%). O pólo metropolitano, por sua vez, cresceu à taxa média de 3,7% ao ano.

Com relação ao produto interno bruto per capita, constata-se que o valor apresentado pela Região Metropolitana de Natal foi em todos os anos do período superior ao valor do Rio Grande do Norte. Entretanto, deve ser salientado que, enquanto a diferença foi de 30% em 1999, no ano seguinte foi de 23%, no

posterior apresentou uma diferença de 24%, mas, em 2002, tal diferença foi de apenas 17%.

**Tabela 08: RMNatal - Produto interno bruto per capita (1999-2002), em R\$ de 2002**

RMNatal - Produto interno bruto per capita (1999-2002), em R\$ de 2002.

Nome do Município	1999		2000		2001		2002		1999-2002
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	
Ceará-Mirim	1.859	52,3	2.167	55,1	1.804	47,2	1.965	48,6	1,9
Extremoz	4.062	114,3	4.373	111,2	4.994	130,7	4.858	120,1	6,1
Macaíba	3.639	102,4	5.020	127,6	4.939	129,3	4.131	102,2	4,3
Monte Alegre	1.343	37,8	1.663	42,3	1.522	39,8	1.550	38,3	4,9
Natal	5.091	143,3	5.115	130,0	5.303	138,8	5.411	133,8	2,1
Nísia Floresta	2.363	66,5	2.656	67,5	2.419	63,3	2.698	66,7	4,5
Panamirim	4.180	117,6	4.866	123,7	4.135	108,2	4.297	106,2	0,9
São Gonçalo do Amarante	6.549	184,3	6.900	175,4	5.574	145,9	4.441	109,8	(12,1)
São José de Mipibu	1.839	51,8	2.336	59,4	2.000	52,4	2.159	53,4	5,5
<b>RMNatal</b>	<b>4.599</b>	<b>129,4</b>	<b>4.830</b>	<b>122,8</b>	<b>4.750</b>	<b>124,3</b>	<b>4.738</b>	<b>117,2</b>	<b>1,0</b>
<b>Rio Grande do Norte</b>	<b>3.553</b>	<b>100,0</b>	<b>3.934</b>	<b>100,0</b>	<b>3.820</b>	<b>100,0</b>	<b>4.044</b>	<b>100,0</b>	<b>4,4</b>

Fonte (dos dados básicos): IBGE, produto interno bruto municipal, maio/2005.

Um município que merece ser destacado é o de São Gonçalo do Amarante. Este foi o único município da Região Metropolitana de Natal que apresentou declínio tanto do produto interno bruto real quanto do produto real per capita, sendo que, no caso do último, a taxa de decréscimo foi da ordem de 12% ao ano. Esse município apresentou também nos três primeiros anos da série produto interno per capita mais elevado do que as médias estadual e metropolitana, bem como do município-pólo da metrópole. Entretanto, no último ano da série, o produto interno bruto per capita em São Gonçalo do Amarante situou-se na terceira posição dentre os municípios da Região Metropolitana e apenas 10% superior à média estadual.

Deve ainda ser destacado que, no primeiro ano da série, quatro municípios da Região Metropolitana apresentaram produto per capita muito inferior à média estadual: Nísia Floresta (67%), Ceará-Mirim e São José de Mipibu (52%) e Monte Alegre (38%). Embora estes municípios tenham figurado dentre os que obtiveram as maiores taxas de crescimento no período, com exceção de Ceará-Mirim, permaneceram constituindo o grupo dos municípios metropolitanos com produto interno bruto per capita inferior ao Rio Grande do Norte no final do período.

Os municípios com os mais elevados valores do produto interno per capita apresentam aspectos interessantes a serem destacados. Extremoz foi o município com a maior elevação do referido indicador no período, o que permitiu que o município apresentasse o segundo maior produto por pessoa em 2002. Natal, de outra parte, ostentou apenas a sexta maior taxa de incremento do produto, mas, por partir de uma base elevada em 1999, foi detentor, no ano de 2002, do produto per capita mais elevado na Região Metropolitana de Natal. No caso do primeiro município, o produto interno por pessoa foi superior ao congênere estadual em aproximadamente 2% e, no do segundo, em torno de 34%. Os outros municípios com resultados superiores ao indicador em âmbito foram os seguintes: São Gonçalo do Amarante (10%), Parnamirim (6%) e Macaíba (2%).

#### **4.0 À Guisa de Conclusões**

Considerando os dados e informações, até aqui apresentados, pode-se constatar que, no período 1999/2002, o movimento quantitativo do produto interno bruto per capita no Rio Grande do Norte apresentou velocidade de crescimento em municípios situados fora da Região Metropolitana de Natal, motivo pelo qual a taxa de crescimento deste indicador foi de apenas 1% ao ano em média durante o período, enquanto no Rio Grande do Norte a média foi de 4,4%. Portanto, tais dados sugerem, à princípio, uma melhor situação econômica no Rio Grande do Norte no conjunto situado fora da Região Metropolitana, no período 1999/2002. Ainda assim, é importante ressaltar que, no último ano do período, o valor do produto per capita na Região Metropolitana de Natal foi superior ao valor ocorrido no Rio Grande do Norte, 17%, tendo o mesmo ocorrido em cinco municípios dessa Região Metropolitana. Além disso, é importante destacar que o citado indicador tem caráter muito geral e que conclusões que expressem melhor o movimento real sobre melhorias de condições sócio-econômicas precisam ser complementadas por informações relativas ao processo de distribuição dos resultados da produção.

Mesmo com as considerações anteriormente realizadas, não se pode negar que a RMNatal ainda concentra significativa parcela da produção, do emprego e da renda do Estado. A existência de taxas de crescimento, em determinados segmentos e setores produtivos no interior, superiores aos da RMNatal não reverteu ainda a macrocefalia produtivo-econômica do Estado. O ritmo das mudanças permite sugerir que essa macrocefalia não se resolverá no médio prazo. Afinal, tomando-se como parâmetros as mudanças ocorridas entre os anos 1988/2003 (tabela 01), quanto ao emprego formal, dos 25 segmentos produtivos no estado, a RMNatal aumentou sua participação em 07, e as perdas mais significativas (acima de 10 pontos percentuais) ocorreram em 10 segmentos. No entanto, mesmo com as perdas mencionadas, a RMNatal, em 2003, ainda concentrava em 18 segmentos mais de 50% do emprego formal desses segmentos. Em 1988, a RMNatal concentra mais de 50% do emprego formal em 20 segmentos produtivos. Em outras palavras, somente dois segmentos produtivos, a indústria mecânica e a metalúrgica, apresentaram significativa queda

na participação do emprego formal na RMNatal no período em estudo. Como o emprego formal guarda uma relação direta com a produção e com a renda, pode-se inferir que a macrocefalia produtiva ainda se mantém e se manterá durante um bom tempo.

## 5.0 Referências Bibliográficas

BENTES SOBRINHA, M<sup>a</sup>. Dulce P. **Patrimônio Público, Gestão do Território e Direito ao Meio Ambiente: Os bens da União e dos Estados na implantação hoteleira e turística no litoral leste do Rio Grande do Norte (1930-1990)**. Tese. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São paulo, 2001.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília\_DF: MTE, 1988 e 2003.

CLEMENTINO, Maria do Livramento M. **Economia e Urbanização: o Rio Grande do Norte nos anos 70**. Natal, UFRN, 1995. 371 p. Coleção Humanas Letras.

[http://cabugi.globo.com/rnonline/economia15\\_int.html](http://cabugi.globo.com/rnonline/economia15_int.html).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)**. Disponível em <http://www.sibra.ibge.gov.br>. Acesso em abril de 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno bruto municipal, 1999-2005**. Maio de 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA)/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Atlas de desenvolvimento humano no Brasil**. IPEA, FJP, 2002.

NATAL, NATRONTEC. **Natal 3º Milênio**. Plano Estratégico. Natal, 2000 (Meio digital).

TINOCO & QUEIROZ. **Os Aparatos Institucionais de Governo dos Municípios da Região Metropolitana de Natal Face ao Processo de Descentralização**. Natal, UFRN, 1998. Relatório de Pesquisa.

## 6.0 Anexo

<b>Município</b>	<b>Altitude da sede (m)</b>	<b>Ano de instalação do município</b>	<b>Área (km<sup>2</sup>)</b>	<b>Distância à capital (km)</b>	<b>Município Litorâneo</b>
Ceará-Mirim	33	1755	729,5	29,92886865	sim
Extremoz	41	1963	135,3	14,66976752	sim
Macaíba	11	1877	492	17,4911926	não
Monte Alegre	52	1953	211	33,24260387	não
Natal	30	1599	169,9	0	sim
Nísia Floresta	20	1852	313,6	32,89152	sim
Parnamirim	53	1958	126,6	14,71098243	não
São G. do Amarante	15	1958	261,7	13,26813972	não
São José de Mipibu	58	1845	294,3	31,27825819	não

Fonte: IPEA/FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

**Tabela A: Dados geográficos dos municípios que integram a RMNatal**

## 5. DESEMPENHO FISCAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

**Maria do Livramento de M. Clementino<sup>20</sup>**  
**Marconi Gomes da Silva<sup>21</sup>**  
**William Eufrásio Nunes Pereira<sup>22</sup>**

### 1.0 Introdução

Neste trabalho o aspecto focalizado é a capacidade financeira dos municípios da Região Metropolitana de Natal para fazer frente à ampliação de responsabilidades no atendimento às demandas sociais. Para tanto, realiza-se, inicialmente e sinteticamente, uma análise estática de alguns indicadores de finanças dos municípios que compõem a RMNatal. Embora seja pouco recomendável empreender uma análise em poucos exercícios financeiros, busca-se compensar esta fragilidade com a maior atualidade possível para a série de dados do estudo. Intenta-se colaborar com os gestores municipais para uma melhora das contas públicas sem colocar em xeque a capacidade dos municípios responderem à crescente demanda por gastos adicionais. Em um segundo momento, faz-se uma sucinta análise das

---

<sup>20</sup> É economista e socióloga. Doutora em economia pela UNICAMP, SP, em 1990. Tem pós-doutoramento em Lyon2, França. Na UFRN, onde desenvolve suas atividades acadêmicas, coordena o Núcleo RMNatal da Rede Observatório das Metrôpoles. E-mail: [clement@ufrnet.br](mailto:clement@ufrnet.br).

<sup>21</sup> Mestre em economia, doutorando em Ciências Sociais. Professor do departamento de economia da UFRN e integrante do Observatório das Metrôpoles. E-mail: [marocni.br@ufrnet.br](mailto:marocni.br@ufrnet.br)

<sup>22</sup> Economista, especialista em gestão nos recursos humanos mestre em economia, doutorando em Ciências Sociais. Professor do departamento de economia da UFRN e integrante do Núcleo RMNatal da Rede Observatório das Metrôpoles. E-mail: [willa@ufrnet.br](mailto:willa@ufrnet.br)

receitas e despesas de quatro anos recentes (2002 a 2005), buscando observar algumas mudanças ocorridas no período.

Certamente, um grande desafio é colocado para a gestão pública, pois à medida que se intensifica o processo de urbanização no Rio Grande do Norte, amplia-se a necessidade de oferta de serviços públicos ante à demanda crescente. O movimento da metropolização em Natal tem levado a que municípios menores acabem delegando a responsabilidade pela oferta de serviços sociais fundamentais ao pólo metropolitano. Na verdade, isso traz implicações sobre a qualidade dos serviços, dado que a capital é /forçada/ a ofertar um volume de serviços maior que o número de seus habitantes, sem o necessário acréscimo às finanças do município.

## **2.0 Distribuição das atividades econômicas e da População na Região Metropolitana de Natal**

O ponto de partida do estudo é o estado do Rio Grande do Norte, no período 1999-2002, e a Região Metropolitana de Natal, na década atual. Nesse período, a população estadual experimentou um incremento médio de 1,43% ao ano, passando de um total de 2.760.342 para 2.880.425 pessoas. Esta dinâmica populacional permitiu que a população estadual representasse sem maior oscilação 1,63%, do total da população brasileira, ratificando uma participação muito pequena nessa população total. No que concerne ao produto interno bruto, a participação estadual no PIB brasileiro, que fora da ordem de 0,79% em 1999, atingiu, em 2002, 0,86% da produção nacional. Ou seja, verificou-se no período uma expansão contínua do PIB. O produto interno bruto do Rio Grande do Norte apresentou a cifra de R\$ 7,6 bilhões, em 1999, e manteve sua trajetória ascendente de modo a atingir uma magnitude produtiva da ordem de R\$ 11,6 bilhões em 2002 (RIBEIRO e GARSON, 2004).

Na abordagem da Região Metropolitana de Natal, é importante chamar atenção para o papel central exercido por esta Região Metropolitana no que diz respeito à concentração relativa, tanto da população quanto dos meios de produção e da infra-estrutura de prestação de serviços que se expressam na composição do produto interno.

A tabela 01 apresenta a participação dos municípios no PIB da RMNatal e do estado do Rio Grande do Norte. Além disso, mostra a participação de cada município no espaço urbano e a participação do município no PIB do estado.

**Tabela 01: Participação dos municípios no PIB do Espaço Urbano e do Estado**

Município	Espaço Urbano (%)				ESTADO (%)			
	1999	2000	2001	2002	1999	2000	2001	2002
Ceará-Mirim	2,3	2,5	2,1	2,3	1,2	1,2	1,1	1,1
Extremoz	1,6	1,6	1,9	1,8	0,8	0,8	0,9	0,9
Macaíba	3,9	5,1	5,1	4,3	2,0	2,5	2,6	2,1
Natal	71,2	67,7	70,9	72,1	36,7	33,4	35,8	34,5
Nísia Floresta	0,9	0,9	0,9	1,0	0,5	0,5	0,4	0,5
Parnamirim	10,1	11,5	10,2	11,0	5,2	5,7	5,2	5,3
São Gonçalo do Amarante	8,9	9,1	7,5	6,1	4,6	4,5	3,8	2,9
São José de Mipibu	1,3	1,5	1,3	1,4	0,6	0,8	0,7	0,7
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>51,6</b>	<b>49,4</b>	<b>50,4</b>	<b>47,9</b>

Fonte: IBGE citado por GARSON e RIBEIRO, (2004, ANEXOS).

Como pode ser observado, a RMNatal concentra cerca de 50% do PIB do RN, sendo que somente a Capital concentra 35%. Os municípios de Parnamirim e São Gonçalo, que abrigam os dois distritos industriais mais importantes, complementam essa centralidade do PIB regional. Se desdobrados os dados para a população de cada município, Natal concentra 64% (dados de 2002) da população regional, seguido de Parnamirim com 12,2% e São Gonçalo com 6,6%.

**Tabela 02: Participação dos municípios na População do Espaço Urbano e do Estado**

Município	População e Participação no Espaço Urbano								Participação no Estado (%)			
	1999		2000		2001		2002		1999	2000	2001	2002
	Hab	%	Hab	%	Hab	%	Hab	%				
Ceará-Mirim	61.957	5,7	63.086	5,7	64.222	5,6	65.370	5,6	2,24	2,25	2,26	2,27
Extremoz	19.361	1,8	19.870	1,8	20.383	1,8	20.901	1,8	0,70	0,71	0,72	0,73
Macaíba	54.363	5,0	55.620	5,0	56.885	5,0	58.163	5,0	1,97	1,99	2,00	2,02
Natal	707.215	65,1	718.806	64,6	730.468	64,2	742.258	63,8	25,62	25,67	25,72	25,77
Nísia Floresta	18.808	1,7	19.369	1,7	19.934	1,8	20.505	1,8	0,68	0,69	0,70	0,71
Parnamirim	121.896	11,2	128.646	11,6	135.438	11,9	142.301	12,2	4,42	4,59	4,77	4,94
São Gonçalo do Amarante	68.647	6,3	71.288	6,4	73.946	6,5	76.632	6,6	2,49	2,55	2,60	2,66
São José de Mipibu	34.604	3,2	35.348	3,2	36.096	3,2	36.852	3,2	1,25	1,26	1,27	1,28
<b>TOTAL</b>	<b>1.086.851</b>	<b>100,0</b>	<b>1.112.033</b>	<b>100,0</b>	<b>1.137.372</b>	<b>100,0</b>	<b>1.162.982</b>	<b>100,0</b>	<b>39,37</b>	<b>39,71</b>	<b>40,05</b>	<b>40,38</b>

Fonte: IBGE. SIDRA, 2005.

Um aspecto merecedor de destaque é que, sem exceção, todos os municípios experimentaram elevações de participação relativa na população estadual. Além disso, vale enfatizar que, embora não se trate do município da Região Metropolitana com o maior incremento populacional no período, o município de Natal isoladamente, em todos os anos em foco, concentrou mais de ¼ da população do Rio Grande do Norte. Quanto à participação relativa dos distintos municípios integrantes da Região Metropolitana de Natal, constata-se que, em decorrência dos mais elevados acréscimos experimentados em suas respectivas populações, ao longo do período em tela, os municípios de Parnamirim e São Gonçalo do Amarante foram os que registraram os maiores avanços nas respectivas participações relativas na população total da Região Metropolitana. Nesse aspecto, ainda vale ressaltar que o pólo metropolitano, em decorrência do reduzido incremento populacional comparativamente ao conjunto dos municípios, experimentou redução na participação relativa na população do espaço metropolitano em foco. O contraponto a ser feito é que, apesar da perda de participação relativa, tal participação continuou sendo fortemente expressiva, cerca de 64% da população da Região Metropolitana.

Quanto à dinâmica produtiva, expressa pela expansão do produto interno bruto, constata-se que, no período 1999/2002, apenas o município de São Gonçalo do Amarante apresentou declínio na produção real, da ordem de 8,9% ao ano. Os demais municípios lograram acréscimos nos respectivos PIB's, sendo o menor incremento o ocorrido no município-pólo, 3,7% a.a., e o mais elevado no município de Extremoz, da ordem de 8,9% a.a. As distintas performances estaduais propiciaram que, no todo, a Região Metropolitana de Natal se expandisse a uma taxa média anual de 3,28% no mesmo período. Assim, constata-se que o maior dinamismo produtivo ocorrido na Região Metropolitana materializou-se fora do pólo metropolitano.

Além disso, a existência de vetores de crescimento cujos efeitos atuam, principalmente, fora da Região Metropolitana fez com que esta perdesse participação na produção global do estado. A esse propósito é necessário apenas mencionar que, embora com oscilações, a participação relativa da Região Metropolitana na produção estadual apresentou tendência declinante no curto período em pauta, passando de 51,6%, no ano de 1999, para 47,9 do produto interno estadual, em 2002.

No interior da Região Metropolitana, as distintas performances produtivas promoveram alterações das participações municipais na composição do produto interno bruto. No período descrito, o município de São Gonçalo do Amarante, embora tenha mantido a terceira maior parcela do PIB metropolitano, experimentou expressiva perda, passando de 8,9% para 6,1%. Ceará-Mirim, por sua vez, manteve sua participação inalterada, em um patamar de 2,3%. Os demais municípios ganharam participação no contexto da produção metropolitana, entretanto, ressalta-se o município de Extremoz, que, pelo maior dinamismo, conseguiu que sua diminuta participação fosse ampliada, e os municípios de Natal e Parnamirim, por haverem detido as maiores parcelas do PIB regional, sendo que, em todos os anos, Natal concentrou cerca de 70% e Parnamirim de 10 a 11% do valor da variável em foco.

Com vistas a proporcionar uma breve visão setorial da atividade econômica aborda-se, a seguir, o valor adicionado na Região Metropolitana no ano de 2002. Em primeiro lugar, destaca-se que, neste ano, apenas 2,1% do valor adicionado teve

origem na agropecuária, sendo 39,9% gestados na indústria e 58% no setor de serviços.

Além de haver apresentado participação irrisória no valor adicionado da Região Metropolitana, a agropecuária foi o único setor que não exerceu preponderância em nenhum dos municípios. Ainda assim, é importante mencionar que, em São José de Mipibu, Ceará-Mirim e Nísia Floresta, esse setor atingiu as maiores participações na composição do valor agregado, sendo de 13,2%, 16,5% e 19,8%, respectivamente. Os municípios preponderantemente industriais, em ordem crescente, foram: Parnamirim, 50,9%, Extremoz, 50,1%, São Gonçalo do Amarante, 52,2%, e Macaíba, 57,2%. Já o setor de serviços teve participação predominante nos municípios de Nísia Floresta, 55,5%, Ceará-Mirim, 59,4%, São José de Mipibu, 60,2%, e Natal, 62,8%.

Quanto à participação dos municípios para o valor agregado por setor, constata-se que, nos casos dos setores industrial e de serviços, houve predomínio absoluto do município de Natal, sendo de 65,4% sua participação no valor originário do primeiro setor e de 76,6%, no caso do segundo. Embora trate-se de uma participação muito distante da ocorrida no pólo metropolitano, os municípios de Parnamirim e de São Gonçalo do Amarante assumiram, respectivamente, a segunda e terceira posições na composição do valor agregado em ambos os setores. Com relação à diminuta agropecuária, as participações apresentaram-se bastante diluídas. De qualquer modo, vale destacar que os municípios com as maiores participações na formação do valor agregado no setor foram Ceará-Mirim e Parnamirim, com 21,3% e 20,4%, respectivamente.

Partindo-se das dinâmicas populacional e produtiva acima apresentadas, é possível empreender, também, ainda que em caráter geral, breves considerações sobre o comportamento do produto interno bruto per capita na Região Metropolitana de Natal. A constatação inicial é que o PIB per capita, neste espaço metropolitano e em cada um dos seus municípios constitutivos, apresentou comportamento oscilatório no período estudado. Do primeiro para o segundo ano, todos os municípios experimentaram, em proporções distintas acréscimos na variável em foco. Do segundo para o terceiro ano, apenas Extremoz e Natal lograram

incremento, do terceiro para o quarto ano, quatro municípios obtiveram acréscimo e, por conseguinte, os outros quatro municípios experimentaram declínio no produto por pessoa. Desse comportamento ciclotímico, o resultado foi que, para a Região Metropolitana tomada conjuntamente, o incremento médio anual no período foi de apenas 0,73%.

Quanto aos municípios, a princípio, merece ser destacado o fato de que os maiores incrementos médios anuais ocorreram em dois municípios que mantêm baixo nível de integração com o pólo (São José de Mipibu e Nísia Floresta) e em um município com média integração (Extremoz, melhor desempenho). O município-pólo (Natal) obteve a quinta maior taxa de crescimento, o município com nível de integração muito alto (Parnamirim) conseguiu a última dentre as taxas positivas e o município com alto nível de integração (São Gonçalo do Amarante) foi o único que experimentou declínio, registre-se, muito acentuado, ao longo do período.

Por fim, merece ser destacado que o município de São Gonçalo do Amarante foi o único que, nos três primeiros dos quatro anos em destaque, suplantou o PIB per capita registrado no pólo metropolitano. Embora se trate de um período muito curto, os dados sugerem uma “convergência” do valor do PIB per capita, nos municípios com maior nível de integração, para o valor registrado em Natal. Entretanto, deve-se ressaltar que, no caso dos municípios com baixo nível de integração, que são também aqueles em que a agropecuária assumiu maior relevância, apesar dos ganhos relativos experimentados, os valores absolutos encontraram-se muito distante do valor registrado no município-pólo e na Região Metropolitana de Natal.

Tomando-se o PIB per capita em 1996, observa-se que as cidades da RMN guardam significativas diferenças. A tabela 03 apresenta a média do PIB per capita das cidades da RMNatal incluindo ou não o pólo. Para avaliar o grau de homogeneidade entre cidades, utilizou-se o coeficiente de variação, cujo desvio padrão é expressado como uma percentagem da média, de forma a possibilitar que as variabilidades relativas sejam comparáveis, quaisquer sejam as distribuições (RIBEIRO e GARSON, 2004).

**Tabela 03: Região Metropolitana - Pib Per Capita/1996\***

Região Metropolitana	Número de Cidades	TOTAL REGIÃO		Demais Cidades (Exceto cidade núcleo)	
		Média PIB per capita	Coefficiente de variação	Média pib per capita	Coefficiente de variação (%)
Natal	8	2,52	70	1,98	57

Fonte: P2 citado por apud IPEA, elaborada por Ribeiro, 2004.

\*Valores a preços de 2000, deflacionados pelo defletor implícito do PIB.

Observe-se, ainda, a diferença entre as rendas per capita para os municípios metropolitanos. Ao excluir Natal, que apresenta PIB per capita de 6,29 mil (valores a preço de 2000 com deflator implícito), o coeficiente de variação muda bastante, indicando que a dispersão em torno da média se deve não só à diferença de Natal, mas também dos municípios industriais de Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, ambos com PIB per capita acima de 3,5 mil.

**Tabela 04: População E PIB Per Capita**

Município	População 2004	Tx Cresc 2000/2004	PIB PER CAPITA (R\$ MIL/2000)
Natal	766.081	1,84	6,29
Ceará-Mirim	67.692	2,05	1,17
Extremoz	21.948	2,91	1,37
Macaíba	60.749	2,57	1,31
Parnamirim	156.181	5,79	3,59
São Gonçalo do Amarante	82.063	4,27	3,9
São José de Mipibu	38.381	2,4	1,05

Fonte: IBGE citado por RIBEIRO e GARSON, 2004.

Sabe-se que, como regra geral, o orçamento municipal é afetado pelo tamanho e composição de sua base econômica, pelo tamanho da população, pela condição ou não de capital administrativa de estado federado e pela capacidade de se habilitar e cumprir exigências necessárias ao recebimento de transferências negociadas com as demais esferas governamentais (RIBEIRO E GARSON, 2004).

Os municípios da RMNatal com dados disponíveis de finanças municipais, em 2003 são 7 (sete). Apesar da proximidade física e do intenso movimento de seus cidadãos enquanto produtores e consumidores, as cidades metropolitanas diferem bastante em relação a Natal e mesmo entre os demais em sua estrutura financeira.

### **3.0 A receita e a despesa na Região Metropolitana de Natal**

Nesta parte busca-se especificar algumas considerações mais relevantes, embora que sucintas, sobre as receitas e despesas da RMNatal. Inicialmente, para o ano de 2002, em seguida, uma visão mais geral das mudanças ocorridas entre 2002 e 2005. O intuito é somente chamar a atenção para alguns dados que os autores julgam importantes, tanto na estrutura vigente como nas perspectivas de mudanças no período em estudo.

#### **3.1 Breves considerações sobre o ano de 2002**

A macrocefalia produtiva do Rio Grande do Norte se configura com maior visibilidade no espaço metropolitano, emergindo como uma macrocefalia do núcleo frente os municípios integrantes da RMNatal. A cidade de Natal, embora padecendo de um processo de desconcentração produtiva, ainda concentra significativamente a produção, o emprego e a renda. As receitas e despesas de Natal ainda representam parcela muito elevada das receitas e despesas da RMNatal.

A tabela 05 apresenta os indicadores de estrutura e vinculação da receita municipal. Fica clara a diferença entre a capital e as demais cidades metropolitanas.

**Tabela 05: Região Metropolitana Natal - Indicadores 2003 em (%)**

Cidades	RECEITA							
	Estrutura da receita				Vinculação receita			
					Vinculação legal com saúde 12%		Vinculação legal com saúde 15%	
	Autonomia da base tributária	Autonomia por base territorial	Segurança legal de receitas	Dependência de fontes financeiras	Sobre rec total	Sobre rec fiscal	Sobre total	Sobre rec fiscal
Natal	24,33	40,6	88,48	0,85	40,92	41,27	42,99	43,36
Ceará-Mirim	4,62	8,09	79,35	0	53,35	53,35	54,57	54,57
Extremoz	6,83	11,62	92,35	0	44,16	44,16	46,38	46,38
Macaíba	3,54	10,99	91	0,19	51,14	51,24	53,03	53,13
Parnamirim	17,68	33,67	84,13	3,26	37,92	39,19	39,93	41,27
São Gonçalo do Amarante	3,04	13,65	86,48	0,4	45,89	46,07	47,82	48,01
São José de Mipibu	1,2	4,85	92,07	0,08	63,15	63,2	64,53	64,58

Fonte: Fonte: Ribeiro e Garson, 2004.

Os indicadores referentes à receita vinculam-se a essa estrutura econômica e à existência nos maiores municípios (Natal e Parnamirim) de uma administração tributária capaz de arrecadar. Sabe-se que, no geral, os pequenos municípios não arrecadam. Mesmo em Natal e Parnamirim, somente 24,3% e 17,8%, respectivamente da receita provém de fontes tributárias diretamente administradas pelo município (autonomia de base tributária). Mesmo em se tratando de municípios metropolitanos, há situações nas quais essa autonomia praticamente não existe, a exemplo de São Jose de Mipibu (1,2%), São Gonçalo do Amarante (3,0%) e Macaíba (3,54%); ou pode ser considerada sofrível indicando que, de fato, é necessário saber por que esses municípios não vêm cumprindo sua função constitucional de arrecadação de tributos, tendo sua receita estruturada pelos repasses constitucionais: ICMS e FPM. Na RMNatal, a receita tributária tem sido responsável, aproximadamente, por 17% das receitas orçamentárias, com variação de 01 ponto percentual entre 2002 e 2005.

**Tabela 06: Região Metropolitana de Natal Indicadores de Despesas em 2003 (%)**

Cidades	Despesa total líquida	Pessoal	Outras despesas correntes	Serviço da dívida	Investimentos e outras despesas de capital
Natal	100	49,17	44,3	1,83	4,7
Ceará-Mirim	100	47,88	32,99	3,4	15,72
Extremoz	100	39,63	56,47	--	3,9
Macaíba	100	55,19	37,56	4,35	1,9
Parnamirim	100	45,26	37,76	1,37	15,61
São Gonçalo do Amarante	100	56,27	37,26	1,9	4,58
São José de Mipibu	100	52,08	39,98	1,02	6,93

Fonte: Fonte: Ribeiro e Garson, 2004.

As transferências - resultado de impostos estaduais e federais arrecadados no território municipal (IPA, IRRF, IOF, ITR) - são evidentemente mais vinculados à existência de atividades econômicas (autonomia por base territorial, cumulativo com o percentual anterior). Na RMNatal, praticamente todos os municípios duplicam sua receita mesmo naqueles que arrecadam poucos tributos municipais como São José, São Gonçalo e Macaíba. O indicador de segurança legal corresponde às transferências obrigatórias sob a forma de fundos (FPM, Saúde, Educação, Assistência Social), sendo em todos os casos, bastante elevadas. Quanto às vinculações legais da receita, correspondem a cerca de 40% da receita (GARSON e RIBEIRO, 2004, p. 20, 21 e 61), direcionando cerca da metade da receita para políticas sociais.

Do ponto de vista da despesa, chama a atenção o elevado comprometimento dos recursos com pagamento de pessoal na maioria dos municípios metropolitanos. Somente Extremoz tem comprometimento mediano com o pagamento de pessoal. A maior prefeitura, Natal, tem percentual de 49,2%, a de Ceará-Mirim de 48% e Parnamirim de 45%. Nas demais, esse comprometimento é extremamente alto, ultrapassando os 50%. Em alguns municípios, ocorreram fortes incrementos nessa rubrica nos anos em estudo.

Por outro lado, considera-se relativamente elevado o índice de comportamento da despesa com a rubrica Outras Despesas Correntes, principalmente nos casos

relativos a Natal e Extremoz. Em se tratando de Natal, isso parece verossímil, visto que, na capital, está concentrada a renda regional e estadual, boa parte dos serviços fundamentais já está municipalizada (a exemplo do SUS, da educação fundamental e da merenda escolar) o que faz elevar enormemente os gastos em custeio. O mesmo não se pode dizer em relação ao vizinho município de Extremoz, carecendo para a explicação das elevadas despesas com a rubrica Outras Despesas Correntes, de um aprofundamento qualitativo dos dados.

Os gastos com investimento, enquanto percentual das despesas orçamentárias, realizados pelos municípios, apresentam níveis baixos para promover elevadas taxas de desenvolvimento da RMNatal. Todos os municípios – a exceção de Nísia Floresta – reduziram, nas despesas orçamentárias, o percentual aplicado nos investimentos. Macaíba, São Gonçalo do Amarante e Extremoz apresentaram significativas reduções.

Se se considera que o índice de Macaíba está aquém de seu potencial – sedia o mais novo distrito industrial, por outro lado, o de Natal deixa bastante a desejar tendo em vista a concentração de população e de atividades econômicas na capital cuja infra-estrutura sempre se constitui em problema grave. A redução do investimento afeta as possibilidades de desenvolvimento da RMNatal, que poderiam ser bem melhores se recursos desperdiçados em outras rubricas fossem alocadas para o investimento consorciado, possibilitando, assim um sinergia maior entre as aplicações realizadas nos municípios.

Manter padrões relativamente constantes de investimento é fundamental para que a RMNatal não se depare com pontos de estrangulamentos em seu desenvolvimento sócio-econômico. A queda brusca de níveis relativos de investimento prejudica significativamente a RMNatal.

**Tabela 07: Participação relativa dos gastos em investimentos no volume de Despesas Orçamentárias nos Municípios da RMNatal**

Fonte: Organização dos autores com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional – FINBRA

<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>2002</b>	<b>2005</b>
NATAL	7,83	7,37
PARNAMIRIM	18,06	16,53
SAO GONCALO DO AMARANTE	16,01	4,01
MACAIBA	24,30	10,44
CEARA-MIRIM	6,54	5,20
SAO JOSE DE MIPIBU	7,59	4,24
EXTREMOZ	21,37	7,48
NISIA FLORESTA	10,23	13,65
MONTE ALEGRE	19,22	7,84
RMNATAL	10,62	8,33

Quanto ao serviço da dívida, observa-se que essa despesa é quase inexistente nos municípios metropolitanos. O único município com algum grau de endividamento é Macaíba. Veja-se que tem também a maior despesa de pessoal sugerindo a condição mais atípica, dentre os municípios metropolitanos.

**Tabela 08: Região Metropolitana de Natal Estrutura das Despesa em 2003 (%)**

Cidades	Rigidez do orçamento total	Rigidez do orçamento Fiscal	PRIORIDADES DE GASTO						
			Gasto social	Gasto Urbanos					
				Total	Urbanismo	Habitação	Transporte	Saneamento	Gestão ambiental
Natal	67,74	68,32	81,74	21,5	21,5	--	--	--	--
Ceará-Mirim	71,45	71,45	72,44	15	14,4	--	--	0,02	--
Extremoz	59,8	59,8	82,81	5,61	2,61	--	0,47	2,53	--
Macaíba	82,04	82,2	73,7	9,73	9,73	--	--	--	--
Parnamirim	63,91	66,06	81,72	23,9	16	0,35	0,01	--	8,54
São Gonçalo do Amarante	78,01	76,31	71,85	11,5	7,78	0	0,83	3,12	--
São José de Mipibu	76,96	77,02	82,45	13,1	12,6	--	--	0,82	--

Fonte: Fonte: Ribeiro e Garson, 2004.

No plano dos gastos por função, particularmente naquilo que se considera como gasto social urbano, os municípios da RMN apresentam situações bem díspares. Primeiro, há certa homogeneidade quanto ao gasto social. Quando trata-se do gasto urbano, as situações apresentam-se bem distintas. O município de Macaíba apresenta o menor percentual, 5,6%, focalizado em urbanismo e saneamento. Os maiores percentuais são os de Natal (21,5%) e Parnamirim (23%), em ambos focalizados em urbanismo. Destaca-se o município de Parnamirim com boa performance na distribuição dos gastos sociais urbanos, sendo o único dos municípios metropolitanos a comprometer recursos com gestão ambiental.

Esta análise da despesa, por fim, completa-se com a interpretação dos indicadores de rigidez orçamentária. Se depreende que a rigidez orçamentária é medida pela parcela do orçamento que está comprometida por determinação legal (saúde e educação) ou por aqueles gastos ditos incompressíveis (a exemplo do serviço da dívida, pessoal, câmara municipal etc.), então, pode-se considerar que os municípios da RMN estão, desse ponto de vista, numa situação bastante

comprimida, pois em todos os municípios esse percentual está acima de 60%, com agravante para o município de Macaíba cuja rigidez do orçamento total é de 82%.

Sabe-se que as possibilidades de investimento num orçamento público não são mensuradas pelos índices de “recursos livres” de vinculação orçamentária. Sabe-se que existem gastos, como o de coleta de lixo, que, embora não se configure entre os gastos “incomprimíveis”, são imperiosos no desempenho da gestão municipal. A rigor, com exceção das vinculações constitucionais, tudo o mais é variável no orçamento, até mesmo as despesas com terceirização com pessoal.

O próximo passo é analisar os indicadores de endividamento e capacidade de investimento. Nesse sentido, para avaliar a real capacidade de investimento do município é preciso verificar não somente a parcela da receita destinada a estes gastos, como também a estrutura de seu financiamento. Veja-se, por exemplo, o caso do município de Parnamirim. Em 2003, o indicador de investimento efetivo – montante líquido de investimentos e inversões financeiras sobre a receita líquida total - alcançou 17,04%. No entanto, apenas 46,39% tinham cobertura orçamentária no exercício fiscal, ou seja, 57,61% foram financiados com déficit. Para manter o equilíbrio do orçamento no exercício, este gasto deveria ter se restringido a 7,9% da Receita Líquida ( $17,04 \times 46,39$ ). Em Ceará-Mirim, a situação fica mais favorável para o mesmo procedimento de cálculo: o gasto deveria ter se restringido a 14%.

Os municípios de Extremoz e Macaíba, cujos investimentos/inversões foram integralmente financiados por déficit (zero sobre o total investido e zero sobre o total da receita), teriam investimento nulo no exercício. Nos casos em que houve superávit do orçamento, o indicador sobre o total investido é naturalmente superior a um. Ou seja, o investimento efetivo poderia ter sido maior.

**Tabela 09: Região Metropolitana Natal - Indicadores 2003 em %**

Cidades	Endividamento e capacidade de investimento							
	Investimento efetivo	Equilíbrio de curto prazo		Sustentabilidade investimento de equilíbrio		Endividamento e comprometimento de receita		
		sobre o total investido	sobre total da receita	curto prazo	longo prazo	Dívida bruta/recorr líquida	Dívida líquida/recorr líquida	Serviço da dívida/recorr líquida
Natal	4,85	35,7	1,73	36,7	29,95	26,78	23,18	1,88
Ceará-Mirim	16,04	87,51	14,04	34,71	34,71	0,33	6,61	3,79
Extremoz	4,33	--	--	--	--	--	7,66	--
Macaíba	2,03	--	--	--	--	12,46	10,42	4,68
Parnamirim	17,04	46,39	7,9	42,27	35,96	42,9	23,52	1,51
São G. do Amarante	4,77	14,17	0,68	6,42	3,67	6,64	4,16	1,98
São José de Mipibu	6,98	90,1	8,29	33,53	33,16	2,55	1,48	1,07

Notas: Investimento efetivo e de equilíbrio de curto prazo – relação entre o montante de investimento e inversões líquidas e a receita total. Sustentabilidade do investimento, a parcela dos investimentos e inversões líquidas financiados por geração interna (conforme Garson e Ribeiro, 2004).

O indicador de sustentabilidade do investimento busca avaliar a qualidade das fontes que financiaram o investimento. Mesmo para aqueles que não financiaram seu investimento por déficit não apresentam boa performance. Em relação ao endividamento e comprometimento da receita, merece atenção especial o município de Parnamirim.

### 3.2 Receitas e despesas: algumas informações

As observações contidas nessa parte consideram a RMNatal constituída por 9 (nove) municípios, ou seja, o município de Monte Alegre já está contemplado. Além disso, observa-se a RMNatal como um todo, sem dissociação dos municípios, mas ressalta-se que há uma diferenciação muito grande entre o pólo e os demais municípios.

**Tabela 10: Distribuição relativa das Receitas na Região Metropolitana de Natal**

ANOS	2002	2003	2004	2005
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
<b>RECEITA ORÇAMENTARIA</b>	94,50	93,82	94,22	94,10
<b>RECEITA CORRENTE 830</b>	<b>97,31</b>	<b>99,34</b>	<b>99,79</b>	<b>99,82</b>
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	16,28	17,71	17,33	17,84
<b>IMPOSTOS</b>	13,62	14,70	14,51	15,25
IPTU	3,10	3,46	2,98	3,08
ISS	7,84	8,33	8,62	8,93
ITBI	1,20	1,31	1,47	1,71
OUTROS IMPOSTOS (IRRF)	1,49	1,61	1,44	1,53
<b>TAXAS</b>	2,66	3,00	2,82	2,58
<b>CONT. DE MELHORIA</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO</b>	1,09	2,82	3,23	3,16
RECEITA PATRIMONIAL	0,91	1,29	0,86	1,64
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	3,32	2,05	1,59	0,80
<b>TRANSFERENCIAS CORRENTES</b>	72,09	70,63	73,41	72,92
Transf. Inter-governamentais da União	34,46	33,86	37,73	37,17
Transf. Inter-governamentais do estado	24,64	25,37	24,34	24,26
Outras transferências do estado	12,99	11,40	11,34	11,49
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	3,62	4,84	3,38	3,47
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1,16	1,81	1,64	1,57
OUTRAS	2,45	3,03	1,74	1,90
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	2,69	0,66	0,21	0,18
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,05
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,01
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	2,68	0,64	0,21	0,11
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,01	0,02	0,00	0,00

Fonte: Organização dos autores com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional – FINBRA.

A análise aqui realizada está restrita a 4 (quatro) anos, mas permite perceber algumas transformações na estrutura de receitas da RMNatal. Dessas transformações, mostradas na tabela 10, deve-se destacar:

- a) Leve aumento da receita tributária. Nos anos em análise, a receita tributária apresentou leve aumento em sua participação, fato considerado importante por ampliar autonomia da RMNatal frente às transferências governamentais;

- b) Suave aumento de dois pontos percentuais na receita advinda dos impostos, conseqüência, principalmente, do aumento do ISS;
- c) Aumento das Receitas de Contribuição de pouco mais de 1% para mais de 3%;
- d) Incremento ainda significativo das transferências inter-governamentais da união, que aumenta de 34% para mais de 37%.

Quanto à estrutura das despesas, visíveis na tabela 11, percebe-se que as despesas de custeio ainda se mantêm elevadas, mas sem alterações significativas, o que representa um fato significativo, pois o fato de não crescerem já se constituem um fator positivo para o controle das despesas. No entanto, a rubrica Outras Despesas Correntes apresentaram crescimento de quase quatro pontos percentuais, necessitando de pesquisa mais focalizada para se compreender tal contexto.

Uma rubrica que apresentou declínio relativo e que é de suma importância para o desenvolvimento da região foi a de Investimentos que declinou de 10,6%, em 2002, para 8,3%, em 2005. Esse incremento negativo é revelador da queda dos investimentos e das expectativas de desenvolvimento para a RMNatal.

Na aplicação dos recursos segundo as funções, o planejamento quase duplicou sua participação (de 11,6% para 21%), enquanto as funções de educação e cultura perdeu quase 3 pontos percentuais e a Saúde e o Saneamento aproximadamente 5 pontos.

Utilizando-se dos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (Ministério da Fazenda), em uma análise sucinta e breve, constata-se que as receitas e despesas da RMNatal cresceram nominalmente mais do que o crescimento da inflação no período em estudo (2002/2005). Os dados mostram que a Receita Orçamentária da RMNatal cresceu no período 58,9%, tendo Macaíba apresentado o maior incremento (106,1%) e Ceará-Mirim o menor (36,6%). Quanto às receitas correntes, que cresceram 63,7% para a Região, apresentou no município de Macaíba seu maior crescimento relativo (117,9%), enquanto Ceará-Mirim apresentou o menor incremento (35,0%).

**Tabela 11: Distribuição relativa das Despesas na Região Metropolitana de Natal**

ANOS	2002	2003	2004	2005
DESpesas TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>DESpesas CORRENTES</b>	<b>88,5</b>	<b>92,8</b>	<b>90,7</b>	<b>90,9</b>
<b>DESpesas DE CUSTEIO</b>	<b>47,3</b>	<b>48,6</b>	<b>47,2</b>	<b>47,2</b>
<b>TRANSFERENCIAS CORRENTES</b>	<b>1,7</b>	<b>1,0</b>	<b>0,8</b>	<b>0,7</b>
<b>OUTRAS DESpesas CORRENTES</b>	<b>39,5</b>	<b>43,1</b>	<b>42,7</b>	<b>43,1</b>
<b>DESpesas DE CAPITAL</b>	<b>11,5</b>	<b>7,2</b>	<b>9,3</b>	<b>9,1</b>
INVESTIMENTO	10,6	6,3	8,6	8,3
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,1	0,0	0,0	0,1
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,8	0,9	0,7	0,6
SUPERAVIT-DEFICIT	1,4	-3,7	-0,3	1,0
LEGISLATIVA	3,7	4,0	3,4	
JUDICIÁRIA	0,8	1,0	1,1	
PLANEJAMENTO	11,6	12,9	21,0	
AGRICULTURA	0,3	0,2	0,2	
EDUCAÇÃO E CULTURA	22,6	22,3	19,4	
HABITAÇÃO E URBANISMO	18,8	18,4	18,2	
INDÚSTRIA E COMERCIO	0,7	0,5	0,4	
SAÚDE E SANEAMENTO	27,5	26,3	22,6	
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	11,4	11,0	9,9	
TRANSPORTE	0,1	0,1	0,1	
OUTRAS	2,5	3,3	3,8	
TOTAL	100,0	100,0	100,0	

Fonte: Organização dos autores com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional – FINBRA.

As receitas tributárias, que se correlacionam diretamente com o grau de autonomia dos municípios, ampliaram-se em 74,8% na RMNatal. Quanto ao maior incremento, esse ocorreu em Extremoz (276,8%) e o menor em Monte Alegre (45,7%). Os impostos, rubrica importante das receitas tributárias, apresentaram um crescimento de 78,7% na RMNatal, enquanto o menor incremento ocorreu em Monte Alegre com 37,4% e o maior em Extremoz com 307,1%. O IPTU, imposto especificamente urbano, apresentou seu maior incremento no município de Ceará-

Mirim com 712,1% e o menor em Parnamirim com 26,8%, enquanto a média da RMNatal foi de 58,6%.

Observando a evolução das despesas no período, percebe-se que algumas rubricas cresceram significativamente mais em alguns municípios da RMNatal. Observando as despesas orçamentárias, o município que apresentou o maior crescimento foi Ceará-Mirim (94,9%) e o de menor crescimento foi São Gonçalo do Amarante com 39,1% e a média para a RMNatal foi de 59,6%. As despesas correntes cresceram mais em Ceará-Mirim (103,8%) e bem menos em Natal (58,5%), tendo crescido na RMNatal (63,95%).

É possível perceber que o crescimento das despesas correntes ocorreram em função do crescimento da rubrica Pessoal e Encargos, que, na média, cresceram 59,2% na RMNatal, tendo apresentando os maiores crescimentos em Macaíba e Nísia Floresta (105,6% e 101,6%, respectivamente) e o menor em Natal (50,4%). O item Vencimentos do Pessoal Civil, que compõe a rubrica Pessoal e Encargos, cresceu na RMNatal em 61,4%, enquanto em Macaíba e Monte Alegre cresceram, respectivamente, 114,5% e 111,8%. O município que apresentou o menor incremento foi Natal (52,2%).

Dissecando um pouco as despesas, alguns destaques se fazem importantes. O primeiro refere-se ao crescimento das diárias civis que em Macaíba apresentou um incremento de 276,7%. Na média da RMNatal ocorreu um incremento de 14%. Além de Macaíba, Natal (68,9%) e São Gonçalo do Amarante (31,6%) apresentaram crescimento nos valores nominais desse item. Os demais municípios integrantes da RMNatal reduziram nominalmente os valores alocados em diárias no período em estudo.

O item outros Serviços de Terceiros – pessoa física – apresentou, em Ceará Mirim, um abrupto incremento de 1.039,3%. Parnamirim (31,5%), São Gonçalo do Amarante (35,7%), Extremoz (81,4%) e Nísia Floresta (43,4%) também apresentaram incremento. Os demais municípios reduziram os valores aplicados nesse item. Outros Serviços de Terceiros – pessoa jurídica – apresentaram também crescimento significativo nos valores despendidos. São Gonçalo do Amarante

(471,9%) apresentou o maior incremento, enquanto Natal apresentou o menor (39,9%). Nesse item, todos os municípios apresentaram acréscimos.

Os dados sobre as despesas acima somente repercutem sobre os níveis de investimento nos municípios e, conseqüentemente, da RMNatal, que cresceram muito pouco no período, apenas 25,2% na média. Dos nove municípios, cinco apresentaram redução nos níveis de investimentos. São Gonçalo do Amarante (-65,2%), Monte Alegre (-41,3%), Extremoz (-39,6%), Macaíba (-32,9%) e São José do Mipibu (-9,1%) reduziram significativamente seus níveis de investimento. Os municípios de Nísia Floresta (138,0%), Parnamirim (58,1%), Ceará-Mirim (54,8%), e Natal (48,2%) ampliaram seus níveis de investimento.

## 5.0 À guisa de Conclusão

Os dados sobre as despesas e receitas da RMNatal contribuem para confirmar a assertiva de que o movimento da metropolização em Natal tem levado a que municípios menores acabem delegando a responsabilidade pela oferta de serviços sociais fundamentais ao pólo metropolitano, provocando sérias implicações sobre a qualidade dos serviços, dado que a capital é forçada a ofertar um volume de serviços maior que o número de seus habitantes, sem o necessário acréscimo às finanças do município.

Na abordagem financeira do espaço em estudo, é importante chamar a atenção para o papel central exercido por esta Região Metropolitana, no que diz respeito à concentração relativa tanto da população quanto dos meios de produção e da infra-estrutura de prestação de serviços e que se expressam na composição do produto interno, como também na centralidade que tem Natal nesse contexto.

Mesmo apresentando taxas de investimento muito baixas, Natal ainda responde por mais da *metade* do investimento na Região Metropolitana. No período em estudo, as taxas de investimento nos municípios, como já foi mencionado, foram reduzidas sensivelmente em quase todos os municípios, exceção de Nísia Floresta. No entanto, em números absolutos e nominais ocorreram incrementos em quatro municípios. Natal ampliou mais de 48%, enquanto Macaíba aumentou 54%, Parnamirim 58% e Nísia Floresta 138%. Os demais municípios reduziram seus volumes de recursos em investimento.

A redução nos valores alocados para o investimento não tem sentido de ser, quando se percebe que a receita tributária ampliou-se em todos os municípios com percentual superior a 45% no período. Dentro dessa receita, destacam-se os impostos com aumento superior a 37%. A manutenção dos investimentos é fundamental para a plena integração e desenvolvimento da RMNatal.

Excessos de gastos, em rubricas como Outros Serviços de Terceiros, que em Ceará Mirim aumentou mais de 1.000%, constituem-se em exagero que prejudica o município, por reduzir a capacidade de investimentos. A integração e o desenvolvimento da RMNatal depende do rígido controle e fiscalização das receitas

e despesas de todos os municípios, para que os escassos recursos sejam de fato bem aplicados.

## 6.0 Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. FINBRASIL, anos 2002/2005.

GARSON, Sol e RIBEIRO, Luiz César Queiroz. Análise do Desempenho fiscal dos Municípios das áreas metropolitanas. Observatório das Metrôpoles, Rio de Janeiro, dezembro, 2004. Projeto: **Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil**. Relatório da atividade 3c: disponível, em [www.observatorio.tk](http://www.observatorio.tk)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de Recuperação de dados (SIDRA)**. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em abril de 2005.